



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

CAMPUS RIO DO SUL

Julho/2022



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

**SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA**

**JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO**

Diretor Geral do Campus Rio do Sul
André Kuhn Raupp

Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão
Isabel Cristina Muller

Coordenador Geral de Ensino
Jonas da Silva Doge

Coordenadora do Curso
Paula Andrea Grawieski Civiero

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC

Milton Procópio de Borba
Moacir Gubert Tavares
Morgana Scheller
Neila de Toledo e Toledo
Otávio Bocheco
Paula Andrea Grawieski Civiero



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	6
3 CONTEXTO EDUCACIONAL	9
3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO – CAMPUS RIO DO SUL	9
3.2 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO	10
3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO	14
4 OBJETIVOS DO CURSO	16
4.1 OBJETIVO GERAL	16
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
4.3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	17
5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	18
5.1 POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO	18
5.1.1 Políticas de ensino	18
5.1.2 Políticas de extensão	20
5.1.3 Políticas de pesquisa e inovação	20
5.2 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE	21
5.2.1 Assistência Estudantil	22
5.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	23
5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado	24
5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	24
6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	26
6.1 PERFIL DO EGRESSO	26
6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO	26
6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	26
6.3.1 Núcleo de Formação Geral	28
6.3.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	29
6.3.3 Núcleo de Estudos Integradores e Práticas Pedagógicas	31
6.3.4 Relação Teoria e Prática	32
6.3.5 Prática como Componente Curricular (PCC)	33
6.3.6 Pesquisa e Processos Educativos (PPE)	35
6.4 INTERDISCIPLINARIDADE	37





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6. 5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA	38
6.6 LINHAS DE PESQUISA	42
6.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	43
6.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	43
6.8.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	43
6.8.2 Estágio Curricular não obrigatório	47
6.9 MATRIZ CURRICULAR	47
6.9.1 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos	52
7 TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC) NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	54
8 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES	56
8.1 ATIVIDADES DE MONITORIA	56
9 AVALIAÇÃO	59
9.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	59
9.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	61
9.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	62
9.4 AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO SABER	63
9.5 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA	63
10 EMENTÁRIO	64
10.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	64
10.2 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	90
11 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	98
11.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE	98
11.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	99
11.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	100
11.4 COLEGIADO DE CURSO	100
11.5 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL	101
11.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	104
12 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	106
12.1 BIBLIOTECA	106
12.2 ÁREAS DE ENSINO E LABORATÓRIOS	109
12.3 ÁREAS DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA	112





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

12.4 ÁREAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	113
12.5 ACESSIBILIDADE	113
13 REFERÊNCIAS	116
14 ANEXOS	119
15 APÊNDICE	119



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

1 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às necessidades crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional técnica e tecnológica de nível médio e superior: formação inicial e continuada, ensino médio integrado e subsequente, Proeja, cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas e cursos de pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento das demandas sociais e dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que orientem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Licenciatura em Matemática
COORDENADORA	Paula Andrea Grawieski Civiero 1501988 40 h/ DE Doutorado em Educação Científica e Tecnológica (47) 3525-8616 paula.civiero@ifc.edu.br
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	Milton Procópio de Borba 1300276 40 h/ DE Doutorado em Matemática (47) 3525-8628 milton.borba@ifc.edu.br
	Moacir Tavares Gubert 2332708 40h/DE Doutorado em Educação (47) 3525-8600 moacir.tavares@ifc.edu.br
	Morgana Scheller 1537347 40h/DE Doutorado em Educação em Ciências e Matemática (47) 3525-8600 morgana.scheller@ifc.edu.br
	Neila de Toledo e Toledo 1630346 40h/DE Doutorado em Educação (47) 3525-8600 neila.toledo@ifc.edu.br
	Otávio Bochecho 1858693 40h/DE Doutorado em Educação Científica e Tecnológica (47) 3531-3700 otavio.bochecho@ifc.edu.br
MODALIDADE	Presencial
GRAU	Ensino Superior



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

TITULAÇÃO	Licenciado em Matemática
LOCAL DE OFERTA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – <i>campus</i> Rio do Sul Rua Abrahan Lincoln, 210 Bairro jardim América - 89160-202 Telefone/fax: (47) 3525 8600 gabinete.riodosul@ifc.edu.br https://ifc-riodosul.edu.br
TURNO	Noturno
NÚMERO DE VAGAS	40
CARGA HORÁRIA DO CURSO	Núcleo Básico: 2280
	Prática como Componente Curricular: 405 horas
	Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas
	Atividades Curriculares Complementares: 120 horas
	Curricularização da Pesquisa: 420 horas
	Curricularização da Extensão: 468 horas
	Carga horária Total do Curso: 3210 horas
PERIODICIDADE DE OFERTA	Anual
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	8 semestres
RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO CURSO	Resolução Consuper/IFC 06/2013
Legislação vigente para o curso:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996; Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003. Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004. Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002; Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005; Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004. Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010; Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 9235 de 2017. Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – Sinaes e Enade: disposições diversas; Portaria Normativa nº 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008. Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei ° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010. Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Reitoria do IFC - Blumenau, 2019. Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC. Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC. Resolução do CNE/CES nº 3, de 18 de fevereiro de 2003 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Matemática. Parecer do CNE/CES nº 1301/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura.
--	--



3 CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO – CAMPUS RIO DO SUL

A Sede do *campus* Rio do Sul está localizada na Estrada do Redentor, nº 5665, no município de Rio do Sul/SC. O *campus* possui ainda outras duas unidades: Unidade Urbana, localizada na Rua Abraham Lincoln, nº 210, no bairro Jardim América, e Unidade Tecnológica, localizada na Rua Mafalda Lingner Porto, nº 93, no bairro Progresso, na região do Vale do Itajaí. O Instituto Federal Catarinense – *campus* Rio do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, tem sua origem intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 1970 na região do Alto Vale Catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional, houve uma mobilização política pró-criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.

Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado. Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, e as atividades letivas de 2º grau (ensino técnico em nível médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995. A partir da lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul se torna *campus* Rio do Sul. Além da unidade Sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o *campus* Rio do Sul possui uma Unidade Urbana, localizada na região central da cidade.

A partir do ano de 2017, por meio da Lei Estadual nº 17/415/2017, o *campus* Rio do Sul recebe do Governo do Estado de Santa Catarina a cessão de uso, por 20 anos, do antigo Centro de Educação Profissional (CEDUP), contendo um edifício escolar com 3.000 m² de área construída, equipado, bem como o terreno de 10.000 m², permitindo a oferta de cursos na área industrial e oportunizando a expansão de novos cursos nessas áreas.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao *campus* Rio do Sul é “IF *campus* – 90/70 Agrícola”. O *campus* organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Controles e Processos Industriais, Infraestrutura, Segurança, Produção Industrial e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

3.2 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

Os Institutos Federais foram criados pela Lei nº 11.892/2008, e caracterizam-se como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Em 2009, em decorrência da transformação da antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul em *campus* do IFC, teve início o processo de elaboração do Projeto de Criação do Curso de Licenciatura em Matemática. À época, a comissão responsável pela criação do curso baseou-se em dados do Censo Escolar (IBGE, 2005) e identificou que existiam “Demandas para Cursos Superiores”, tendo em vista o quantitativo de egressos do Ensino Médio das escolas do Alto Vale do Itajaí. Ao considerar o quantitativo de alunos que frequentavam a antiga oitava série do Ensino Fundamental em 2005, os quais estariam aptos para prestar vestibular no ano de 2009, projetava-se a necessidade de aproximadamente 5.500 vagas nos cursos superiores da região, somente no período de 2009 a 2016. Apesar disso, para o ano de 2009 foram oferecidas apenas 1.780 vagas pelas instituições de Ensino Superior do Alto Vale do Itajaí.

Os dados disponíveis revelavam que os cursos superiores existentes à época atenderam aproximadamente 32% da demanda regional, faltando ofertar em torno de 3.700 vagas. Por outro lado, somava-se ainda a esta necessidade dos egressos do ensino médio, a deficiência de vagas de estudo ocorridas no passado, como é o exemplo dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Ao analisar especificamente a demanda para as licenciaturas, os dados (IBGE, 2006) disponíveis em 2009 indicavam que, em Santa Catarina, 8.857 professores atuantes possuíam apenas a formação no ensino de nível médio ou inferior. Isso representava 11,42% do total de professores do estado. Por outro lado, os outros 68.676 professores possuíam graduação, embora





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

os dados não especificassem se esses professores eram habilitados em cursos de licenciatura ou em cursos de formação pedagógica.

Quando considerados os dados (IBGE, 2005) sobre os professores atuantes na região do Alto Vale do Itajaí, municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), percebia-se que a proporção de professores habilitados era baixa. Dos 3.583 professores atuantes, 793 possuíam formação equivalente ao Ensino Médio; 11 tinham formação apenas em nível de Ensino Fundamental, que contabilizavam 23% do total de professores atuantes na região dentre aqueles que não estavam habilitados. Estes índices apontavam para a necessidade de oportunizar a oferta de cursos de licenciatura na região de abrangência do Instituto Federal Catarinense – *campus* Rio do Sul.

Estudo conduzido pela Comissão encarregada de realizar estudos de demandas por cursos superiores, ainda em 2008, apontou que na área de Ciências Exatas e da Terra as preferências para a oferta de cursos superiores vinculavam-se principalmente à área de Informática, aparecendo em segundo lugar a demanda pela área de Matemática. Os dados que subsidiaram este estudo eram provenientes da Prefeitura Municipal de Rio do Sul e da Gerência Regional de Educação de Rio do Sul - GERED).

Convém ressaltar que a própria Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, já previa que 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas anualmente deveriam ser destinadas à formação de professores. Assim, concluiu-se que o cumprimento desta lei exigiria a contratação de profissionais da área pedagógica. Juntamente com os professores da área específica, estes profissionais abriram caminho para a abertura de cursos de licenciatura. Desta medida resultou a criação das primeiras licenciaturas do IFC – *campus* Rio do Sul, nas áreas de Matemática e Física, agregando-se mais tarde a Licenciatura em Pedagogia.

Dentro desta estrutura de formação básica e de licenciaturas ficou constituído um núcleo denominado Núcleo Pedagógico, do qual a Educação Matemática passou a fazer parte. O Núcleo Pedagógico constituiu-se de professores nas áreas de didática, metodologias de ensino, diretrizes educacionais, dentre outras para atender a formação pedagógica nas diversas licenciaturas.

Em se tratando, ainda, da justificativa de oferta do Curso, o cenário atual reforça esta necessidade. Quando se considera Rio do Sul e os municípios circunvizinhos, é possível verificar

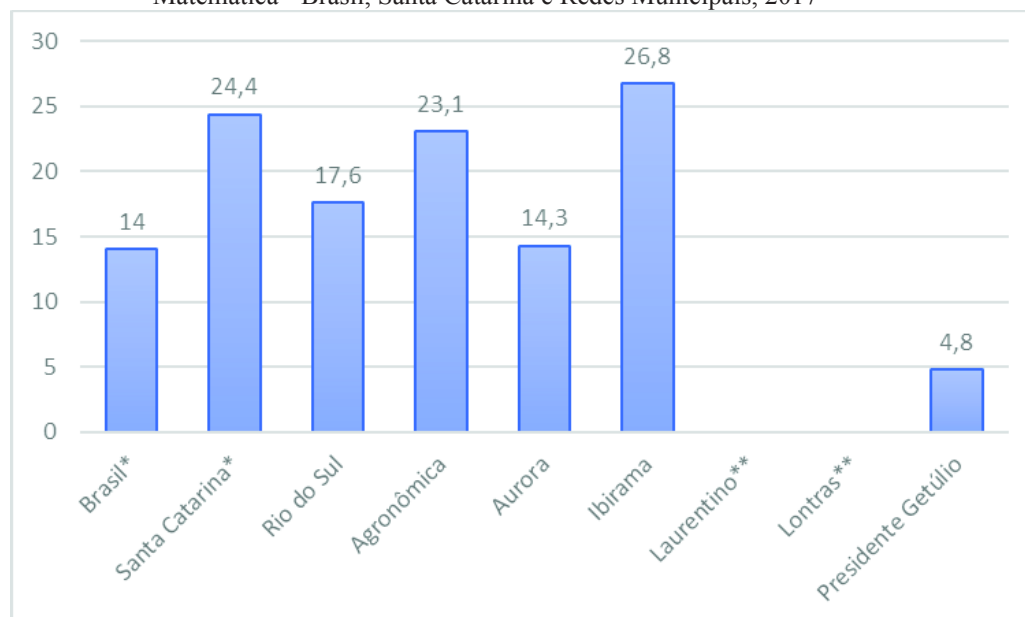




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

que os indicadores de aprendizagem em Matemática, na maioria dos casos, estão aquém da média estadual. Dados relativos aos Anos Finais do Ensino Fundamental, por exemplo, podem ser utilizados para ilustrar o atual quadro educacional, conforme a figura 1.

Figura 1 - Porcentagem de estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental com Aprendizagem Adequada em Matemática - Brasil, Santa Catarina e Redes Municipais, 2017



Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2022).

* Os dados do Brasil e de Santa Catarina consideram o contexto global do ensino público (federal, estadual e municipal).

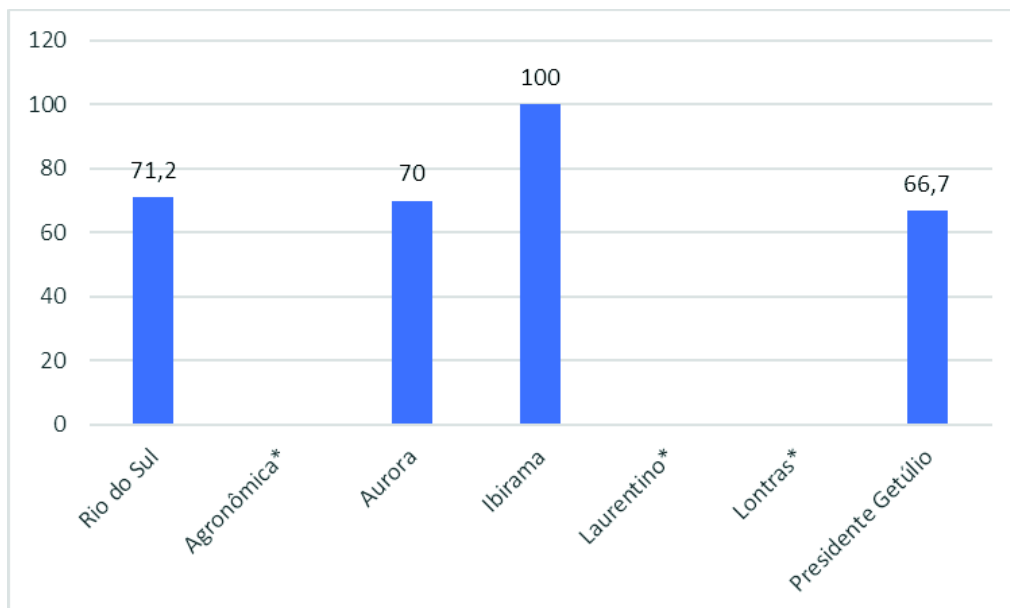
** Municípios sem oferta de turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental em 2017.

Frente a este contexto, a formação de Licenciados em Matemática aptos a atuar no ensino desta matéria torna-se uma tarefa relevante, sobretudo porque há uma parcela dos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, por exemplo, que não possuem formação compatível com o ensino desta disciplina, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2 - Percentual de turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental que possuem professores com formação compatível com a disciplina que lecionam - Matemática, 2019



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC



Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2022).

* Municípios sem oferta de turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental em 2019.

Do ponto de vista do seu alinhamento institucional, o curso de Licenciatura em Matemática está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFC, 2019), segundo o qual os cursos de graduação do IFC devem se basear em uma concepção de formação integral, visando à formação de sujeitos críticos e preparados tanto para o exercício da cidadania quanto para atuarem no mundo do trabalho.

O curso de Licenciatura em Matemática do IFC – *campus* Rio do Sul está em funcionamento desde o ano de 2010, tendo formado sua primeira turma no final do ano de 2013 e mantendo, desde então, a oferta anual na modalidade presencial (no período noturno). O curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação em 2013, através da Portaria SERES/MEC nº 428, D.O.U. nº 170, seção 1, p. 27, publicada em 03 de setembro de 2013. Desde então, cerca de cem profissionais habilitados em Matemática se formaram para atuar nas escolas da região, nos níveis fundamental (anos finais) e médio.

Vale destacar que o Curso sofreu alterações desde a sua proposta inicial. Estas mudanças se efetivaram nos anos de 2015 - face às orientações do processo de reconhecimento - e no ano de 2017, em decorrência do estabelecido na Resolução nº 2/2015, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores. Esta última alteração buscou demarcar





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

uma identidade para os cursos de licenciatura oferecidos pelo Instituto Federal Catarinense.

Em 2021, realizou-se a avaliação quadrienal do Projeto Pedagógico de 2017, na forma de encontros realizados entre os cursos de mesma nomenclatura e IV Fórum de Formação de Professores do IFC. As discussões realizadas pelos cursos foram apresentadas na “Mesa de avaliação da Política de Formação de Professores do IFC e Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Licenciatura”.

Em 2022 os encontros por curso continuaram no âmbito do COFOR e dos Grupos de Trabalho (responsáveis pela revisão de ementas e revisão da Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica) do Instituto Federal Catarinense, que fomentaram a atualização dos cursos a partir da avaliação quadrienal. Esta versão do PPC, portanto, está em consonância com a atual Política de Formação de Professores do IFC e os resultados da avaliação quadrienal dos cursos.

3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores apontam para a necessidade do reconhecimento e fortalecimento da identidade dos cursos de formação de professores/licenciaturas, indicando a docência como base comum na formação de professores (qualquer área) e a unidade entre teoria e prática como princípios indissociáveis da formação.

A dimensão da relação teoria e prática pode ser compreendida a partir do que Vazquez (1968, p. 117) define como “atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente”. Diante dessa perspectiva, o Curso ressalta a necessidade da articulação entre os conhecimentos teóricos e a prática social – como práxis e adota como princípio filosófico a *Filosofia da Práxis*.

Como princípio pedagógico a concepção da profissão como prática social (produto e produtor) e plural, imbuída de processos teórico-práticos que levem o estudante a compreensão das relações e implicações entre educação, escola e sociedade/ambiente. Com vistas à superação da dicotomia entre formação e campo de atuação profissional, enfatizando/valorizando a ideia de





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

processo, de questionamento, de provisoriedade do conhecimento, de compreensão e explicação de problemas vividos no cotidiano escolar e outros espaços socioeducativos.

Para que o processo de formação supracitado se efetive, acredita-se ser necessário uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e social comprometida com os processos educativos global e local. Nessa linha, é reconhecida a necessidade de compreensão de alguns princípios, tais que: i) o *princípio sócio histórico do conhecimento*, ou seja, a compreensão do conhecimento como produto da construção histórica; ii) a *concepção de sociedade, de justiça social e da diversidade cultural*; iii) a compreensão da *pesquisa como processo educativo*, no sentido de ser o fio condutor e o elemento articulador dos demais componentes curriculares e da relação teoria e prática; iv) a compreensão da *práxis enquanto unidade teoria-prática*.

Para tanto, se requer: Articulação e integração das dimensões epistemológica ética e profissionalizante; articulação e integração dialética das dimensões histórica, pedagógica, sociológica e filosófica (das ciências); compreensão da matemática como ciência viva; construção e reconstrução do conhecimento matemático; flexibilização curricular e mobilidade; articulação e integração da trajetória educativa do aluno como princípio dinamizador da construção pessoal, coletiva e interdisciplinar do conhecimento do profissional de educação: “tornar o vivido pensado e o pensado vivido” (ANFOPE, 1998); articulação e integração do Projeto Político Pedagógico da Instituição Formadora/Escola com um projeto de sociedade como balizador da identidade profissional e articulação do ensino, pesquisa e extensão.

Dada essa dimensão, destaca-se alguns valores que se quer construir: Compromisso com a missão e visão do Curso e do IFC; conduta ética, cooperativa e responsável; respeito e compromisso com a profissão professor/educador; busca pela autonomia e autoria profissional; compromisso com o processo educativo inclusivo; reconhecimento e respeito aos diferentes saberes e as diferentes culturas; a ciência pedagógica como base da superação do senso comum; o processo pedagógico como ação-reflexão-ação.





4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 OBJETIVO GERAL

Formar professores com domínio dos conhecimentos matemáticos, pedagógicos, científicos, tecnológicos, curriculares, sociais e humanísticos para atuar na Educação Básica, com ênfase na formação para os Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, de forma a constituir um profissional crítico e reflexivo.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I - Promover uma sólida formação de conteúdos matemáticos com domínio nas áreas da Matemática, bem como formação pedagógica necessária ao exercício da docência;
- II - Formar um profissional capaz de atuar como sujeito histórico no estudo e na produção de significados aos conceitos matemáticos, na resolução de problemas de seu cotidiano e na articulação da Matemática à outras áreas do conhecimento;
- III - Construir espaços de formação inicial e continuada de professores com linhas de pesquisa na formação docente e interação com as escolas de Educação Básica;
- IV - Evidenciar a educação científica nas atividades desenvolvidas no curso, relacionando-a com o avanço tecnocientífico e suas relações sociais;
- V - Promover a vivência de atividades ligadas à produção científica, desenvolvendo habilidades de investigação e senso crítico do aluno;
- VI - Propiciar ao acadêmico linguagem para a compreensão do mundo físico, permitindo sua utilização nas demais áreas do conhecimento;
- VII - Planejar, vivenciar e refletir acerca de práticas pedagógicas por meio de metodologias diversificadas que propiciem a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem;
- VIII - Elaborar propostas de ensino e aprendizagem para a Educação Básica, bem como analisar, selecionar e produzir material didático com vistas a construção de conceitos científicos básicos;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

IX - Expressar-se escrita e oralmente, com linguagem acadêmica;

X - Desenvolver a capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares, contribuindo para a realização de projetos coletivos na escola básica;

XI - Conhecer questões contemporâneas que abrangem a cultura geral, profissional e os conhecimentos sobre crianças, jovens, adolescentes e adultos, das pessoas com deficiência e necessidades específicas e das comunidades indígenas e demais questões da diversidade cultural;

XII - Perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, no qual novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente.

4.3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

A seleção para os Cursos de Graduação do IFC é realizada 100% pelo SISU para o processo regular. As vagas que não forem preenchidas pelo SISU serão ofertadas por meio dos processos de cadastro de reserva e/ou vagas não ocupadas, os quais utilizam a análise do histórico escolar como critério de seleção. O IFC utiliza o Sistema de Ações Afirmativas (cotas) em todas as chamadas do processo seletivo, conforme Lei 12.711/2012, Lei 13.409/2016 e Resolução 37/2016 do Consuper.

Para ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Matemática é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e submeta-se à seleção prevista pela Instituição. Também é possível ingressar no Curso Superior de Licenciatura em Matemática através de Editais de Transferência, de acordo com os critérios definidos na Organização Didática do IFC. São modalidades de transferência: transferência interna (destinada ao ingresso de estudantes provenientes de outros cursos de graduação do IFC e que desejam mudar de curso e de *campus*), transferência externa (destinada ao ingresso no curso do IFC, de estudantes provenientes de outras instituições de ensino) e transferência ex officio, conforme determinação da legislação vigente.





5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O PDI do IFC expressa suas concepções e fundamentos filosófico científico-político que balizam o trabalho educacional da instituição, também em relação às políticas de ensino, extensão, pesquisa e inovação.

5.1 POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

5.1.1 Políticas de ensino

As políticas de ensino, que visam atender tanto a Educação Básica quanto a superior, estão demarcadas pela atuação dos Institutos Federais. No que tange à formação de professores, o IFC assume o compromisso como instituição formadora em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes. Visando à articulação entre as ofertas nos diversos níveis e as redes de ensino, o IFC tem instituído espaço específico de articulação, o Colegiado Institucional Articulador da Formação de Professores (COFOR).

A formação inicial visa à preparação e ao desenvolvimento de professores para o magistério na Educação Básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, o ensino e a aprendizagem, a gestão democrática, a autoavaliação e a avaliação institucional.

O estudo “Atratividade da Carreira Docente no Brasil” (2009) constata a existência de uma queda no interesse em seguir a carreira docente, devido a múltiplos fatores; o IFC, como instituição formadora e objetivando cumprir o estabelecido na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

de 2008, se firma no compromisso com esta formação, preparando profissionais, tanto em cursos de licenciatura quanto em programas especiais de formação pedagógica, que sejam capazes de contribuir para solucionar os desafios inerentes à profissão, por meio de ações pedagógicas inovadoras que objetivem romper com processos organizativos disciplinares e fragmentados que caracterizam historicamente os cursos de formação de professores.

Os cursos superiores de Licenciatura objetivam a formação de professores para a Educação Básica e Educação Profissional, no desafio de desenvolver metodologias que estabelecem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o conhecimento de forma integrada e verticalizada. O IFC, assim, contribui para o atendimento das demandas regionais na formação inicial de professores para Educação Básica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Propõe-se, nos cursos de Licenciatura, em consonância com as normas do MEC, organizar um desenho curricular flexível, tendo os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos por meio da inserção do estudante no espaço escolar, de ambientes de aprendizagem, de projetos integradores interdisciplinares e da pesquisa, e de processos educativos estruturados com base curricular comum às áreas de conhecimento e com forte embasamento na práxis associada à Educação Básica e Educação Profissional.

No Curso de Licenciatura em Matemática do *campus* Rio do Sul, projetos e programas de ensino diversificam as possibilidades formativas dos estudantes, para além da grade curricular obrigatória, o que facilita o fortalecimento formativo. Podem ser citados, nesse sentido, especialmente: as *atividades de monitoria*, as quais buscam promover a cooperação mútua entre os discentes, professores e técnicos, de forma a permitir a experiência do estudante com atividades técnico-didáticas; o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* (Pibid), que oferece bolsa aos estudantes que se dediquem ao estágio nas escolas públicas, antecipando o vínculo entre os futuros professores e a sala de aula; o *Programa de Residência Pedagógica* (RP), uma ação vinculada a Política Nacional de Formação de Professores, cujo objetivo é contribuir para o aperfeiçoamento do estágio supervisionado promovendo a imersão do futuro professor na escola de Educação Básica quando da segunda metade do Curso, acompanhado pelo professor da escola e professor do IFC; o *Programa Institucional de Formação de Professores do IFC* que incentiva a formação de docentes para a Educação Básica,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

conduzindo-o de forma ativa ao exercício da relação teoria e prática docente.

5.1.2 Políticas de extensão

No IFC a extensão é compreendida como processo educacional que incorpora a formação humana, levando em conta as características locais, sociais, culturais e científicas, podendo tornar o conhecimento produzido acessível à própria instituição e aos cidadãos, razão da existência da extensão. A política de extensão do IFC tem por objetivo a construção do conhecimento científico em diálogo com a comunidade.

No Curso de Licenciatura em Matemática a extensão se dá, especialmente, através de *ações desenvolvidas no âmbito das Práticas como Componente Curricular* dos componentes curriculares associados, por meio de *projetos*, com ou sem fomento, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes, técnicos administrativos, discentes e a comunidade, e em *eventos*, nos quais ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com o público específico, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFC, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia.

5.1.3 Políticas de pesquisa e inovação

No IFC a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino, da extensão e da inovação e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente. A política de pesquisa e inovação do IFC, organiza-se de modo a contemplar as indicações expressas na Lei nº 11.892/2008, quanto à finalidade e às características dos IF: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008).

Considerando as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação, e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência é entendida como procedimento sistemático e criativo que busca coerência lógica e crítica para



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

intervenção na realidade. Esta intervenção está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC tem *campus* instalado.

Para tanto, o desenvolvimento de pesquisas se dá a partir do Programa de Bolsas, regulamentado por dispositivos internos, e que atendem a diferentes modalidades: o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (Pibic), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas* (Pibic-AF), destinadas à participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC; e o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação* (Pibiti), voltado ao desenvolvimento e à transferência de novas tecnologias e inovação e; as *Bolsas de Pesquisa e de Inovação Internas do IFC*, com recursos do *campus*. Outros recursos são investidos com o intuito de apoiar as publicações e produção científica, promover eventos, entre outros.

Os elementos supracitados são marcos de trabalho e desenvolvimento recorrentes no âmbito do Curso de Licenciatura em Matemática do *campus* Rio do Sul, alargando ainda mais as práticas de pesquisa e inovação realizadas no âmbito curricular dos componentes curriculares do Curso, conforme serão explicitadas mais adiante neste documento.

5.2 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE

No IFC, a política de atendimento aos estudantes é voltada ao desenvolvimento de programas e ações que venham ao encontro da vida estudantil em sentido mais amplo. Por um lado, promove atividades com vistas à identidade juvenil, à integração dos estudantes, por meio do esporte, da cultura e do lazer, e à aprendizagem a partir da diversificação de espaços/metodologias e da participação em eventos técnico-científico-esportivos e culturais. Por outro lado, possibilita a identificação das necessidades do corpo discente, em suas demandas econômicas e de estrutura institucional, que viabilizem sua vida escolar que se constituam, por sua vez, de estratégias para acesso, permanência e êxito destes na instituição. É ainda inerente à política de atendimento aos discentes o acompanhamento de egressos do IFC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Nos campi, o atendimento aos estudantes é realizado por meio de equipe multiprofissional, composta por profissionais das áreas de pedagogia, serviço social, psicologia, enfermagem, nutrição, odontologia, medicina, entre outras. Por meio destas equipes, são desenvolvidas inúmeras atividades voltadas aos discentes, como ações de apoio e orientação pedagógica, psicológica e social; orientação e sensibilização sobre temáticas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade; inclusão dos discentes com deficiência; atendimento educacional especializado; promoção de saúde e bem-estar; identificação das demandas apresentadas pelos estudantes; dentre outras, conforme as especificidades de cada *campus*. Neste contexto, a Política de Atendimento ao Discentes, articulada com as demais políticas da instituição, dá-se estrategicamente, por meio de diversas frentes.

5.2.1 Assistência Estudantil

O IFC possui diversos setores para atendimento ao discente, a saber: Secretaria Acadêmica, Assessoria Pedagógica, Núcleo Pedagógico (NUPE), Serviço Integrado de Suporte e Atendimento Educacional (SISAE).

As atividades ligadas à vida acadêmica, tal como matrícula, trancamento, desistência, transferência, entre outras, são acompanhadas e conduzidas pela Secretaria Acadêmica, observando-se os trâmites e procedimentos estabelecidos e regulamentados pelo Conselho Superior do IFC, bem como a legislação vigente.

Para situações como baixo aproveitamento do acadêmico, eventuais problemas (adaptação, relacionamento), o *campus* conta com técnicos-administrativos em assuntos educacionais e assistente em administração na Assessoria Pedagógica. Conta também com o Núcleo Pedagógico (NUPE), o qual é um órgão de estudos, pesquisas e assessoramento do *campus* e tem a finalidade de proporcionar à comunidade acadêmica assistência de ordem didática e pedagógica, contribuindo com a implementação de políticas e ações na área educacional, visando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

O Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) tem o papel de implementar o atendimento integral e interdisciplinar ao estudante do IFC, voltado à saúde,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

ao bem-estar, à permanência, visando ao sucesso no processo de ensino-aprendizagem, bem como contribuir para o planejamento, a elaboração e a implementação de programas e ações institucionais que tenham como objetivo o atendimento ao estudante.

Dentre as ações, temos: i) Assistência ao estudante: auxilia e presta assistência aos estudantes no decorrer do processo formativo; ii) Atenção psicológica: o IFC possui Psicólogos em todos os Campi, com a função de assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento acadêmico e a formação cidadã dos discentes; iii) Serviço social: o IFC também possui Assistente Social em seus Campi, com o papel de desenvolver ações de acolhimento, orientação e encaminhamentos. Esses profissionais analisam, elaboram, coordenam e executam planos, programas e projetos para viabilizar a efetivação dos direitos do estudante e acesso às políticas sociais; iv) Enfermaria: o *campus* também conta com profissionais de enfermagem, com o papel de prestar auxílio em primeiros socorros, bem como ações de educação e prevenção de saúde; v) Concessão de auxílios estudantis: o *campus* conta com o Programa de Assistência Estudantil (PAE), vinculado à Coordenadoria Geral de Assistência Estudantil, para oferecer condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através da concessão de Auxílios Estudantis e está regulamentado pelo Decreto, nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PAE é destinado a estudantes de cursos presenciais de Ensino Técnico de Nível Médio e de Graduação, que se enquadrem em condições preestabelecidas em editais específicos; vi) Refeitório: disponível aos estudantes nos dias letivos, mediante vale alimentação adquirido no setor financeiro, tanto no período diurno quanto no período noturno.

5.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

O *campus* Rio do Sul conta hoje com duas frentes que atuam diretamente no processo de inclusão de estudantes com deficiência e/ou neuro divergentes a saber: Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o Atendimento Educacional Especializado



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

(AEE).

5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado é realizado por uma equipe composta por servidoras efetivas, cujas funções são: Professora de Educação Especial, Psicóloga e Pedagoga. Salienta-se que este serviço é regido pela Resolução 015/2021.

O AEE é compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. Ele é oferecido preferencialmente no contraturno das atividades didáticas e pedagógicas dos cursos nos quais os estudantes estão matriculados. Em Rio do Sul, o trabalho da equipe é também de articuladora das ações inclusivas entre família, estudante e escola. Com isso promove-se o pleno acesso e a participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas.

Em seu art. 7º a Resolução apresenta os objetivos do Atendimento Educacional Especializado no IFC, os quais elencamos abaixo:

- I – Promover um sistema educacional inclusivo, com condições de acessibilidade necessárias à permanência e ao êxito estudantil;
- II – Prover condições de acesso, participação e aprendizagem, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;
- III – Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV – Promover condições para a continuidade de estudos em todos os níveis, em todas as etapas e modalidades de ensino.

5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

O NAPNE compõem os Núcleos Inclusivos de nosso *campus* conjuntamente com o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Estudos de Gênero e





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Sexualidade (NEGES). A regulamentação de seu funcionamento está presente na POLÍTICA DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE.

Atualmente o NAPNE/Rio do Sul é composto por servidores e acadêmicos da instituição. Sua principal função é fomentar a cultura da inclusão, que é realizada por meio de atividades formativas e informativas, contando com projetos de extensão e pesquisa sobre a temática, além de ações que contribuem para a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e educacionais.

Destacamos que a Política supracitada distribui as funções do NAPNE em 15 (quinze) pontos distintos, dos quais citamos: o desenvolvimento de ações de implementação de políticas de inclusão, conforme as demandas existentes na região de abrangência; articulação e promoção de ações referentes à questão da equidade e da proteção dos direitos de pessoas com deficiência e necessidades específicas, através de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; sensibilização da comunidade do *campus* e da Reitoria, por meio de espaços de debates, vivências e reflexões, quanto a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas; contribuição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educador e ao educando o entendimento da necessidade de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas.





6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 PERFIL DO EGRESSO

O Licenciado em Matemática de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (BRASIL, 2010) é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Matemática. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Matemática, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas, assim como sobre estratégias para a transposição do conhecimento matemático em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Matemática, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO

O Licenciado em Matemática trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal, como feiras de divulgação científica e museus; em empresas que demandam sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria (BRASIL, 2010).

6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática está em consonância com a legislação nacional, tais como a Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

continuada de professores da Educação Básica, com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC, Organização Didática do IFC e demais normativas nacionais e institucionais pertinentes ao Ensino Superior.

A organização curricular do Curso está prevista em oito semestres e tem como princípios orientadores a preparação e o desenvolvimento de profissionais para o magistério na Educação Básica em suas etapas – Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio - e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação quilombola e educação a distância.

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores, Artigo 10, os cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior, em cursos de Licenciatura do IFC terão, no mínimo, 3.210 (três mil duzentas e dez) horas, e no máximo 3.410 (três mil quatrocentas e dez) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I - no mínimo 800 (oitocentas) horas, compostas por Formação Geral e pelos Estudos Integradores a esta associados, previstos nos incisos I e IV do Artigo 8º, respectivamente;
- II - no mínimo 1600 (mil e seiscentas) horas, compostas por Aprofundamento e Diversificação de Estudo nas Áreas de Atuação Profissional e pelos Estudos Integradores a estes associados, previstos nos incisos II e IV do Artigo 8º respectivamente;
- III - 810 (oitocentas e dez) horas, de prática pedagógica, assim distribuídas:
 - a) 405 (quatrocentas e cinco) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso da instituição formadora; e
 - b) 405 (quatrocentas e cinco) horas para a Prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo.

Ainda, a Política Institucional de Formação de Professores aponta no Artigo 11, que o eixo pedagógico obrigatório compreende um grupo de componentes curriculares comuns aos cursos de Licenciatura do IFC que busca contribuir para a construção de uma identidade docente. No inciso 1º, destaca-se que este mesmo eixo deverá abarcar carga horária total de, no mínimo, 660 (seiscentas e sessenta) horas.

O Quadro 01, lista os componentes curriculares e a carga horária presentes no Curso no



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

âmbito do eixo pedagógico obrigatório:

Quadro 01 - Componentes Curriculares do Eixo Pedagógico Obrigatório do Curso
Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – *campus* Rio do Sul

Código	Componente Curricular	Carga Horária
LMG0608	Filosofia da Educação	60
LMG0604	História da Educação	60
LMG0602	Sociologia da Educação	60
LMG0614	Psicologia da Educação	60
LMG0616	Didática Geral	60
LMG0609	Teorias Educacionais e Curriculares	60
LMG0642	Políticas Públicas da Educação	60
LMG0636	Gestão Educacional	60
LMG0629	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60
LMG0632	Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática	75
LMG0622	Metodologia de Ensino de Matemática	75
LMG0624	Laboratório de Ensino de Matemática I	90
LMG0635	Laboratório de Ensino de Matemática II	90
TOTAL		870

6.3.1 Núcleo de Formação Geral

O Núcleo de Formação Geral possui caráter de formação generalista, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, das diversas realidades educacionais, composto por campos do saber que constroem o embasamento teórico necessário para a formação docente.

O Quadro 02, abaixo, apresenta os componentes curriculares e a carga horária presente no Curso de Matemática no Núcleo de Formação Geral.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Quadro 02 - Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – *campus* Rio do Sul

Código	Componente Curricular	Carga Horária Total	Carga Horária Teoria	Carga Horária PCC
LMG0608	Filosofia da Educação	60	60	-
LMG0604	História da Educação	60	60	-
LMG0602	Sociologia da Educação	60	60	-
LMG0614	Psicologia da Educação	60	60	-
LMG0616	Didática Geral	60	60	-
LMG0609	Teorias Educacionais e Curriculares	60	60	-
LMG0642	Políticas Públicas da Educação	60	60	-
LMG0636	Gestão Educacional	60	60	-
LMG0629	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60	60	-
LMG0632	Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática	75	60	15
LMG0622	Metodologia de Ensino de Matemática	75	60	15
LMG0611	Libras	60	60	-
TOTAL		750	720	30

O quadro 2 acrescido de 80 (oitenta) horas de Atividades Curriculares Complementares (ACC), está em consonância com a Política Institucional de Formação de Professores, Artigo 10 e vem cumprir com o mínimo de 800 (oitocentas) horas, compostas por Formação Geral (720h) e pelos Estudos Integradores (80h) a estes associados.

6.3.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas áreas de atuação profissional é composto por campos de saber destinados à caracterização da área específica de formação e conhecimentos pedagógicos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O Quadro 03 demonstra os componentes curriculares do Curso e as respectivas cargas horárias do Núcleo de Aprofundamento de Diversificação de Estudos.

Quadro 03 - Componentes Curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – *campus* Rio do Sul

Código	Componente Curricular	Carga Horária Total	Carga Horária Teoria	Carga Horária PCC
LMG0605	Pesquisa e Processos Educativos I	90	30	60
LMG0601	Geometria Plana	60	60	-
LMG0603	Matemática Fundamental I	90	90	-
LMG0610	Pesquisa e Processos Educativos II	90	30	60
LMG0606	Geometria Espacial	60	60	-
LMG0607	Matemática Fundamental II	90	90	-
LMG0613	Pré-Cálculo	60	60	-
LMG0615	Pesquisa e Processos Educativos III	90	30	60
LMG0612	Matemática Fundamental III	90	90	-
LMG0620	Geometria Analítica	60	60	-
LMG0619	Cálculo I	60	60	-
LMG0618	Educação Financeira	75	60	15
LMG0617	Lógica Básica	30	30	-
LMG0621	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	30	60
LMG0624	Laboratório de Ensino de Matemática I	90	60	30
LMG0623	Cálculo II	60	60	-
LMG0626	Álgebra Linear	60	60	-
LMG0627	Cálculo III	60	60	-
LMG0628	Física aplicada à matemática	60	30	30



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LMG0631	Estatística e Probabilidade	60	60	
LMG0635	Laboratório de Ensino de Matemática II	90	60	30
LMG0634	Fundamentos de Álgebra	60	60	-
LMG0633	Equações Diferenciais Ordinárias	60	60	-
LMG0638	Fundamentos da Didática da Matemática	60	30	30
LMG0639	Cálculo Numérico	60	60	-
LMG0641	História e Filosofia da Educação Matemática	30	30	-
LMG0640	Fundamentos de Análise Real	60	60	-
	Optativa I	30	30	-
	Optativa II	60	60	-
TOTAL		1935	1560	375

O quadro 3 acrescido de 40 (quarenta) horas de Atividades Curriculares Complementares (ACC), está em consonância com a Política Institucional de Formação de Professores, Artigo 10 e vem cumprir com o mínimo de 1600 (mil e seiscentas) horas, compostas por Aprofundamento e Diversificação de Estudo nas Áreas de Atuação Profissional (1560h) e pelos Estudos Integradores (40h) a estes associados.

6.3.3 Núcleo de Estudos Integradores e Práticas Pedagógicas

O Núcleo de Estudos Integradores compreende as Atividades Curriculares Complementares (ACC), caracterizadas como atividades teórico-práticas de aprofundamento, complementares à formação e ao enriquecimento curricular. Já as denominadas Práticas Pedagógicas, compreendem o Estágio Curricular Supervisionado, em situação real de trabalho em escola, e a Prática como Componente Curricular (PCC), distribuídas ao longo do processo formativo.

As Atividades Curriculares Complementares (ACC) precisam compor de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) da carga horária total de estrutura curricular, de acordo com a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Organização Didática do IFC. No Curso de Licenciatura em Matemática, estão previstas 120 (cento e vinte) horas de ACC, sendo equivalente a 3,7% da carga horária total de estrutura curricular do Curso. Das 120 (cento e vinte) horas de ACC, 80 (oitenta) horas compõe as 800 (oitocentas) horas, compostas por Formação Geral e pelos Estudos Integradores e 40 (quarenta) horas compõe as 1600 (mil e seiscentas) horas, compostas por Aprofundamento e Diversificação de Estudo nas Áreas de Atuação Profissional e pelos Estudos Integradores. Dessa forma, cumpre respectivamente, o exigido pelos eixos I e II do Artigo 10 da Política Institucional de Formação de Professores.

6.3.4 Relação Teoria e Prática

O Curso ao assumir a práxis como princípio filosófico, está em consonância com Vázquez (1968), para o qual a finalidade da atividade prática, é a transformação real e objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana que no caso da educação, reflete no processo de ensino e de aprendizagem. É possível, portanto, compreender que a atividade docente representa a possibilidade concreta da construção de conhecimento e da fusão entre o conhecimento teórico e o prático.

Para concretizar essa indissociabilidade, a formação de professores proporciona a apropriação de diferentes conhecimentos, que promovam tanto a formação intelectual quanto a formação humana. Portanto, para além dos conhecimentos específicos matemáticos, necessita exercitar o espírito investigativo, compreender sobre as diferentes concepções de mundo, para educar em defesa da equidade social (CIVIERO, 2016). Para tanto, conforme D'Ambrosio (2005), a construção do professor deve ser sólida e multidimensional.

Com esse entendimento, o Curso ao assumir a práxis, como princípio filosófico, busca a articulação entre teoria e prática desde as primeiras fases, não restrita apenas aos Estágios Supervisionados, mas articulado com os demais componentes curriculares do Curso por meio das Práticas como Componente Curricular e da integração da Matemática com outras áreas do conhecimento. Por isso, é necessário que o futuro professor compreenda o contexto escolar como um processo contínuo e dinâmico, influenciado por múltiplas variáveis educacionais, sociais,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

históricas e culturais, no qual se aprende e se trabalha desenvolvendo a identidade do professor em formação como agente ativo do processo, ou seja, com a reflexão e a investigação da *práxis* visando uma educação humanizadora.

Os componentes curriculares compostos pela prática como componente curricular (PCC) buscam envolver os licenciandos na análise de atividades realizadas no contexto profissional durante experiências de campo, relacionadas à observação da prática de professores ou da reflexão sobre a própria prática, enquanto professor em formação.

6.3.5 Prática como Componente Curricular (PCC)

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores do IFC, a PCC no curso de Licenciatura em Matemática consiste em um momento formativo de caráter integrador fundamental à compreensão da profissão docente como um processo complexo - cujo entendimento não se restringe a um campo específico de conhecimento - para o que a reflexão teórica deve estar em permanente diálogo com o fazer cotidiano de sua profissão. Ela busca estabelecer a integração interna e externa dos conhecimentos específicos da área, dos saberes didático-pedagógicos e dos conhecimentos humanísticos.

No referido curso, a PCC tem como propósito o fortalecimento da relação entre teoria e prática na formação dos futuros professores, mediante a valorização da pesquisa individual e/ou coletiva, e visa a preparação para que consigam lidar com a tomada de decisões adequadas ao exercício da profissão, tendo a escola e, sobretudo, a sala de aula, como foco para onde converge a formação. Por isso, a carga horária destinada à PCC deverá envolver um movimento de reflexão-ação-reflexão essencial na formação docente, a partir da proposição de atividades inerentes à prática docente, por meio de estratégias que façam frente à complexidade do processo de ensino e aprendizagem nos campos específicos da formação dos estudantes. Dessa forma, estará associada às dimensões da pesquisa e inovação e extensão dada a sua natureza investigativa e o diálogo que manterá com os diversos espaços educativos locais e regionais.

No curso de Licenciatura em Matemática serão 405 horas de PCC distribuídas em componentes curriculares ao longo de todo o curso com vistas à integração entre o IFC e o



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

sistema de educação básica da região de Rio do Sul, fortalecendo a colaboração interinstitucional e a inserção dos estudantes no contexto educacional. Destaca-se que a PCC não depende necessariamente da observação ou inserção direta nas escolas, pois destina-se ao conhecimento, planejamento e análise de situações (pedagógicas) inerentes à sua profissão, e para isso, pode utilizar de narrativas orais e escritas de professores, produções dos estudantes, situações simuladas, estudo de caso, produção de material didático, dentre outros. Assim, ela deve ser planejada e seu acontecer se dará desde o início do processo formativo e se estenderá ao longo de todo o seu percurso. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado, ela corrobora para a formação da identidade do professor como educador pesquisador.

São apresentadas no Quadro 04 a seguir os componentes e carga horária destinada à Prática como Componente Curricular:

Quadro 04 - Componentes Curriculares que incluem PCC, do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – *campus* Rio do Sul.

Código	Componente curricular	Carga horária de PCC	Carga horária total
LMG0605	Pesquisa e processos educativos I	60	90
LMG0610	Pesquisa e processos educativos II	60	90
LMG0615	Pesquisa e processos educativos III	60	90
LMG0621	Pesquisa e processos educativos IV	60	90
LMG0618	Educação Financeira	15	75
LMG0622	Metodologia de Ensino de Matemática	15	75
LMG0624	Laboratório de Ensino de Matemática I	30	90
LMG0635	Laboratório de Ensino de Matemática II	30	90
LMG0628	Física aplicada à matemática	30	60
LMG0632	Tecnologias Digitais no ensino de Matemática	15	75
LMG0638	Fundamentos da Didática da Matemática	30	60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.3.6 Pesquisa e Processos Educativos (PPE)

Segundo a Política Institucional de Formação Inicial e continuada de Professores da Educação Básica do IFC, a PPE visa desenvolver práticas reflexivas e contextuais que estabelecem relações entre a teoria e a prática, fomentando a experiência da sala de aula, de modo a articular a teoria ao exercício da prática profissional. Além disso, buscará articular ensino, extensão, pesquisa e inovação em sua indissociabilidade para que o estudante seja protagonista de seu próprio processo formativo, em sua capacitação para cumprir as exigências profissionais e em sua formação geral, que lhe confere cidadania e reconhecimento de sua importância como agente capaz de garantia de direitos e deveres e de transformação social.

No curso de Licenciatura em Matemática do IFC *campus* Rio do Sul, a PPE será desenvolvida na forma de componentes curriculares obrigatórios, transversal da primeira (1ª) à quarta (4ª) fase. Objetiva a formação docente assumindo a pesquisa como princípio educativo e científico, para desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do estudante, contribuindo para a sua formação básica, profissional, cultural, científica e política, como professor e/ou como pesquisador em Educação Matemática.

Neste sentido, a PPE fomenta a práxis ao propor que o estudante assuma uma postura de pesquisador em seu processo formativo. Isso revela uma concepção de formação que vai além do ensino, em sentido estrito, para contemplar um processo formativo que não se limita a difundir o conhecimento acadêmico, mas que se propõe a repensá-lo e reconstruí-lo a partir da atividade investigativa. Para isso, na busca de garantir a interdisciplinaridade e a transversalidade, requer que a PPE se articule com os componentes curriculares de cada fase, em torno de uma proposta que contemple a relação ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da PCC, a fim de que favoreça e garanta as vivências dos estudantes em atividades inerentes ao exercício da docência e da pesquisa.

A carga horária de cada PPE é composta de no mínimo 30 (trinta) horas em sala de aula e mais 60 (sessenta) horas de PCC, com vistas à inserção dos acadêmicos na pesquisa, na extensão e nos espaços do exercício da profissão docente. No que se refere aos campos de investigação dos PPE estes se constituem nos eixos de formação do curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação e Gestão, bem como, na formação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

profissional na perspectiva das diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, da inclusão, dos direitos humanos e da educação ambiental.

As propostas construídas e planejadas sob a coordenação dos dois professores de cada componente curricular PPE contemplam o movimento de aproximar os estudantes com a realidade da profissão e ao mesmo tempo possibilitar a aprendizagem dos processos de pesquisa, como dos objetivos, dos instrumentos de coleta e análise de dados, enfim, das facilidades e dificuldades da prática da pesquisa. O Quadro 05 é norteador do planejamento semestral da PPE, cabendo ao professor do componente e aos demais professores da fase, o detalhamento das atividades e demais procedimentos:

Quadro 05 - Sugestões de atividades e produto final de cada uma das PPE.

PPE	Produto
PPE I	Práticas de leitura e estudo sobre formas de produção de textos, como síntese, resumo simples, resenha crítica, ensaio, dentre outros. Produção - ensaio ou resumo simples a partir de uma revisão de literatura. Extensão - atuação junto ao Projeto Integrador.
PPE II	Análise documental de materiais de apoio utilizados pelo professor que ensina matemática, como livros e apostilas, investigando os temas transversais contemplados na disciplina. Produção - resumo expandido ou artigo. Extensão - atuação junto ao Projeto Integrador.
PPE III	Mapeamento como princípio metodológico na pesquisa educacional / revisão integrativa da literatura. Produção - Artigo Extensão - atuação junto ao Projeto Integrador.
PPE IV	Estudo dos elementos necessários para o planejamento e desenvolvimento de uma pesquisa de campo, com coleta de dados a partir de questionário ou entrevista, grupo focal. Produção - Artigo Extensão - atuação junto ao Projeto Integrador.

Para o desenvolvimento da prática será realizado o planejamento no início de cada semestre, num movimento de projeção de estratégias de articulação entre os componentes curriculares (quando visualizadas possibilidades), dos roteiros para planejamento e registro das atividades, da produção textual (relatório, memorial, artigo, resumo expandido, entre outras



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

possibilidades) e da socialização das experiências (roda de conversa, seminário, comunicação oral, entre outros). Quando o planejamento resultar na articulação dos componentes curriculares da fase, cabe aos docentes de cada uma das PPE, coordenar o planejamento da proposta de PCC junto aos demais professores da respectiva fase. Quando isso acontecer, a avaliação do processo e do produto da PCC pode ser coletiva e seu resultado, de acordo com o planejamento dos demais professores participantes da atividade, também considerado em todos os componentes curriculares.

6.4 INTERDISCIPLINARIDADE

A estrutura curricular do Curso é disciplinar, entretanto, as metodologias e as abordagens dos conteúdos buscam estabelecer relações entre os componentes curriculares que ocorrem concomitantemente, bem como das fases anteriores. Portanto, a articulação entre o corpo docente do Curso é fundamental para proporcionar relações interdisciplinares a serem estabelecidas. Para garantir essa articulação, a cada início de semestre ocorrerá o planejamento coletivo e colaborativo, a partir da compreensão do Projeto Pedagógico pelo corpo docente. A proposta de articulação entre os componentes curriculares de cada fase e ao longo do Curso através dos trabalhos da PCC, já evidencia a ocorrência da interdisciplinaridade, que será reforçada por meio de diálogos programados em reuniões pedagógicas entre os professores que atuam em cada fase do Curso. Uma possibilidade para fomentar a interdisciplinaridade é a discussão coletiva dos Planos de Ensino no início de cada semestre.

Os temas transversais estão contemplados na matriz curricular do Curso de modo explícito e implícito.

A temática sobre a Educação Ambiental, está fundamentada segundo a Resolução do CNE/CP nº2, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012) – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Embasada nessa resolução essa temática será discutida ao longo do curso e ainda, o IFC possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os *Campi*.

A Educação das Relações Étnico-Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pertinentes ao Curso de Licenciatura em Matemática, será tratada de acordo com a Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP nº 01/ 2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão étnica e racial.

De acordo com a Resolução do CNE/CP nº 02/2012 – que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012, p. 2):

Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Em atendimento a Resolução do CNE/CP nº 02/2012, conteúdos referentes aos direitos humanos serão trabalhados ao longo do curso.

Os temas transversais são efetivamente desenvolvidos no componente curricular Pesquisa e Processos Educativos II (PPE II), de forma objetiva traz em seu ementário, o estudo das questões ambientais, étnico-raciais, gênero, sexualidade, religião, faixa geracional, inclusão e direitos humanos. Entretanto, tais temáticas não podem se esgotar em um único componente e, por isso, são requeridas em outros componentes curriculares, de forma a constituírem-se enquanto discussões e reflexões recorrentes a serem levantadas no período formativo. Para tanto, no início de cada semestre os docentes do Curso deverão discutir em quais componentes curriculares os temas transversais serão tratados de modo a garantir que sejam desenvolvidos de forma articulada aos conteúdos específicos, bem como evitar sobreposições. Os eventos promovidos pelo Curso, tais como a Jornada Acadêmica das Licenciaturas (primeiro semestre de cada ano) e o Ciclo de debates do Projeto Integrador (segundo semestre de cada ano), devem considerar os temas transversais como elementos constitutivos de suas estruturas e sobre os quais seja possível relacionar o fazer do professor de Matemática.



6.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, as atividades acadêmicas de extensão devem ser desenvolvidas nos componentes curriculares do curso de graduação, considerando a formação do estudante, em consonância com os pressupostos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Sendo assim, a curricularização da pesquisa e da extensão constitui-se como um processo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, que visa proporcionar a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade, através da construção e aplicação do conhecimento, articulando o ensino e a pesquisa.

O PPC de Licenciatura em Matemática deve garantir no mínimo 10% da carga horária total do curso, para atividades curricularizáveis de pesquisa e de extensão, conforme estabelece a Resolução do CNE/CES 07/2018 e normativa interna do IFC.

A carga horária das atividades curricularizáveis de pesquisa e da extensão devem ser especificadas na matriz curricular do curso. Conforme normativa do IFC: As atividades desenvolvidas de forma integrada, articulada e de forma indissociável, serão contabilizadas simultaneamente para atendimento da carga horária prevista, tanto para curricularização da extensão, como da pesquisa. Não podem ser previstas atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão nos componentes Estágio Curricular e Atividades Curriculares Complementares.

O PPC de Licenciatura em Matemática tem 14,6 % de curricularização da extensão e 13,1% de curricularização da pesquisa e atende o que estabelece a Resolução do CNE/CES 07/2018 e normativa interna do IFC. A regulamentação das atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão serão definidas e aprovadas pelo Colegiado de Curso de Licenciatura em Matemática, em Regulamento Específico. A carga horária das atividades curricularizáveis de pesquisa e da extensão está especificada na matriz curricular do curso. De acordo com a normativa do IFC, estão previstas no curso algumas atividades integradas que são consideradas tanto para curricularização da extensão, como da pesquisa, constituindo um Projeto Integrador.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Para a efetivação deste projeto a carga horária da extensão está diluída ao longo dos componentes curriculares do Curso, visando a articulação e integração entre todos os componentes, de modo a viabilizar a extensão em todas as fases do Curso.

No Curso de Licenciatura em Matemática as atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa serão desenvolvidas como componentes curriculares específicos do curso e como parte da carga horária de disciplinas, conforme explicitado no Quadro 06.

Quadro 06 – Componentes Curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática que apresentam curricularização integral ou parcial da pesquisa e da extensão

Código	Componente Curricular	Carga horária Total	Carga horária Pesquisa	Carga horária Extensão
LMG0601	Geometria Plana	60		6
LMG0602	Sociologia da Educação	60		6
LMG0603	Matemática Fundamental I	90		9
LMG0604	História da Educação	60		6
LMG0605	Pesquisa e Processos Educativos I	90	90	3
LMG0606	Geometria Espacial	60		6
LMG0607	Matemática Fundamental II	90		9
LMG0608	Filosofia da Educação	60		6
LMG0609	Teorias Educacionais e Curriculares	60		6
LMG0610	Pesquisa e Processos Educativos II	90	90	30
LMG0611	Libras	60		6
LMG0612	Matemática Fundamental III	90		9
LMG0613	Pré Cálculo	60		6
LMG0614	Psicologia da Educação	60		6
LMG0615	Pesquisa e Processos Educativos III	90	90	30
LMG0616	Didática Geral	60		6



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LMG0617	Lógica Básica	30		3
LMG0618	Educação Financeira	75		6
LMG0619	Cálculo I	60		6
LMG0620	Geometria Analítica	60		6
LMG0621	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	90	30
LMG0622	Metodologia do Ensino de Matemática	75		6
LMG0623	Cálculo II	60		6
LMG0624	Laboratório de Ensino de Matemática I	90	30	90
LMG0626	Álgebra Linear	60		6
LMG0627	Cálculo III	60		6
LMG0628	Física aplicada à matemática	60		3
LMG0629	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60		6
LMG0631	Estatística e probabilidade	60		6
LMG0632	Tecnologias Digitais no ensino de matemática	75		6
LMG0633	Equações Diferenciais Ordinárias	60		6
LMG0634	Fundamentos de Álgebra	60		6
LMG0635	Laboratório de ensino de matemática II	90	30	90
LMG0636	Gestão Educacional	60		6
LMG0638	Fundamentos da Didática da Matemática	60		3
LMG0639	Cálculo Numérico	60		6
LMG0640	Fundamentos de análise real	60		6
LMG0641	História e Filosofia da Educação Matemática	30		3
LMG0642	Políticas Públicas da Educação	60		6



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Total de Pesquisa e Extensão	420	468
------------------------------	-----	-----

Dada a dimensão disposta no Quadro 6, a carga horária para a curricularização da pesquisa e da extensão será de 420 (quatrocentas e vinte) horas de Pesquisa e 468 (quatrocentas e sessenta e oito) horas de Extensão, respectivamente equivalentes a 13,1% e 14,6% da carga horária total do curso.

A concepção e as estratégias para a curricularização da pesquisa e da extensão serão disponibilizadas em normativa própria do Curso. Essa normativa demarca, de forma detalhada, as ações a empreender nos componentes curriculares expressos no Quadro 06, para o alcance do intento de interdisciplinaridade requerida e a formação compromissada com valores para o desenvolvimento global da sociedade. A Pesquisa acontece, principalmente, vinculada às PEEs e a Extensão acontece em todas as fases do Curso, de modo articulado a todos os componentes curriculares, exceto nos estágios e nos componentes optativos. Dessa forma concebe-se a extensão como resultado de um Projeto Integrador entre os componentes curriculares, cujo objetivo é o desenvolvimento de um produto a ser ofertado à comunidade, observando as diretrizes para a extensão.

6.6 LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa seguirão a política institucional em consonância aos princípios e às peculiaridades do PDI e PPI do IFC e do *campus*. Estas, por sua vez, serão definidas ao longo do processo de acordo com as necessidades dos projetos apresentados pelos docentes e discentes que farão os grupos de pesquisas que atendem as grandes áreas do CNPq.

O corpo docente do Curso compôs no ano de 2020 um Grupo de Pesquisa Institucional - o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática e suas Perspectivas (NEPEMP), certificado pelo Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1357338062318590), o qual, atualmente, abriga 10 pesquisadores, dentre esses, sete são professores do Curso, um técnico e oito discentes.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O NEPEMP abriga linhas de pesquisa articuladas ao perfil de trabalho e atuação de seus integrantes e constitui um elemento agregador de experiências e conhecimentos com vistas ao desenvolvimento pleno dos objetivos constantes no projeto de Curso: Linha 1 - Ensino e aprendizagem de matemática para e na educação básica e superior e as tendências em Educação Matemática que objetiva investigar questões relativas ao ensino e a aprendizagem, fomentar a produção e análise de materiais didáticos para e na Educação Matemática, bem como compreender as diferentes tendências da Educação Matemática nas suas várias dimensões tendo como base as relações sociais na contemporaneidade; Linha 2 - B - Atuação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática que objetiva estudar, discutir e investigar aspectos teóricos, políticos e práticos acerca do processo do desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática; Linha 3 - O Movimento em Rede das Feiras de Matemática investigar os processos de gestão, orientação, avaliação e formação dos sujeitos no Movimento das Feiras de Matemática que objetiva investigar as potencialidades da Educação Matemática, por meio das Feiras de Matemática, para contribuir no enfrentamento dos desafios contemporâneos; Linha 4 - Perspectivas matemáticas: concepções sócio-históricas e filosóficas sobre a Educação Matemática e suas implicações no processo civilizatório que objetiva contribuir para a articulação entre os conhecimentos específicos e as variáveis contemporâneas, num contexto e crítico, além de compreender os processos sócio-históricos da produção do conhecimento específico da matemática e seus desdobramentos.

6.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Curso de Licenciatura em Matemática do *campus* Rio do Sul não prevê o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). No entanto, possui os Relatórios Finais de Estágio Supervisionado que são considerados pelo NDE como equivalentes a um TCC. Tal equivalência está relacionada ao fato de que o relatório construído pelos acadêmicos compreende uma estrutura textual, que contempla aspectos da pesquisa no campo da Educação Matemática, tais como problemática, objetivos, fundamentação teórica, análise crítica dos dados de campo (da observação e da regência) e considerações.





6.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Na formação de professores também se concebe o Estágio como um “[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]” (BRASIL, 2008, p. 1). Visa o aprendizado do educando para o exercício de sua atividade profissional, além do seu desenvolvimento para uma vida cidadã. Ele deve fazer parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

6.8.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado encontra-se disposto na organização curricular do curso como um componente obrigatório, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. Ele pressupõe: inerência à docência, com explícitas ações em atividades de planejamento, observação, inserção e regência na Educação Básica (Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio); possibilidade de atuação nas diferentes modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola) em espaços escolares e não escolares.

O Estágio Curricular Supervisionado terá carga horária de 405 horas, sendo realizado a partir da quinta fase. Enquanto ato pedagógico, aproxima os estudantes da realidade escolar possibilitando a vivência com o exercício da docência na perspectiva da práxis. Constitui-se em um espaço para estudo, pesquisa, reflexão ética e crítica em um movimento constante e em espiral. Neste sentido, se apresentam como objetivos:

- a) proporcionar ao acadêmico a participação em situações de trabalho e o desenvolvimento de experiências de ensino e de aprendizagem visando a complementação da educação profissional como um espaço para a reflexão teórico-crítica;
- b) promover a integração entre a realidade acadêmica e sócio-econômico-política como



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

forma de possibilitar a vivência da atividade docente e ampliar a qualificação do futuro profissional;

- c) oportunizar ao estudante estagiário, situações que possibilitem apresentar sua visão de análise crítica e domínio de conhecimentos, por meio da implementação de propostas de ação pedagógica;
- d) refletir acerca das dificuldades, limites e desafios do processo de ensino e aprendizagem inerentes ao exercício da profissão docente na educação básica;
- e) articular atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir do desenvolvimento das temáticas observadas nos campos de Estágio.

O estágio Curricular supervisionado da Licenciatura em Matemática será realizado em 04 (quatro) etapas, assim distribuídas:

1ª Etapa: Estágio Supervisionado I - 105h – nesta etapa o estudante, a partir dos conhecimentos constituídos ao longo do curso, aproxima-se da realidade na qual atuará com atitude de pesquisador crítico e reflexivo. Planejamento para observação, inserção na escola-campo e compartilhamento de experiências estão dentre as atividades inerentes da etapa. É no interior da escola-campo que realiza análise de documentos norteadores da estrutura e funcionamento da Instituição, observa atentamente todos os espaços e aspectos inerentes ao contexto escolar e das ações realizadas pelo professor supervisor que ensina matemática nos anos finais do ensino fundamental.

2ª Etapa: Estágio Supervisionado II - 105h – nesta etapa o estudante, a partir dos conhecimentos constituídos ao longo do curso, insere-se na realidade na qual atuará com atitude de pesquisador crítico e reflexivo. Planejamento e regência em turma de anos finais do ensino fundamental na escola-campo, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica estão dentre as atividades inerentes da etapa.

3ª Etapa: Estágio Supervisionado III - 90h – nesta etapa o estudante, a partir dos conhecimentos constituídos ao longo do curso, aproxima-se da realidade na qual atuará com atitude de pesquisador crítico e reflexivo. Planejamento para observação, inserção na escola-campo e compartilhamento de experiências estão dentre as atividades inerentes da etapa. É no interior da escola-campo que realiza análise de documentos norteadores da estrutura e





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

funcionamento da Instituição, observa atentamente todos os espaços e aspectos inerentes ao contexto escolar e das ações realizadas pelo professor supervisor que ensina matemática no Ensino Médio.

4ª Etapa: Estágio Supervisionado IV - 105h – nesta etapa o estudante, a partir dos conhecimentos constituídos ao longo do curso, insere-se na realidade na qual atuará com atitude de pesquisador crítico e reflexivo. Planejamento e regência em turma do Ensino Médio na escola-campo, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica estão dentre as atividades inerentes da etapa.

Para o desenvolvimento de cada uma dessas etapas, a organização curricular prevê 30 horas de aulas presenciais, distribuídas no quadro de horário do período correspondente - duas horas semanais -, sendo o restante da carga horária orientada pelo docente orientador e realizada pelo estudante fora do horário regular (noturno) de aula. A inserção do estudante na escola-campo ocorrerá no período diurno, havendo também possibilidade no período noturno.

As atividades relativas ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório estão regulamentadas por documento próprio (Apêndice 1), criado pelo NDE e aprovado pelo colegiado do curso e do *campus*.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório também pode ser equiparado a outras atividades ou ações similares, que integram a Política Nacional de Formação de Professores, como a Residência Pedagógica (RP). Afinal, ela objetiva contribuir para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura. As atividades relativas ao desenvolvimento da RP no curso de Matemática - Licenciatura do IFC – *campus* Rio do Sul, estão regulamentadas por documento próprio, para fins de validação dos Estágios (Apêndice 2).

No tocante ao acompanhamento e à avaliação do Estágio Curricular Obrigatório, esses devem ser realizados em cada uma de suas etapas, em um processo que envolve um constante exercício de melhoria da situação avaliada. Será realizado pelo docente orientador e pelo professor supervisor, quando for o caso, considerando como mecanismos de acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, dentre outros:

I - plano de Atividades do Estágio Curricular Supervisionado (aprovado pelo Professor



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Orientador e pelo Professor Supervisor);

II - frequência do estudante na Instituição Educativa de estágio;

III - reuniões do estudante com o Professor Orientador e com o Professor-Supervisor;

IV - visitas à Instituição Educativa de estágio pelo Professor Orientador;

V - diário de campo com os resultados das observações e reflexões do estudante estagiário;

VI - ficha de Avaliação do Desempenho do Estagiário no estágio de regência;

VII - seminário de socialização do Estágio Curricular Supervisionado;

VIII - relatório final/memorial de formação do Estágio Curricular Supervisionado;

IX - autoavaliação do estagiário.

Por fim, destaca-se que as práticas/atividades realizadas no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório devem ser registradas em um relatório/memorial, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo. Essa produção deve ser disponibilizada em local definido pelas coordenações de estágio e de curso.

6.8.2 Estágio Curricular não obrigatório

Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido pelo acadêmico como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estagiários que estejam frequentando o ensino regular no IFC. Poderá ser realizado desde que seguidas as normas institucionais e regulamentares do IFC e do *campus* onde o curso está sendo oferecido.

Para estudantes do curso de licenciatura em matemática, podem ser campos de estágio não-obrigatório, as escolas e demais instituições que atuem na área educacional, além dos setores e áreas afins do Curso, tais como atividades compatíveis com o currículo específico, a saber: atividades auxiliares em ambientes educacionais; atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de monitorias de aulas de Matemática em ambientes de educação formais e não formais.

Para realizar o referido estágio, a parte concedente do estágio designará profissional





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

docente de seu quadro funcional para ser supervisor, que deverá ter habilitação ou experiência na área de realização do estágio. Já o acompanhamento, comprovado por vistos nos Programas de Estágio e preenchimento do Relatório de Avaliação do Estágio Não-obrigatório, será atribuição do respectivo curso de Licenciatura, que designará Professor Orientador para tal.

6.9 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 07 – Matriz Curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - Rio do Sul

1ª Fase							
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial	CH de curricularização da Extensão (CE)	CH de curricularização da Pesquisa (CP)	PCC	Estágio	CH Total
		CH Teórica					
LMG0601	Geometria Plana	60	6				60
LMG0602	Sociologia da Educação	60	6				60
LMG0603	Matemática Fundamental I	90	9				90
LMG0604	História da Educação	60	6				60
LMG0605	Pesquisa e Processos Educativos I	30	3	90	60		90
	Total	300	30	90	60		360

2ª Fase								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH de CE	CH de CP	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica					
LMG0606	Geometria Espacial		60	6				60
LMG0607	Matemática Fundamental II		90	9				90
LMG0608	Filosofia da Educação		60	6				60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LMG0609	Teorias Educacionais e Curriculares		60	6				60
LMG0610	Pesquisa e Processos Educativos II		30	30	90	60		90
	Total		300	57	90	60		360

3ª Fase								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH de CE	CH de CP	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica					
LMG0611	Libras		60	6				60
LMG0612	Matemática Fundamental III		90	9				90
LMG0613	Pré Cálculo		60	6				60
LMG0614	Psicologia da Educação		60	6				60
LMG0615	Pesquisa e Processos Educativos III		30	30	90	60		90
	Total		300	57	90	60		360

4ª Fase								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH de CE	CH de CP	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica					
LMG0616	Didática Geral		60	6				60
LMG0617	Lógica Básica		30	3				30
LMG0618	Educação Financeira		60	6		15		75
LMG0619	Cálculo I		60	6				60
LMG0620	Geometria Analítica		60	6				60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LMG0621	Pesquisa e Processos Educativos IV		30	30	90	60		90
	Total		300	57	90	75		375

5ª Fase								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH de CE	CH de CP	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica					
LMG0622	Metodologia do Ensino de Matemática		60	6		15		75
LMG0623	Cálculo II		60	6				60
LMG0624	Laboratório de Ensino de Matemática I		60	90	30	30		90
LMG0625	Estágio Supervisionado I		30				75	105
LMG0626	Álgebra Linear		60	6				60
	Optativa I		30					30
	Total		300	108	30	45	75	420

6ª Fase								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH de CE	CH de CP	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica					
LMG0627	Cálculo III		60	6				60
LMG0628	Física aplicada à matemática		30	3		30		60
LMG0629	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão		60	6				60
LMG0630	Estágio Supervisionado II	LMG0625	30				75	105





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LMG0631	Estatística e probabilidade		60	6				60
LMG0632	Tecnologias Digitais no ensino de matemática		60	6		15		75
	Total		300	27		45	75	420

7ª Fase								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH de CE	CH de CP	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica					
LMG0633	Equações Diferenciais Ordinárias		60	6				60
LMG0634	Fundamentos de Álgebra		60	6				60
LMG0635	Laboratório de ensino de matemática II		60	90	30	30		90
LMG0636	Gestão Educacional		60	6				60
LMG0637	Estágio Supervisionado III		30				60	90
LMG0638	Fundamentos da Didática da Matemática		30	3		30		60
	Total		300	111	30	60	60	420

8ª Fase								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH de CE	CH de CP	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica					
LMG0639	Cálculo Numérico		60	6				60
LMG0640	Fundamentos de análise real		60	6				60
LMG0641	História e Filosofia da Educação Matemática		30	3				30



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LMG0642	Políticas Públicas da Educação		60	6				60
LMG0643	Estágio Supervisionado IV	LMG0638	30				75	105
	Optativa II		60					60
	Total		300	21			75	375

Quadro 08 – Síntese da Estrutura Curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC
– *campus* Rio do Sul

Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Matemática	CH
Carga horária teórica	2400
Formação Geral	720
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	1560
Atividades Curriculares Complementares (Núcleo de Estudos Integradores)	120
Eixo pedagógico obrigatório	870
Prática como Componente Curricular (PCC)	405
Carga horária mínima de optativas	90
Estágio Curricular Supervisionado	405
Curricularização da Extensão	468
Curricularização da Pesquisa	420
Carga horária Total do Curso	3210h



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.9.1 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos

Quadro 09 – Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos

Código no SIGAA	Componente Curricular	Pré-requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total
LMG0644	Cálculo IV	-	60	-	60
LMG0645	Física	-	60	-	60
LMG0646	Introdução à computação matemática	-	60	-	60
LMG0647	Equações diferenciais parciais	-	60	-	60
LMG0648	Tópicos em dificuldades e transtornos de aprendizagem de matemática	-	30	-	30
LMG0649	Teorias e contextos da/na Feira de Matemática	-	30	-	30
LMG0650	Libras: fundamentos e metodologias para a Educação Matemática	-	30	-	30
LMG0651	Aritmética e problemas olímpicos	-	30	-	30
LMG0652	Geometria e problemas olímpicos	-	30	-	30
LMG0653	Tópicos avançados de trigonometria	-	60	-	60



7 TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC) NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

As tecnologias digitais de informação e comunicação adotadas no processo de ensino e de aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do Curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes e discentes, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Dentre as TDIC disponíveis aos acadêmicos e docentes do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – *campus* Rio do Sul e que contribuem no alcance destes objetivos estão: i) acesso ao Sistema SIGAA, plataforma que permite registros acadêmicos, interação professor e aluno através de fóruns, disponibilidade de material didático, acesso às informações estudantis e docentes, seja dentro ou fora do *campus*; ii) Portal de Periódicos Capes; iii) Sistema *Pergamum* de Bibliotecas (consulta de acervo, reserva, renovação e acesso a ebooks); iv) website do Curso, com todas as informações necessárias, incluindo acesso completo ao PPC do Curso, regulamentos, formulários, entre outros; v) laboratórios de informática; vii) equipamentos multimídia e acesso a *softwares* gratuitos específicos para algumas áreas. Ainda, cabe destacar que todos os servidores (professores e técnicos administrativos) possuem uma conta institucional google de e-mail com possibilidade de uso de ferramentas como Classroom, GoogleMeet, Documentos, Planilhas, entre outras possibilidades, o que também favorece a acessibilidade digital e comunicacional com os alunos.

O ambiente virtual disponibilizado pela instituição é o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). O SIGAA é um sistema que informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.

A Turma Virtual é uma ferramenta de ensino complementar colocada à disposição dos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

docentes e discentes. Ela é um espaço construído para ajudar no aprendizado dos discentes, criando uma extensão da sala de aula no SIGAA. Nela é possível realizar atividades tais como, avaliações, enquetes, tarefas, questionários, criar fóruns de discussão, inserir materiais, entre outras ações.

O Ciclo de Debates do Projeto Integrador do Curso é uma atividade que poderá ser efetivada por meio de plataformas virtuais. Estas plataformas podem viabilizar a promoção de encontros virtuais, de modo a oportunizar a conexão entre docentes e discentes. Essa atividade a ser desenvolvida no Curso tem por objetivo proporcionar a integração entre os componentes curriculares do Curso por meio de palestras, roda de conversa e outras formas que fomentem o diálogo sobre os temas transversais, bem como questões diversas em prol de ampliar os conhecimentos dos discentes e docentes do Curso.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

8 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

De acordo com o artigo 123 da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper, as atividades complementares são obrigatórias nos cursos de graduação. De forma a proporcionar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão, é obrigatória a realização de atividades curriculares complementares que incluam ensino, extensão, pesquisa e inovação.

No Curso de Licenciatura em Matemática, *campus* Rio do Sul, os estudantes deverão, ao longo do Curso, realizar no mínimo 120 horas de atividades complementares, em conformidade com a Resolução 010/2021 do IFC.

8.1 ATIVIDADES DE MONITORIA

O Curso de Licenciatura em Matemática prevê a monitoria como uma atividade de complementação e aprofundamento dos conteúdos e das ações de formação de seu aluno. A monitoria será regulamentada pela Resolução nº 066/2016 – CONSUPER/IFC e Resolução nº 06/2017 – CONSUPER/IFC.

A atividade de monitoria visa atender os seguintes objetivos:

- Propiciar ao acadêmico a oportunidade de desenvolver e compartilhar suas habilidades e competências para a carreira docente nas funções de ensino;
- Assegurar a cooperação didática entre o corpo docente e discente nas funções universitárias;
- Oferecer aos acadêmicos oportunidades de complementação e aprofundamento de conteúdos e estratégias de ensino nos diversos componentes curriculares.
- Contribuir para a formação complementar do acadêmico.

A atividade de monitoria é exercida por acadêmico regularmente matriculado, durante o período letivo e de acordo com as normas específicas de cada modalidade citada em regulamento próprio.

Cabe ao professor do componente curricular, solicitar o auxílio de monitor mediante





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

projeto de monitoria para o respectivo componente curricular a ser encaminhado ao Coordenador do Curso.

Em todas as modalidades, após o cumprimento do programa de monitoria, o monitor receberá um certificado emitido pela secretaria acadêmica do referido *campus* do Instituto Federal Catarinense se aprovado na avaliação.

O *campus* poderá oferecer aos seus acadêmicos a modalidade de monitoria com bolsa auxílio em componentes curriculares já cursados pelo acadêmico. Nesta modalidade, o acadêmico monitor recebe ajuda de custo, fixada em proposta apresentada pela Direção Geral, durante o período em que estiver realizando esta atividade.

Para candidatar-se a esta modalidade o acadêmico deve: comprovar a aprovação no componente curricular, com nota mínima de 6,0 (seis) através do histórico escolar; ser indicado, após selecionado em teste classificatório específico, a ser proposto e aplicado por comissão especialmente designada para este fim, segundo critérios e procedimentos estabelecidos em Edital. Caberá ao Coordenador do Curso referendar e homologar a classificação indicada pela comissão.

O programa de monitoria com bolsa auxílio, indicando o número de bolsas e respectivos valores, poderá ser proposto anualmente pela Reitoria do Instituto.

São atribuições do monitor: auxiliar o docente nas atividades didático– pedagógicas; atendimento e orientação de alunos, em períodos por ele já cursados; atender pequenos grupos em horários que não coincidam com os seus horários de aula. É importante salientar que fica evidente no regulamento que é vedado ao Monitor elaborar, aplicar ou corrigir provas, ministrar aulas como substituto ou outras funções exclusivamente docentes.

Em relação ao regime de trabalho, o programa de monitoria não implica em nenhum tipo de relação empregatícia entre o aluno e a Instituição. O monitor exerce suas atividades sob orientação de professor responsável que zelará pelo fiel cumprimento das atividades previstas. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes e será fixado no ato de designação, a carga horária compatível com as funções e atividades a serem desempenhadas. As atividades de monitoria terão no mínimo 8 horas semanais e no máximo 20 horas semanais, para a modalidade com bolsa auxílio. As atividades do Monitor





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

obedecerão, em cada semestre, ao projeto elaborado pelo professor, aprovado pelo Coordenador do Curso nas duas modalidades.

Para divulgação e supervisão das monitorias, o edital para seleção de monitores na modalidade de bolsa auxílio em componentes curriculares já cursados deverá constar obrigatoriamente: os critérios para seleção dos monitores; os planos de trabalho do programa de monitoria; os mecanismos de acompanhamento e avaliação pelo professor supervisor do trabalho do monitor; a forma de controle do encaminhamento da frequência dos monitores.



9 AVALIAÇÃO

9.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

No Curso de Licenciatura em Matemática defende-se uma concepção de avaliação qualitativa do processo de ensino e aprendizagem, que seja ampla, abrangente e permanente. Nessa perspectiva, ela deve ser contínua e cumulativa, fornecendo subsídios para que a Instituição possa retroalimentar o projeto pedagógico e o professor, o processo de ensino e de aprendizagem, de modo a compreender os processos de avanços e as defasagens de aprendizagem para dimensionar sua ação docente. Tal processo também deve considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, seus anseios e suas necessidades. Portanto, ela não tem como centro apenas o estudante e nem constitui uma ação isolada, como reforça o exposto da Política Institucional de Formação de Professores do IFC (IFC, 2022):

a avaliação da aprendizagem acadêmica é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso, expressos no rendimento acadêmico e assiduidade.

Assim, ela “adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, [...], não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido” (LUCKESI, 2011, p. 45). Por isso, deve estar voltada para um constante investigar/acompanhar do o que os estudantes compreendem e como compreendem os assuntos abordados ao longo de todo o processo de ensino e de aprendizagem e não simplesmente em classificá-los pela aprendizagem conseguida.

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores do IFC (IFC, 2022), a avaliação da aprendizagem seja para diagnosticar o rendimento da aprendizagem e/ou propor formas de sanar o rendimento inferior à média, deve dar indícios sobre o desenvolvimento dos conhecimentos e versar sobre os objetivos e conteúdos propostos no programa do componente curricular. O papel do professor na avaliação deve ser o de agente crítico da realidade, percebendo a avaliação como um processo que contribuiu para (re)constituição/ construção do



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

conhecimento. Neste sentido, os acertos, os erros, as dificuldades, as dúvidas e o contexto social e econômico que os estudantes apresentam, são evidências significativas de como eles interagem com a apropriação do conhecimento. Isso vai fornecer ao professor indicativos de como (re)direcionar sua prática docente com vistas à aprendizagem do estudante, ou seja, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

A partir dessas perspectivas, para o processo avaliativo o docente utilizará de distintos instrumentos de avaliação ao longo do processo, tais como: apresentação oral e escrita de trabalhos; provas e trabalhos orais/escritos; seminários; portfólios, relatórios, artigos, resenhas; autoavaliação, dentre outros. Esses instrumentos, os pesos atribuídos a cada resultado, bem como os critérios de avaliação de cada um desses estarão descritos no Plano Pedagógico de Ensino do componente curricular e devem ser discutidos com os estudantes na ocasião do contrato didático, no início de cada componente.

Destaca-se que o número mínimo de registros avaliativos durante o período letivo de cada componente curricular, será de dois (2), os quais comporão o cálculo do rendimento acadêmico. O rendimento acadêmico deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa, sendo dever do professor devolver o instrumento de avaliação aos estudantes no prazo de até 20 (vinte) dias após a sua realização. Além disso, no ato da devolução deverá promover um *feedback*, para que o estudante entenda melhor o que está fazendo (seu desempenho) e que mudanças são necessárias para melhorar a sua aprendizagem, ou seja, propicie informações sobre a aprendizagem em relação aos objetivos de aprendizagem propostos. Um momento para que professor e estudante discutam sobre os resultados obtidos esclarecendo dúvidas relativas ao rendimento, aos conhecimentos, aos objetivos e aos conteúdos avaliados, que possibilitará melhoria e avanços do que estava sendo avaliado.

No Curso Licenciatura em Matemática não está previsto exame final. A aprovação está condicionada à obtenção do rendimento acadêmico mínimo exigido na avaliação da aprendizagem de 6,0 (seis) e na assiduidade mínima de 75%, ou seja, o estudante estará aprovado quando obtiver média semestral 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75%. Como não se adotará o sistema de exame, o estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, terá direito a reavaliação da aprendizagem após o



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

feedback do professor. Assim, acontecerá ao longo do processo e na forma de constante retomada. As formas e instrumentos adotados deverão ser especificadas no Plano de Ensino, devendo também ser registrado no diário da turma.

A regulamentação completa da avaliação está explicitada na Organização Didática dos Cursos do Instituto Federal Catarinense.

9.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069/2014 do Consuper/IFC.

A avaliação do Curso é realizada, integrando três modalidades: Avaliação das Instituições de Educação Superior, dividida em 2 etapas: autoavaliação (coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG): visitas in loco de comissões externas e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação institucional é realizada através da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC, a qual tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. A CPA é constituída pelas Comissões Locais de Avaliação – CLA de cada *campus*.

No *campus* Rio do Sul, a CPA é constituída por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil.

O Curso de Licenciatura em Matemática utiliza os indicadores e resultados das avaliações interna e externa para o aprimoramento de suas atividades e atendimento dos objetivos presentes na proposta pedagógica do Curso. Sendo assim, são utilizados os resultados obtidos através da avaliação interna: avaliação in loco do Curso, estabelecidos de acordo com a Lei nº 10.861/2004, bem como dos resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes – ENADE. Já com



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

relação a avaliação interna são utilizados os resultados obtidos através da autoavaliação institucional, através da CPA do IFC.

Conforme a Organização Didática do IFC, o NDE do Curso deverá acompanhar, junto a coordenação do Curso e CPA/CLA os processos de avaliação interna e externa, de forma de contribuir com ações de desenvolvimento do Curso.

A autoavaliação do Curso oferece condições de obtenção de dados necessários à conferência da qualidade na formação profissional, social e cultural dos licenciandos por meio dos seguintes instrumentos: reuniões periódicas do NDE; questionários a serem respondidos pelos licenciandos e docentes; discussões com a comunidade do Curso, visando divulgar resultados dos dados coletados por meio dos diferentes instrumentos e determinar ações para a melhoria contínua do Curso e utilização dos resultados obtidos nas avaliações externas.

Estas ações potencializam uma visão ampla da organização didático-pedagógica, do corpo docente, do desempenho do estudante e das instalações possibilitando decisões que reflitam na melhor qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A autoavaliação do Curso, disponibilizada aos discentes e aos docentes, ocorre semestralmente por meio de questionário elaborado com questões objetivas e subjetivas. Os resultados são analisados e estudados pelos membros do NDE e a partir das discussões/reflexões destes, são tomadas decisões/ações que propiciem a consolidação do Curso e qualidade na formação dos discentes.

9.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos está regulamentado na Organização Didática do IFC. O aproveitamento de estudos, permite que estudos realizados pelo estudante, em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC possam ser passíveis de serem aproveitados. Para tanto, os cursos devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados, para que seja possível o aproveitamento. Para solicitar o aproveitamento, o requerimento deverá ser protocolado, pelo estudante, na secretaria acadêmica do *campus*, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico do *campus*, com os documentos solicitados de acordo com a Organização Didática do IFC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do Curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de Curso. O docente e colegiado de Curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende os objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados.

9.4 AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO SABER

A Avaliação de extraordinário saber traz a possibilidade de o estudante solicitar dispensa em cursar um ou mais componentes curriculares previstos no PPC, de acordo com os critérios estabelecidos na Seção III da Organização Didática dos Cursos do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.

9.5 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA

A emissão de certificados e diplomas ficará a cargo da Reitoria do Instituto Federal Catarinense. Ao acadêmico concluinte do Curso de Licenciatura em Matemática, em todas as suas etapas previstas na matriz curricular, será concedido diploma com o título de Licenciado em Matemática. Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o estudante concluinte poderá requerer certificado de conclusão de curso.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

10 EMENTÁRIO

10.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1ª FASE

Componente Curricular	Matemática Fundamental I	Carga Horária	90h
Ementa	Sistema de numeração em diferentes bases. Conjuntos numéricos: Operações e Propriedades. Potenciação e radiciação. Teorema fundamental da aritmética e seus desdobramentos. Expressões algébricas. Equações e inequações do 1º e 2º grau. Razão e proporção. História da Matemática relacionada ao conteúdo.		
Bibliografia Básica	DOMINGUES, Hygino H. Fundamentos de Aritmética . Florianópolis: UFSC, 2009. 350 p. GIMENEZ, Carmem S. C; CARVALHO, Neri Terezinha Both. Fundamentos de Matemática I . Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM, 2006. 168 p. (510 G491f) MOURA, Anna Regina L. <i>et al.</i> Educar com a Matemática: Fundamentos . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 384 p.		
Bibliografia Complementar	BOYER, Carl Benjamim. História da matemática . Tradução de Helza F. Gomide. 3. Ed. São Paulo: Blucher, 2010. 496 p. (510.9 B791h) CARAÇA, Bento de Jesus. Conceitos fundamentais da matemática . Lisboa: Bertrand (Irmãos), 1963. 324 p. IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar: 1: Conjuntos e Funções . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 250 p. (516.24 I22f) ROQUE, Tatiana. História da matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas . Rio de Janeiro: Zahar, 2012. RIBEIRO, Alessandro Jacques; CURY, Helena Noronha. Álgebra para a formação do professor: explorando os conceitos de equação e de função . Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 126 p. Coleção Tendências em Educação Matemática.		

Componente Curricular	Geometria Plana	Carga Horária	60h
Ementa	História da Geometria. Entes geométricos. Ângulos. Axiomas de incidência, ordem e medição. Triângulos. Relações métricas. Paralelismo. Perpendicularismo. Teorema de Tales. Transformações geométricas. Pontos notáveis do triângulo. Polígonos. Quadriláteros notáveis. Círculo e Circunferência. Áreas de superfícies planas. Lugares geométricos.		





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar: 9: geometria plana. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 468 p. EUCLIDES. Os elementos. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 593 p. (510.9 E86e) LIMA, Elon Lages. Medida e Forma em Geometria. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 117 p. (516 L732m)
Bibliografia Complementar	BARBOSA, João Lucas Marques. Geometria euclidiana plana. 10. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 257 p. (516.22 B238g) GARCIA, Antônio Carlos de A; CASTILHO, João Carlos A. Matemática sem Mistérios – Geometria Plana e Espacial. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006. MARANHÃO, Maria Cristina Souza de Albuquerque. Matemática. São Paulo: Cortez, 1994. 197 p. (510.7 M311m) MUNIZ NETO, Antonio Caminha. Tópicos de Matemática Elementar: geometria euclidiana plana. Rio de Janeiro: SBM, 2013. 448 p. (516.22 M966t) REZENDE, Eliane Quelho Frota; QUEIROZ, Maria Lúcia Bontorim de. Geometria euclidiana plana e construções geométricas. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. 260 p. (516.22 R467g)

Componente Curricular	Sociologia da Educação	Carga Horária	60h
Ementa	O surgimento da sociologia. A construção do pensamento sociológico clássico e a educação. A educação e a escola diante das desigualdades sociais (econômica, étnico racial, gênero). O papel da escola nos processos de inclusão social e as ações afirmativas. As transformações no mundo do trabalho e os desafios da educação.		
Bibliografia Básica	BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. 279 p. (Ciências sociais da educação) NELSON PILETTI. Sociologia da educação: da sala de aula aos conceitos gerais. Editora Contexto 2022 162 p QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 157 p.		
Bibliografia Complementar	BAUMAN, Zygmunt. Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 225 p. CARVALHO, Ana Paula Comin de. Desigualdades de gênero, raça e etnia. Curitiba: InterSaberes, 2012. 175 p. (Temas Sociais Contemporâneos). FILLOUX, Jean-Claude; CARVALHO, Celso; RUSSO, Miguel Henrique (org.). Émile Durkheim. Recife, PE: Massangana, 2010. 154 p. (Coleção Educadores). MIRANDA, Marília Gouveia de (org.). Educação e desigualdades sociais. São Paulo: Mercado de Letras, 2016. 274 p. NAUROSKI, Everson Araujo. Teorias sociológicas e temas sociais contemporâneos.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Editora Intersaberes 2018. 262 p.
--	-----------------------------------

Componente Curricular	História da Educação	Carga Horária	60h
Ementa	A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico social, político e econômico da educação brasileira. A escola no contexto histórico catarinense. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais, indígena, quilombola.		
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia : geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2010. 384 p. (370.9 A662h) CAMBI, Franco. História da pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999. 701 p. (370.9 C175h) GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. 319 p. (Série Educação) (370.1 G125h)		
Bibliografia Complementar	FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança : um reencontro com a pedagogia do oprimido. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 245 p. (374.012 F866ped) D'AMBROSIO, Ubiratan. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986. 115 p. (510.9 D156e) Paulo Freire. Pedagogia da autonomia : saberes necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p. (374.012 F866p) HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira : leituras. 2. Reimp. São Paulo: Thomson-Learning, 2006. 136 p. (370.981 H655h) LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). 500 anos de educação no Brasil . 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 606 p. (370.981 Q7)		

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos I	Carga Horária	90h
Ementa	Fundamentos da Pesquisa Científica. Ciência e Conhecimento. Epistemologia da Pesquisa Educacional. A pesquisa na perspectiva científica e educativa para o professor de Matemática. Normas Técnicas para a Pesquisa. Estudo, leitura e produção textual.		
Bibliografia Básica	DEMO, Pedro. Pesquisa : princípio científico e educativo. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006. KOCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica . 32 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos . 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.		
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria (org.). Reinventar a escola . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. LUDKE, Menga; PUGGIAN, Cleonice; CEPPAS, Filipe; CAVALCANTE, Rita		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Laura; COELHO, Suzana Lanna B. (coord.). O professor e a pesquisa. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2007. MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. SANTOS, Boaventura Souza. Um discurso sobre as ciências. 16 ed. Porto: 2010.
--	---

2ª FASE

Componente Curricular	Geometria Espacial	Carga Horária	60h
Ementa	Representação plana de objetos tridimensionais. Posição relativa de planos e retas. Sólidos geométricos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução.		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. Introdução à geometria espacial. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005. 114 p. (516.2 C331i) DOLCE, Osvaldo; POMPEU, José Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar: Volume 10. 7. ed. São Paulo: Atual, 2013. GARCIA, Antônio Carlos de A; CASTILHO, João Carlos A. Matemática sem Mistérios – Geometria Plana e Espacial. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006.		
Bibliografia Complementar	FLORES, Cláudia Regina. Olhar, saber, representar: sobre a representação em perspectiva. São Paulo: Musa, 2007. 190 p. (510.7 F6340) LIMA, Elon Lages. Medida e Forma em Geometria - Comprimento, área, Volume e Semelhança. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2011. LIMA, Elon Lages. Medida e forma em geometria. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 117 p. (516 L732m) LIMA, Elon Lage <i>et al.</i> A matemática do ensino médio: volume 2. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 373 p. (510.712 M425) POLYA, George. A arte de resolver problemas: um novo enfoque do método matemático. Rio de Janeiro: Interciência, 1995. 179 p.		

Componente Curricular	Matemática Fundamental II	Carga Horária	90h
Ementa	Sequência numérica. Progressão aritmética e Progressão geométrica. Matrizes e determinantes. Sistemas lineares. Análise combinatória. Probabilidade discreta.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar : 4: Sequências, matrizes, determinantes, sistemas. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. 282 p. MORGADO, Augusto Cesar de Oliveira; CARVALHO, João Bosco Pitombeira de; CARVALHO, Paulo Cesar Pinto; FERNANDEZ, Pedro de Jesus. Análise combinatória e probabilidade : com as soluções de exercícios. 9. Ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006. TANEJA, Inder Jeet; ARAÚJO, Aldrovando L. A. Fundamentos de Matemática II . 2. ed. – Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM, 2009. 131p.
Bibliografia Complementar	BOULOS, Paulo. Pré-cálculo . São Paulo: Pearson Makron Books, 2012. GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de Cálculo . v. 1. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. IEZZI, Gelson. HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar : 5: Combinatória e probabilidade. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. ROQUE, Tatiana. História da matemática : uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Componente Curricular	Filosofia da Educação	Carga Horária	60h
Ementa	Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Ética e Educação.		
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 327 p. (37.01 A662f) CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. v. 1., 2. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (109C496i) CHAUÍ, Marilena de Souza. Introdução à história da filosofia: as escolas helenísticas. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (109 C496i)		
Bibliografia Complementar	CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 367 p. (306.086 C496c) PINHEIRO, Celso de Moraes. Kant e a educação: reflexões filosóficas. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. 164 p. (100 P654k) ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (370.1 R865e) ZITKOSKI, Jaime José. Paulo Freire e a educação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 95 p. (370.1 Z82p) VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. Maquinaria Escolar. Teoria & Educação , n.6, p. 1-33, 1992.		

Componente Curricular	Teorias Educacionais e Curriculares	Carga Horária	60h
------------------------------	-------------------------------------	----------------------	-----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares.
Bibliografia Básica	MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; MEYER, Dagmar Estermann; LOURO, Guacira Lopes; VEIGA NETO, Alfredo José da. O currículo nos limiares do contemporâneo . 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 176 p. (375 C976) SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . 42. ed. São Paulo: Autores associados, 2012. 93 p. (370.115 S267e) SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 153 p. (375 S586d)
Bibliografia Complementar	FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p. (374.012 F866p) GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8.ed. São Paulo: Ática, 2008. 319 p. (370.1 G125h) LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth (org.). Currículo: debates contemporâneos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 237 p. (375 C976) SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . Campinas: Autores Associados, 1997. 128 p. (370.9 S267p) VIGOTSKY, Liev Semionovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p. (155.413 V691f)

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos II	Carga Horária	90h
Ementa	A formação profissional do professor de Matemática na perspectiva das diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, da inclusão, dos direitos humanos e da educação ambiental.		
Bibliografia Básica	GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais: rumo a uma nova pedagogia crítica da aprendizagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. MONTEIRO, Alexandrina; POMPEU JUNIOR, Geraldo. A matemática e os temas transversais . São Paulo: Moderna, 2001. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica . Porto Alegre: Artmed, 2002.		
Bibliografia Complementar	DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil . São Paulo: Ática: 1994. LOMBARDI, José Claudinei (org.). Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais . 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, Caçador, SC: UNC, 2003. PEREIRA, Júlio César R.; ZEICHNER, Kenneth (org.). A pesquisa na formação e no trabalho docente . Belo Horizonte: Autêntica, 2012.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Relações de gênero, Educação Matemática e discurso: enunciados sobre homens, mulheres e matemática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção Tendências em Educação Matemática, 22) SKOVSMOSE, Ole. Educação crítica: incerteza, matemática, responsabilidade. São Paulo: Cortez, 2007.
--	---

3ª FASE

Componente Curricular	Libras	Carga Horária	
Ementa	Comunidades surdas: história, culturas e identidades. Educação de surdos: políticas linguísticas e educacionais. Surdez e aquisição da linguagem. Educação bilíngue e metodologias de ensino para surdos. Introdução à estrutura linguística da Libras. Noções básicas da Libras: estudo do léxico, dêiticos, produção e compreensão de sentenças simples do cotidiano.		
Bibliografia Básica	LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SKILIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. v. 2. 208 p. (371.912A885)		
Bibliografia Complementar	CAPOVILLA, Fernando César; Raphael, Walkiria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS: volume 2: artes e cultura, esportes e lazer: como avaliar o desenvolvimento da compreensão de sinais (vocabulário em LIBRAS) de escolares surdos de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental. São Paulo: EDUSP, 2004. 827 p. (371.912 Q11) GESSER, Audrei. 2009. Libras? Que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade pública. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial. R. ROCHA; J. P. OLIVEIRA e M. R.dos REIS (org.). Surdez, Educação Bilíngue e Libras: perspectivas atuais. Curitiba: CRV, p. 105-122. SKLIAR, Carlos (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013		

Componente Curricular	Matemática Fundamental III	Carga Horária	
------------------------------	----------------------------	----------------------	--



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Relações trigonométricas no triângulo retângulo, nos triângulos quaisquer e na circunferência. Transformações. Identidades. Equações e inequações trigonométricas. Números complexos. Polinômios e equações polinomiais.
Bibliografia Básica	IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: trigonometria . 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: complexos, polinômios e equações . v. 6. 8. ed. São Paulo: Atual, 2019. WAGNER, E.; MORGADO, A. C. O.; CARMO, M. P. do. Trigonometria e Números Complexos . Rio de Janeiro: SBM, 2001.
Bibliografia Complementar	AMORIM, Jodete <i>et.al.</i> Trigonometria e Números Complexos. Brasília: UnB, 2006. ANTUNES, Fernando do Coltro. Matemática por assunto: trigonometria . 2. ed. v. 3. São Paulo: Scipione, 1989. RIBEIRO, Alessandro Jacques; CURY, Helena Noronha. Álgebra para a formação do professor: explorando os conceitos de equação e de função . Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 126 p. Coleção Tendências em Educação Matemática. ROQUE, Tatiana. História da matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas . Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Componente Curricular	Pré cálculo	Carga Horária	60h
Ementa	Relações. Conceito de funções. Função composta. Função inversa. Funções exponenciais. Logaritmos. Funções logarítmicas. Função modular. Funções trigonométricas. Funções polinomiais.		
Bibliografia Básica	BOULOS, Paulo. Pré-cálculo . São Paulo: Pearson Makron Books, 2010. 101p. LIMA, Elon Lages. Números e Funções Reais . Rio de Janeiro: SBM, 2013. MEDEIROS, Valéria Zuma <i>et al.</i> (coord.). Pré-cálculo . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 538p		
Bibliografia Complementar	ADAMI, Adriana Mioreli; FILHO, Adalberto Ayjara DORNELES; LORANDIL, Magda Mantovani. Pré-Cálculo . Bookman Editora, 2015. DEMANA, Franklin; WAITS, Foley e Kennedy. Pré-Cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2013. IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos da Matemática Elementar , vols. 1, 2 e 3. São Paulo: Atual, 2013. LIMA, Elon Lages; CARVALHO, Paulo Cezar Pinto; WAGNER, Eduardo; MORGADO, Augusto César. A Matemática do Ensino Médio . Vol. 1. 10.ed. Rio de Janeiro: SBM, 2012. 271p SAFIER, Fred. Pré-Cálculo . São Paulo: Bookman, 2011.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Psicologia da Educação	Carga Horária	60h
Ementa	Teorias e fundamentos psicológicos que envolvem ensino e aprendizagem, circunstâncias de sua produção e suas implicações para as práticas pedagógicas. Processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo. Alteridade e educação. Concepções de sujeito subjacentes às abordagens epistemológicas do desenvolvimento humano. A constituição da subjetividade. Juventudes na contemporaneidade.		
Bibliografia Básica	BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. COLL, Cesar; PALACIOS, Jesús.; MARCHESI, Alvaro.; MURAD, Fatima.; BAPTISTA, Claudio Roberto. Desenvolvimento psicológico e educação . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. (vol. 2). VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.		
Bibliografia Complementar	DE BONIS RACY, Paula M. P. Psicologia da Educação: origem, contribuições, princípios e desdobramentos . Curitiba: Intersaberes, 2012. FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino-aprendizagem: abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky . Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019. LEAL, Daniela; NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes. Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico . 3 ed. rev., ampl. e atual. Curitiba: InterSaberes, 2018. MOREIRA, Marco A. Teorias de aprendizagem . 2.ed. São Paulo: E.P.U., 2011 SANTROCK, John W. Psicologia Educacional . 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.		

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos III	Carga Horária	90h
Ementa	Epistemologia do professor de Matemática. Saberes docentes. Educação Matemática Crítica. Educação Matemática como campo profissional e científico. Políticas públicas de formação e valorização docente.		
Bibliografia Básica	LOPES, Celi Espasandin; TRALDI, Armando; FERREIRA, Ana Cristina. A Formação do Professor que Ensina Matemática: Aprendizagem Docente e Políticas Públicas . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. (Série Educação Matemática). SKOVSMOSE, Ole. Desafios da reflexão em educação matemática crítica . Tradução de Orlando de Andrade Figueiredo, Jonei Cerqueira Barbosa. Campinas, SP: Papyrus, 2008 (Coleção Perspectivas em Educação Matemática). TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 17 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	BECKER, Fernando. Epistemologia do Professor de Matemática. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. CIVIERO, Paula Andrea Grawieski; MILANI, Raquel; LIMA, Aldinete Silvino de; LIMA, Adriana de Souza (org). Educação Matemática Crítica: múltiplas possibilidades na formação de professores que ensinam matemática. Brasília, DF: SBEM- Nacional, 2022. (Coleção SBEM: Biblioteca do educador). FIORENTINI, Dario; GRANDO, Regina C.; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. (ORG). Práticas de formação de pesquisa de professores que ensinam matemática. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009 – (Série educação matemática). MOREIRA, Plínio Cavalcanti; DAVID, Maria Manuela M. S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 120 p. (Tendências em Educação Matemática, 11). SKOVSMOSE, Ole. Um convite à educação matemática crítica. Tradução de Orlando de Andrade Figueiredo. Campinas, SP: Papirus, 2014. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática).
----------------------------------	---

4ª FASE

Componente Curricular	Lógica Básica	Carga Horária	30h
Ementa	Proposições e conectivos. Operações lógicas sobre proposições. Tabelas-verdade. Tautologia, contradições e contingências. Implicação e equivalência lógica. Validade e demonstração. Sentenças abertas e operações lógicas. Quantificadores.		
Bibliografia Básica	ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel, 2002. 203 p. (511.3 A368i) KELLER, Vicente; BASTOS, Cleverson Leite. Aprendendo lógica. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 228 p. (511.3 K29a) BISPO, Carlos Alberto Ferreira; CASTANHEIRA, Luiz Batista; SOUZA FILHO, Oswaldo Melo. Introdução à lógica matemática. São Paulo: Cengage Learning, 2011, 208 p. (511.3 B622i)		
Bibliografia Complementar	COPI, Irving M. Introdução à lógica. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 488 p. (511.3 C783i) DAGHLIAN, Jacob. Lógica e álgebra de Boole. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 167 p. (511.324 D125l) FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPÄCHER, Henri Frederico. Lógica de programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 218 p. (005.115 F692l) ROCHA, Enrique. Raciocínio lógico: você consegue aprender: teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 396 p. (511.3 R672r) SOUZA, João Nunes de. Lógica para ciência da computação: uma introdução concisa. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2008. 220 p. (511.3		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	S7291)
--	--------

Componente Curricular	Cálculo I	Carga Horária	60h
Ementa	Limite e continuidade de funções. Derivada. Diferencial. Aplicações das derivadas: Taxa de variação. Máximos e mínimos. Determinação de extremos locais. Concavidade e pontos de inflexão. Análise de gráficos. Regras de L'Hospital.		
Bibliografia Básica	ANTON, Howard; BIVENS, Irl C.; DAVIS, Stephen L. Cálculo . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. v. 1. 680 p. (515 A634c). FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração . 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 449 p. (515 F599c). LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. v. 1. 685 p. (515.15 L533c)		
Bibliografia Complementar	BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral: volume 1 . São Paulo: Pearson Makron Books, 2012. 381 p. (515 B764c) HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações . 10. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. 587 p. (515 H699c) MUNEM, Mustafa A; FOULIS, David J. Cálculo . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. v. 1. (515 M965c) SALAS, S. L.; HILLE, E.; ETGEN, G. J. Cálculo . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. v. 1. 560 p. (515 S161c) STEWART, James; MORETTI, Antônio Carlos; MARTINS, Antônio Carlos Gilli (Trad.). CASTRO, Helena Maria Ávila de (Rev.). Cálculo . São Paulo: Cengage Learning, 2010.		

Componente Curricular	Geometria Analítica	Carga Horária	60h
Ementa	Vetores no R2 e R3: operações vetoriais, produto escalar, vetorial e misto. Reta, planos e cônicas. Posições relativas de retas e planos. Quádricas.		
Bibliografia Básica	WINTERLE, Paulo. Vetores e Geometria Analítica . São Paulo: Makron Books do Brasil Editora, 2000. CAMARGO, Ivan de; BOULOS, Paulo. Geometria analítica: um tratamento vetorial . 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005. 543 p. (516.3 C172g) STEINBRUCH, Alfredo. Geometria analítica . 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 1987. 292 p. (516.3 S819g)		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	CORRÊA, Paulo Sérgio Quilelli. Álgebra linear e geometria analítica. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 340 p. (512.5 C824a) IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: 7: geometria analítica. 5. ed. São Paulo: Atual, 2005. 282 p. (516.3 I22f) LIMA, Elon Lages. Geometria analítica e álgebra linear. Rio de Janeiro: IMPA, 2013. 324 p. (516.3 L732g) LORETO JR., Armando Pereira; LORETO, Ana Célia da Costa. Vetores e geometria analítica: teoria e exercícios. São Paulo: LCTE, 2010. 184 p. (516.3 L869v) SANTOS, Nathan Moreira dos. Vetores e matrizes: uma introdução à álgebra linear. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007. 288 p. (512.5 S237v)
----------------------------------	--

Componente Curricular	Educação Financeira	Carga Horária	90h
Ementa	Noções Básicas de Finanças e Economia. Finança Pessoal e Familiar, sistema de amortização, análise de investimentos e impostos. Análise das políticas nacionais para Educação Financeira na Educação Básica. Letramento financeiro e as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a Educação Financeira.		
Bibliografia Básica	SÁ, Ilydio Pereira de. Matemática financeira para educadores críticos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011. ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2012. 287p. SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. xii, 286 p.		
Bibliografia Complementar	LIMA, Elon Lages. Temas e problemas elementares. Rio de Janeiro: SBM, 2005. 246 p. NASSER, Lílían. Matemática financeira para a escola básica: uma abordagem prática e visual. Rio de Janeiro: IM/UFRJ, 2010. VERAS, Lília Ladeira. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução a engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 260 p. BRASIL/ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF. 2011. SKOVSMOSE, Ole. Educação matemática crítica: A questão da democracia. Campinas: Papirus Editora, 2015. 164 p.		

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos IV	Carga Horária	90h
------------------------------	------------------------------------	----------------------	-----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Concepções de Avaliação. Avaliação à luz da legislação e das tendências/metodologias em Educação Matemática. Avaliação e sua relação com o planejamento didático.
Bibliografia Básica	HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover : as setas do caminho. 14. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. 141 p. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar : estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 272 p. DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa . 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
Bibliografia Complementar	LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada . Porto Alegre: Artmed, 2001. 136 p. (Biblioteca ARTMED. Fundamentos da educação). BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades especiais . 4. ed. Porto Alegre: Meditação, 2013. SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória : desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. HOFFMANN, Jussara. Avaliação : mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 44. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. 158 p.

Componente Curricular	Didática Geral	Carga Horária	60h
Ementa	Abordagens da trajetória da Didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processos de ensino–aprendizagem. Planejamento: níveis e estrutura básica. Avaliação do ensino e da aprendizagem.		
Bibliografia Básica	MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática : as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 303 p. (370.1 M149e) PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 246 p. (370.11 S115) VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Didática : o ensino e suas relações. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012. 183 p. (371.3 D555)		
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática . 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 205 p. (371.3 R937) D'AMBROSIO, Ubiratan. Da realidade à ação : reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986. 115 p. (510.7 D156r) GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ GÓMEZ, Angel I. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 396 p. (371.207 G491c) LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 287 p. (371.3 L694d) ZABALA, Antoni; ZABALA, Antoni. A prática educativa : como ensinar.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	São Paulo: Artmed, 1998. 224 p. (371.3 Z12p)
--	--

5ª FASE

Componente Curricular	Álgebra Linear	Carga Horária	60h
Ementa	Vetores. Espaços Vetoriais. Base e dimensão de um espaço vetorial. Transformações Lineares. Operadores lineares. Autovalores e Autovetores. Diagonalização de Operadores. Produto interno.		
Bibliografia Básica	ANTON, Howard; RORRES, Chris. Álgebra linear com aplicações . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 572 p. (512.5 A634a) BOLDRINI, José Luiz. Álgebra linear . 2. ed. ampl. e rev. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1980. 372 p. (512.5 A394) LIMA, Elon Lages. Álgebra linear . Rio de Janeiro: IMPA, 2012. 357 p. (512.5 L732a)		
Bibliografia Complementar	LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc Lars. Teoria e problemas de álgebra linear . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. (Coleção Schaum). ISBN 978-85-36303-48-2. CALLIOLI, Carlos Alberto; COSTA, Roberto Celso Fabricio; DOMINGUES, Hygino Hugueros. Álgebra linear e aplicações . 6. ed. reform. São Paulo: Atual, 1990. ISBN 85-705-6297-7. LIPSCHUTZ, Seymour. Álgebra linear: teoria e problemas . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2004. 647 p. (512.5 L767a) SANTOS, Nathan Moreira dos. Vetores e matrizes: uma introdução à álgebra linear . 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007. 288 p. (512.5 S237v) STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra linear . 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill, Pearson Makron Books, 1987. 583 p. (512.5 S819a)		

Componente Curricular	Cálculo II	Carga Horária	60h
Ementa	Integral indefinida. Técnicas de integração. Integral definida. Teorema fundamental do cálculo. Aplicações da integral: área entre curvas, comprimento de arco e volume de sólido de revolução. Integrais impróprias.		
Bibliografia Básica	ANTON, Howard; BIVENS, Irl C.; DAVIS, Stephen L. Cálculo . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 680 p. (515 A634c) FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 448 p. (515 F599c) LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra,		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	1994. 2 v. (515.15 L533c)
Bibliografia Complementar	BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999. 2 v. (515 B764c) GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 435 p. (515 G635c) GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: vol. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2001. 4 v. (515 G948c) SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica: volume 1. São Paulo: Pearson Makron Books, 1987. 829 p. (515.15 S592c) ROGAWSKI, Jon. Cálculo. Porto Alegre: Bookman, 2009. v. 1. 716 p. (515 R721c)

Componente Curricular	Laboratório de Ensino de Matemática I	Carga Horária	90h
Ementa	Noções básicas sobre os conceitos matemáticos na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Planejamento e organização do processo de ensino e de aprendizagem de matemática para os anos finais do ensino fundamental e Educação Inclusiva. Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e reflexão, bem como produção textual. Documentos oficiais norteadores do ensino fundamental.		
Bibliografia Básica	SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Inez de Souza Vieira; MILANI, Estela. Jogos de matemática de 6º a 9º ano. Porto Alegre: Artmed, 2007. LORENZATO, Sérgio (org.). O Laboratório de ensino de matemática na formação de professores. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. 178 p. (510.7 L123). SKOVSMOSE, Ole. Cenários para investigação. Bolema, Ano 13, n.14, 2000. pp. 66-91.		
Bibliografia Complementar	AMAVI. Proposta curricular da educação básica: municípios da região do Alto Vale do Itajaí / Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. – Rio do Sul, SC: AMAVI, 2016. MIGUEL, Antônio; MIORIM, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 200 p. (510.9 M636h). MOREIRA, Plínio Cavalcanti; DAVID, Maria Manuela M. S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. NA NACARATO. Adair Mendes; MENGALI, Brenda Mendes da Silva; PASSOS, Carmem Lúcia Brancaglioni. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: Tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. ONUCHIC, Lourdes de la Rosa; LEAL JUNIOR, Luiz Carlos; PIRONEL, Marcio.(Org). Perspectivas para a resolução de problemas. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Estágio Supervisionado I	Carga Horária	105h
Ementa	Constructos teóricos sobre Estágio e docência. Estágio na perspectiva da legislação vigente. Diagnóstico da escola campo de estágio com observação, registro e problematização do cotidiano da escola, dos fundamentos da estrutura e organização da escola, da sala de aula de matemática e do professor de matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica (Regular ou Educação de jovens e Adultos). Pré-projeto de docência/intervenção. Relatório descritivo e analítico.		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciaturas . São Paulo: Cengage Learning, 2012. 149 p. (370.71 C331e). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 296 p. (370.71 P644e) PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 200 p. (370.71 P644es)		
Bibliografia Complementar	ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 12. ed. Campinas: Papirus, 2011. 143 p. (370.71 P214p) DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 124 p. (001.4 D383p) FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. 253 p PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p. (371.3 P912) VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília; FONSECA, Marília (org.). As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola . 9.ed. Campinas: Atlas, 2013. 256 p. (379.81 D582).		

Componente Curricular	Metodologia de Ensino de Matemática	Carga Horária	90h
Ementa	Possibilidades metodológicas da Resolução de Problemas, da História da Matemática, da Modelagem Matemática, da Etnomatemática, dos Jogos e da Investigação Matemática para o ensino de Matemática na Educação Básica.		
Bibliografia Básica	BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 389 p. BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. (org.). Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas . São Paulo: UNESP, 1999. GRANDO, Regina Célia. O Jogo e a Matemática no Contexto da Sala de Aula . São Paulo: Paulus, 2004.		
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Lourdes Werle de; PESSÔA, Karina Alessandra; VERTUAN, Rodolfo Eduardo. Modelagem matemática na educação básica . São Paulo: Contexto, 2012.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	157 p. BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 317 p. (510.7E24). D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 109 p. MIGUEL, Antônio; BRITO, Arlete de Jesus; CARVALHO, Dione Lucchesi de; MENDES, Iran Abreu. História da matemática em atividades didáticas. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009. ONUCHIC, Lourdes de la Rosa; ALLEVATO, Norma Suely Gomes; NOGUTI, Fabiane Cristina Höpner; JUSTILIN, Andresa Maria. (org.) Resolução de problemas: teoria e prática. Jundiaí, Paco Editorial, 2019.
--	--

6ª FASE

Componente Curricular	Estágio Supervisionado II	Carga Horária	105h
Ementa	Estudos teórico-reflexivos acerca da prática docente. Projeto de docência. Estágio de docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica. Relatório.		
Bibliografia Básica	PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p. (371.3 P912). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 296 p. (370.71 P644e). PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 200 p. (370.71 P644es).		
Bibliografia Complementar	ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12. ed. Campinas: Papirus, 2011. 143 p. (370.71 P214p). CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciaturas. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 149 p. (370.71 C331e). DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 124 p. (001.4 D383p). FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. 253 p. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília; FONSECA, Marília (org.). As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. 9.ed. Campinas: Atlas, 2013. 256 p. (379.81 D582).		

Componente Curricular	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	Carga Horária	60h
-----------------------	---	---------------	-----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Fundamentos e concepções da Educação Especial. História e Política da Educação Especial no Brasil. Organização do trabalho pedagógico e os processos de inclusão: sujeitos da educação especial, currículo e processos avaliativos. O atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum, acessibilidade nos espaços educacionais. Tecnologia Assistiva e Desenho Universal.
Bibliografia Básica	BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de (org.). Avanços em políticas de inclusão : o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 228 p. CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem : educação inclusiva. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019. 128 p. VALLE, Jan W. Ressignificando a deficiência : da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: McGraw - Hill, 2014 240 p
Bibliografia Complementar	BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). Inclusão e escolarização : múltiplas perspectivas. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 191 p. ISBN 9788577060115. DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Tópicos em educação especial e inclusiva : formação, pesquisa, escolarização e famílias. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 161 p. ISBN 9788581488219 KLEINA, Claudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva . Curitiba: InterSaberes, 2012. 192 p. ISBN 9788582120354 (e-book). JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno (org.). Prática pedagógica na educação especial : multiplicidade do atendimento educacional especializado. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013. 319 p. ISBN 9788582030233 ORRÚ, Silvia Ester. O Re-inventar da inclusão : os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis : Vozes, 2017. 135 p.

Componente Curricular	Cálculo III	Carga Horária	60h
Ementa	Funções de várias variáveis. Limites e continuidade. Derivadas parciais. Gradiente. Máximos e mínimos. Multiplicadores de Lagrange. Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Integrais Múltiplas.		
Bibliografia Básica	ANTON, Howard; BIVENS, Irl C.; DAVIS, Stephen L. Cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2000. v. 2. 680 p. (515 A634c) GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B : funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 435 p. (515 G635c) LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . São Paulo: Harbra, 1994. v. 2. (515.15 L533c)		
Bibliografia Complementar	BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral . São Paulo: Pearsom Makron Books, 1999. v. 2. (515 B764c) GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo : Vol. 4. 5. ed. Rio de Janeiro:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Livros Técnicos e Científicos, 2001. 4 v. (515 G948c) MUNEM, Mustafa A; FOULIS, David J. Cálculo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. 2 v. (515 M965c) SALAS, S. L.; HILLE, E.; ETGEN, G. J. Cálculo. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. v. 2. 560 p. (515 S161c) STEWART, James. Cálculo. São Paulo: Cengage Learning, 2013. v. 2. 664 p. (515 S849Z)
--	---

Componente Curricular	Estatística e probabilidade	Carga Horária	60h
Ementa	A natureza e fundamentos do método estatístico. População e amostra. Séries e gráficos estatísticos. Distribuição de frequência. Medidas de posição, dispersão, assimetria e curtose. Probabilidade. Distribuição de probabilidade: Binomial e Normal. Inferência estatística. Correlação e Regressão.		
Bibliografia Básica	MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de probabilidade e estatística. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 408 p. (519.5 M188n) MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. 540 p. (519.5 M845e) HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar: 5: combinatória e probabilidade. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. 184 p. (519.2 H428f)		
Bibliografia Complementar	MEYER, Paul L. Probabilidade: aplicações à estatística. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1983. 426 p. (519.2 M613p) JAMES, Barry R. Probabilidade: um curso em nível intermediário, 3. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2011. 299 p. (519.2 J27p) LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 637 p. (519.5 L318e) MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: probabilidade e inferência: volume único. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010. 375 p. (519.5 M845e) MORGADO, Augusto Cesar de Oliveira; CARVALHO, João Bosco Pitombeira de; CARVALHO, Paulo Cezar Pinto; FERNANDEZ, Pedro de Jesus. Análise combinatória e probabilidade: com as soluções de exercícios. 9. Ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 343 p. (511.6 M847a)		

Componente Curricular	Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática	Carga Horária	75h
Ementa	Estudo do movimento histórico da disseminação e inserção das tecnologias na Educação e na Educação Matemática. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática. Cultura digital. Internet e Educação. Ambientes virtuais de aprendizagem. Objetos virtuais de aprendizagem. Softwares no ensino de Matemática.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	BORBA, Marcelo de Carvalho; SILVA, Ricardo Scucuglia R. da; GADANIDIS, George. Fases das Tecnologias Digitais na Educação Matemática: Sala de aula e Internet em movimento. Coleção Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2014 (510.7 B726f). KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2012. 144 p. (372.358 K34e). SILVA, Rodrigo Sychocki da (org.). Diálogos e reflexões sobre tecnologias digitais na Educação Matemática. 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018. 165 p.
Bibliografia Complementar	BANILLA, Maria Helena Silveira. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. Motrivivência, nº 34, P. 40-60, jun./2010. (374.013 P769). BAZZO, Walter Antonio. Ciência, tecnologia e sociedade: e o contexto da educação tecnológica. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010. 287 p. (620.007 B364c). DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais. Petrópolis: Vozes, 2011. 143 p. (372.358 D383f). GIRALDO, Victor; CAETANO, Paulo Antonio Silvani; MATTOS, Francisco. Recursos computacionais no ensino de matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2013. 423 p. (510.285 G516r). ROLKOUSKI, Emerson. Tecnologias no ensino de matemática. Curitiba: Ibepex, 2011. 147 p. (510.7R748t).

Componente Curricular	Física aplicada à matemática	Carga Horária	60h
Ementa	Funções, gráficos, derivadas e integrais aplicados à Cinemática. Trigonometria e vetores aplicados à Estática do ponto material e à 2ª Lei de Newton.		
Bibliografia Básica	HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física, volume 1: mecânica. 9. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012. 340 p. (531 H188f) NUSSENZVEIG, Herch Moyses. Curso de física básica: 1: mecânica. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002. 328 p. (531 N975c) YOUNG, Hugh D; FREEDMAN, Roger A. Física I: mecânica. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008. 403 p. (537 Y72f)		
Bibliografia Complementar	KNIGHT, Randall Dewey. Física: uma abordagem estratégica: volume 1: mecânica newtoniana, gravitação, oscilações e ondas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 492 p. + 1 CD-ROM (531 K71f) LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. Curso de física: volume 1. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2005. 434 p. (530 L979c) HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: v. 1: mecânica. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 349 p. (530 H188f) HEWITT, Paul G. Fundamentos de física conceitual. Porto Alegre: Bookman, 2009. 439 p. (530 H611f)		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	GONDAR, Juan López; CIPOLATTI. Iniciação à Física Matemática . 2. ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2016.
--	--

7ª FASE

Componente Curricular	Fundamentos da Didática da Matemática	Carga Horária	60h
Ementa	Fundamentos norteadores da Didática da Matemática. Estudo dos construtos teóricos e metodológicos relativos à Didática da Matemática: vertentes da didática da matemática francesa e da didática contemporânea. Teoria do Registro de Representação Semiótica.		
Bibliografia Básica	D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática : da teoria à prática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997. D'AMORE, Bruno. Elementos de didática da matemática . São Paulo: Editora Livraria da Física, 2007. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.		
Bibliografia Complementar	ÁVILA, Geraldo. Várias faces da matemática : tópicos para licenciatura e leitura geral. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2010. GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa . 19. ed. São Paulo: Loyola, 2011. MACHADO, Silvia Dias Alcântara (org.). Educação matemática : uma (nova) introdução. São Paulo: PUC, 1999. ROSA NETO, Ernesto. Didática da Matemática . São Paulo: Ática, 2010. PAIS, Luiz Carlos. Didática da matemática : uma análise da influência francesa. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.		

Componente Curricular	Estágio Supervisionado III	Carga Horária	90h
Ementa	Constructos teóricos sobre Estágio e docência. Estágio na perspectiva da legislação vigente. Diagnose da escola campo de estágio com observação, registro e problematização do cotidiano da escola, dos fundamentos da estrutura e organização da escola, da sala de aula de matemática e do professor de matemática do Ensino Médio (Regular, Educação de Jovens e Adultos ou Educação Profissional Técnica de nível médio). Estudos teórico-reflexivos sobre estágio em outros espaços (Espaço de privação de liberdade, <i>Homescooling</i> , Educação de Campo, dentre outros). Pré-projeto de docência/intervenção. Relatório descritivo e analítico.		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciaturas . São Paulo: Cengage Learning, 2012. 149 p. (370.71 C331e). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 7. ed.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Estágio Supervisionado III	Carga Horária	90h
	São Paulo: Cortez, 2012. 296 p. (370.71 P644e). PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 200 p. (370.71 P644es).		
Bibliografia Complementar	ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12. ed. Campinas: Papirus, 2011. 143 p. (370.71 P214p). DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 124 p. (001.4 D383p). FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. 253 p. PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p. (371.3 P912). VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília; FONSECA, Marília (org.). As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. 9.ed. Campinas: Atlas, 2013. 256 p. (379.81 D582).		

Componente Curricular	Laboratório de ensino de matemática II	Carga Horária	90h
Ementa	Planejamento e organização do processo de ensino e de aprendizagem de matemática para o ensino médio (acadêmico e técnico profissionalizante), Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva. Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e reflexão, bem como produção textual. Documentos oficiais norteadores do ensino médio.		
Bibliografia Básica	FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009. 228 p. LORENZATO, Sérgio. Para aprender matemática. 2 ed. rev. Campinas – SP: Autores Associados, 2010. Coleção Formação de Professores. RIBEIRO, Alessandro Jacques; Cury, Helena Noronha. Álgebra para a formação do professor: explorando conceitos de equação e de função. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. Coleção Tendências em Educação Matemática.		
Bibliografia Complementar	BAZZO, Walter Antonio. De técnico e de humano: questões contemporâneas. 3 ed. atual., ampl. Florianópolis: Ed da UFSC, 2019. MORAES, Mara Sueli Simões <i>et al.</i> Educação matemática e temas político-sociais. Campinas – SP: Autores Associados, 2008. Coleção Formação de professores. FONSECA, Maria da Conceição. Educação Matemática de Jovens e Adultos: Especificidades, desafios e contribuições. Autêntica, 2007. Coleção tendências em Educação Matemática. RIBEIRO, Flávia Dias. Jogos e modelagem na educação matemática. Curitiba:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	IBPEX, 2008. SILVA, Guilherme Henrique Gomes da; LIMA, Iranete Maria da Silva; RODRÍGUEZ, Fanny Aseneth Gutiérrez (org.). Educação Matemática Crítica e a (in)justiça social : Práticas pedagógicas e formação de professores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. Série Educação Matemática, vol 17.
--	---

Componente Curricular	Gestão Educacional	Carga Horária	60h
Ementa	Gestão educacional: fundamentos e princípios. Gestão democrática. O ideário do Estado e suas implicações para os sistemas de ensino. Planejamento institucional. A relação entre os entes federados e a garantia do direito à educação. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.		
Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública . 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Educação escolar brasileira : estrutura, administração e legislação. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2003.		
Bibliografia Complementar	CANDAUI, Vera Maria (org.). Reinventar a escola . 8. ed. -. Petrópolis: Vozes, 2012. CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva : a reorganização do trabalho pedagógico. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.). Gestão da educação : impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar : introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 2. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2008.		

Componente Curricular	Equações diferenciais ordinárias	Carga Horária	60h
Ementa	Equações diferenciais de 1ª ordem. Equações diferenciais lineares de 2ª ordem. Sistemas de equações diferenciais lineares. Transformada de Laplace. Resolução de EDO's utilizando transformada de Laplace.		
Bibliografia Básica	BOYCE, William E.; DIPRIMA, Richard C; IÓRIO, Valeria de Magalhães. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno . 9. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011. 667 p. (515.35 B789e) NAGLE, Kant R. ; SAFF, Edward B.; SNIDER, Arthur. D. Equações diferenciais .		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 570 p. ZILL, Dennis G. Equações diferenciais com aplicações em modelagem . 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 410 p. (515.35 Z69e)
Bibliografia Complementar	BARREIRA, Luís; VALLS, Claudia. Equações diferenciais ordinárias: teoria qualitativa . São Paulo: Livraria da Física, 2012. 260 p. DOERING, Claus Ivo; LOPES, Artur Oscar. Equações diferenciais ordinárias . Rio de Janeiro: IMPA, 2012. (515.352 D652e) FIGUEIREDO, Djairo Guedes de; NEVES, Aloisio Freiria. Equações diferenciais aplicadas . 3. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012. 307 p. (515.35 F475e) HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações: tópicos avançados . 10. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. OLIVEIRA, Edmundo Capelas de; AIORINA, José Emílio. Introdução aos métodos da matemática aplicada . São Paulo: Ed da Unicamp, 2010. 237 p. (515.35 O48i)

Componente Curricular	Fundamentos de Álgebra	Carga Horária	60h
Ementa	Aritmética dos números inteiros. Relações, aplicações e operações. Grupos. Anéis e corpos.		
Bibliografia Básica	DOMINGUES, Hygino Hugueros.; IEZZI, Gelson. Álgebra moderna . São Paulo: Atual, 2008. GONÇALVES, Adilson. Introdução à álgebra . Rio de Janeiro: Projeto Euclides, 1979. HERSTEIN, Israel Nahan. Tópicos de álgebra . São Paulo: Editora Polígono, 1970.		
Bibliografia Complementar	LANG, Serge. Estruturas algébricas . Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2003. MONTEIRO, Luis Henrique Jacy. Elementos de álgebra . Rio de Janeiro: LTC, 1978. ABRAMO, Hefez. Curso de álgebra . Rio de Janeiro: IMPA, 2002. GARCIAS, Arnaldo; LEQUAIN, Yves Albert E. Elementos de álgebra . Rio de Janeiro: Projeto Euclides, 2002. VILANOVA, Clóvis. Elementos da teoria dos grupos e da teoria dos anéis . Rio de Janeiro: IMPA, 1972.		

8ª FASE

Componente Curricular	Estágio Supervisionado IV	Carga Horária	105h
-----------------------	---------------------------	---------------	------



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Estudos teórico-reflexivos acerca da prática docente. Projeto de docência. Estágio de docência no Ensino Médio (Regular, Educação de Jovens e Adultos ou Educação Profissional Técnica de nível médio). Relatório.
Bibliografia Básica	CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciaturas . São Paulo: Cengage Learning, 2012. 149 p. (370.71 C331e). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 296 p. (370.71 P644e). PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 200 p. (370.71 P644es).
Bibliografia Complementar	ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 12. ed. Campinas: Papirus, 2011. 143 p. (370.71 P214p). DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 124 p. (001.4 D383p). FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. 253 p. PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p. (371.3 P912). VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília; FONSECA, Marília (org.). As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola . 9.ed. Campinas: Atlas, 2013. 256 p. (379.81 D582).

Componente Curricular	Políticas Públicas da Educação	Carga Horária	60h
Ementa	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Legislação da educação brasileira. Estrutura e organização da educação brasileira. Financiamento da educação.		
Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012. SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional . 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. <i>In</i> : FERRETI, Celso João <i>et al.</i> Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar . 16. ed. Rio de Janeiro-RJ: Vozes, 2013. p. 151-158.		
Bibliografia Complementar	CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo . 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). A experiência do trabalho e a educação básica . 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. SAVIANI, Dermeval <i>et al.</i> O legado educacional do século XX . 2. ed. Campinas:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Autores Associados, 2006. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 2. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2008.
--	---

Componente Curricular	História e Filosofia da Educação Matemática	Carga Horária	30h
Ementa	A História e a Filosofia da Educação Matemática. O Movimento da Matemática Moderna. Epistemologia do conhecimento e o ensino da matemática.		
Bibliografia Básica	BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Filosofia da educação matemática . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. MIORIM, Maria. Angela; VILELA; Denise Silva. (Org). História, filosofia e educação matemática : práticas de pesquisa. Campinas: Alínea, 2010. CLARETO, S. M. DETONI, A. R. PAULO, R. M. Filosofia, matemática e educação matemática : compreensões dialogadas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. (510.1 F488.		
Bibliografia Complementar	KLUTH, Verilda Speridião; ANASTACIO, Maria Queirosa Amoroso. (Org). Filosofia da Educação Matemática : Debates e confluências. São Paulo: Centauro, 2009. MOURA, A. R. L., LIMA, L. C., MOURA, M. O., MOISÉS, R. P. Educar com a Matemática Fundamentos . São Paulo: Cortez, 2016. RUSSELL, Bertrand. Introdução à Filosofia Matemática . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. SILVA, Jairo José da Silva. Filosofias da matemática . São Paulo: Editora UNESP, 2007. SKOVSMOSE, Ole. Educação Crítica : incerteza, matemática, responsabilidade. São Paulo: Cortez, 2007. (510.7 S628e).		

Componente Curricular	Fundamentos de Análise Real	Carga Horária	60h
Ementa	Conjuntos enumeráveis e não enumeráveis. Noções de conjuntos. Números reais. Noções de topologia na reta. Sequências numéricas. Limites de funções.		
Bibliografia Básica	ÁVILA, Geraldo. Introdução à análise matemática . 2.ed. rev. São Paulo: Edgard Blücher, 1999. 653 p. (515 A958i) LIMA; Elon. Lages. Curso de Análise vol. 1 . 14. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2013. 431 p. (515 L732c) MUNIZ NETO, Antonio Caminha. Tópicos de matemática elementar: volume 3: introdução à análise . 2. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013. 324 p. (515 M966t)		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	FIGUEIREDO, Djairo Guedes de. Análise I. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996. 256 p. (515 F475a) GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: Vol. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2001. 4 v. (515 G948c) LIMA; Elon Lages. Análise real volume 1: funções de uma variável. 11. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012. 198 p. (515 L732a) MUNIZ NETO, Antonio Caminha. Tópicos de matemática elementar: volume 1: números reais. 2. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013. 286 p. (512.786 M966t)
----------------------------------	---

Componente Curricular	Cálculo Numérico	Carga Horária	60h
Ementa	Erros. Zero de funções reais. Solução de sistemas de equações lineares e não-lineares. Interpolação. Ajuste de curvas. Integração numérica. Solução numérica de equações diferenciais de 1ª ordem.		
Bibliografia Básica	BARROSO, Leônidas Conceição <i>et al.</i> Cálculo numérico. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987. 367 p. (519.4 C144) BURDEN, Richard L.; FAIRES, J. Douglas. Análise numérica. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 721 p. (515 B949a) SPERANDIO, Décio; MENDES, João Teixeira; SILVA, Luiz Henry Monken e. Cálculo numérico: características matemáticas e computacionais dos métodos numéricos. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 354 p. (515.4 S749c)		
Bibliografia Complementar	ARENALES, Selma Helena de Vasconcelos; DAREZZO, Artur. Cálculo numérico: aprendizagem com apoio de software. São Paulo: Thomson, 2008. 364 p. (515 A681c) BURIAN, Reinaldo; LIMA, Antonio Carlos de; HETEM JUNIOR, Annibal. Cálculo numérico. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2007. 153 p. (515 B958c) CUNHA, Maria Cristina C. Métodos numéricos. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 2003. (515 C972m) RUGGIERO, Márcia A. Gomes; LOPES, Vera Lúcia da Rocha. Cálculo numérico: aspectos teóricos e computacionais. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997. 406 p. (519.4 R931c) SCHERER, Claudio. Métodos computacionais da física. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2010. 299 p. (515.0285 S326m)		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

10.2 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Componente Curricular	Cálculo IV	Carga Horária	60h
Ementa	Séries numéricas. Convergência de Séries e critérios de convergência. Expansão de uma Função em séries de potências. Integrais de Linha. Integrais de superfície. Divergente e rotacional. Teorema de Green. Teorema de Stokes.		
Bibliografia Básica	FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. GUIDORIZZI, Hamilton L. Um curso de cálculo: v. 4. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. STEWART, James. Cálculo. 2. ed. v. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
Bibliografia Complementar	GUIDORIZZI, Hamilton L. Um curso de cálculo: v. 3. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. BOULOS, Paulo; ABUD, Zara Issa. Cálculo diferencial e integral. v. 2. São Paulo: Pearson Makron Books, 2012. HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica. v. 2. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo. 8. ed. v. 2. Porto Alegre: Bookman, 2007.		

Componente Curricular	Física	Carga Horária	60h
Ementa	Tópicos de leis de conservação. Funções trigonométricas aplicadas ao Oscilador Harmônico Simples e Amortecido. Cônicas aplicadas à Gravitação. Integral de linha aplicada ao Trabalho Físico.		
Bibliografia Básica	HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: Gravitação, ondas e termodinâmica. v. 2, 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. TIPLER, Paul Allen. Física para cientistas e engenheiros: gravitação, ondas e termodinâmica. v. 2, 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. YOUNG, Hugh D.; FREEDEMAN, Roger A. Física II: termodinâmica e ondas. 12. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2008.		
Bibliografia Complementar	NUSSENZVEIG, Herch Moysés. Curso de física básica: fluidos, oscilações e ondas, calor. v. 2, 4. ed. São Paulo: E. Blucher, 2002. NUSSENZVEIG, Herch Moyses. Curso de física básica: 1: mecânica. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002. 328 p. (531 N975c)		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	FRANÇA, Luis Novaes Ferreira; MATSUMURA, Amadeu Zengiro. Mecânica Geral . 3 ed. São Paulo: Blucher, 2011. THORNTON, Stephen T.; MARION, Jerry B. Dinâmica Clássica de Partículas e Sistemas . São Paulo: Cengage Learning, 2011. GONDAR, Juan López; CIPOLATTI. Iniciação à Física Matemática . 2. ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2016.
--	---

Componente Curricular	Tópicos em Dificuldades e Transtornos da aprendizagem da Matemática	Carga Horária	30h
Ementa	Aprendizagem e cognição. Transtornos de Aprendizagem e Dificuldades de Aprendizagem. TDAH e a Matemática. Ansiedade Matemática. Discalculia e Acalculia. Rastreamento dos Transtornos Específicos da Aprendizagem Matemática. Caixa Matemática. Flexibilização Curricular e Avaliativa. Jogos inclusivos.		
Bibliografia Básica	BRENELLI, Rosely Palermo. O jogo como espaço para pensar : a construção de noções lógicas e aritméticas. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. MALLOY-DINIZ, Leandro F.; MATTOS, Paulo. Discalculia do Desenvolvimento . São Paulo: Pearson Clinical, 2017. 244 p. RELVAS, Marta Pires. Neurociência e transtornos de aprendizagem : as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007. 143 p.		
Bibliografia Complementar	ALRO, Helle; SKOVSMOSE, Ole. Diálogo e aprendizagem em educação matemática . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 158 p. MACHADO, Jarci Maria. Transtornos Funcionais Específicos da Aprendizagem : Identificação e Intervenção. Editora Intersaberes 2020. 164 p. KAMII, Constance; DECLARK, Georgia. Reinventando a aritmética : implicações da teoria de Piaget. 9. ed. Campinas: Papirus, 1994. 308 p. MACEDO, Lino; Bressan, Rodrigo Affonseca. Desafios da aprendizagem : Como as neurociências podem ajudar pais e professores. São Paulo: Papirus, 2017. 126 p. OLIVEIRA, Elisabete Maria de. Dificuldade de ensino e aprendizagem na matemática: os jogos como alternativa para o entendimento do aluno que apresenta o transtorno da discalculia. 2022. 16f. Trabalho de curso (Especialização em Educação Matemática) - Curso de Pós Graduação, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense. Concórdia, 2022		

Componente Curricular	Textos e contextos da/na Feira de Matemática	Carga Horária	30h
Ementa	Histórico do Movimento em Rede da Feira de Matemática (MRFMat). Aspectos Estruturantes do MRFMat. Produção, registro e avaliação de trabalhos.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	BIEMBENGUT, Maria Salett; ZERMIANI, Vilmar José. Feiras de Matemática: História das Ideias e Ideias da História . Blumenau: Legere/Nova Letra, 2014. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. HOELLER, Solange Aparecido de Oliveira <i>et al.</i> (org.). Feiras de Matemática: percursos, reflexões e compromisso social . Blumenau: IFC, 2015.
Bibliografia Complementar	SBEM/SC (org.). Educação Matemática em Santa Catarina: Contextos e relatos . Florianópolis: SBEM-SC, 2020. STIEHLER, Lúcia K.; ZERMIANI, Vilmar José (org.). II Seminário de avaliação das Feiras Catarinense de Matemática, 2, 2001, Brusque. Anais [...]. Blumenau: EDIFURB, 2002. FLORIANI, José Valdir. Professor e pesquisador: exemplificação apoiada na matemática . Blumenau: Ed. da FURB, 2000. HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho . Porto Alegre: Mediação, 2009. SANDEL, Michael J. A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum? 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

Componente Curricular	Introdução à computação matemática	Carga Horária	60h
Ementa	Conceitos de matemática computacional. Máquinas de Estado (Modelo de Turing). Algoritmos: conceito e especificação. Técnicas de programação. Estruturas de dados. Indução, iteração e recursão. Desenvolvimento de aplicações matemáticas.		
Bibliografia Básica	MANZANO, André Luiz Navarro Garcia; MANZANO, Maria Izabel Navarro Garcia. Estudo dirigido de informática básica . 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Érica, 2010. 250 p. (004 M252e) RUGGIERO, Márcia A. Gomes; LOPES, Vera Lúcia da Rocha. Cálculo numérico: aspectos teóricos e computacionais . 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997. 406 p. (515 R931c) TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade . 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Érica, 2008. 198 p. (370.285 T135i).		
Bibliografia Complementar	ALBERTINI, Alberto Luiz. Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso . 4. ed., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002. (004.068 A334a) ALCALDE LANCHARRO, Eduardo; GARCIA LOPEZ, Miguel; PEÑUELAS FERNANDEZ, Salvador. Informática básica . São Paulo: Makron Books, 1991. 269 p. (004 A346i) CORMEN, Thomas H; LEISERSON, Charles Eric; RIVEST, Ronald L.; STEIN, Clifford. Algoritmos: teoria e prática . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2012. 926 p. (005.1 A394) GERSTING, Judith L. Fundamentos matemáticos para a ciência da computação:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	um tratamento moderno de matemática discreta. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. (004.0151 G383f) VELLOSO, Fernando de Castro. Informática : conceitos básicos. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2011. 391 p. (004 V441i).
--	--

Componente Curricular	Equações Diferenciais Parciais	Carga Horária	60h
Ementa	Tipos clássicos de equações diferenciais parciais; equação do calor, equação da onda com diferentes condições iniciais e de contorno; método por separação de variáveis, por séries de Fourier e por diferenças finitas.		
Bibliografia Básica	BOYCE, Willian E. e DI PRIMA, Richard C., Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores de Contorno , Ed. Guanabara Hoogan S. A., 1994. FIGUEIREDO, Djairo G., Análise de Fourier e Equações Diferenciais Parciais , Coleção Euclides, IMPA/CNPq, (1986), Rio de Janeiro, Brasil MEDEIROS, Luiz A. e ANDRADE, Nirzi C., Iniciação às Equações Diferenciais Parciais , Ed. LTC, 1978.		
Bibliografia Complementar	IÓRIO, Rafael J. e IÓRIO, Valéria M., Equações Diferenciais Parciais: uma introdução , IMPA – Projeto Euclides, 1988. KAPLAN, Wilfred., Cálculo Avançado , vol.1 e 2, Edgard Blücher Editora e EDUSP, (1972), São Paulo, Brasil. SPIEGEL, Murray. Análise de Fourier , Coleção Schaum, McGraw-Hill do Brasil, (1976), São Paulo, Brasil. SANTOS, Reginaldo J. Equações Diferenciais Parciais: Uma Introdução (Material online).Disponível em http://www.mat.ufmg.br/~regi/eqdif/eqparc.pdf . OLIVEIRA, Capelas E. ; MAIORINO, José E. Introdução aos métodos da Matemática aplicada . Campinas: Editora da Unicamp, 1997.		

Componente Curricular	Libras: fundamentos e metodologias para a Educação Matemática	Carga Horária	30h
Ementa	Educação Bilíngue para Surdos. Língua Brasileira de sinais: Aspectos linguísticos e		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	gramaticais. Vivências práticas de uso e compreensão da Língua Brasileira de Sinais.
Bibliografia Básica	CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001. SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
Bibliografia Complementar	CAPOVILLA, Fernando César; Raphael, Walkiria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS. Volume 8: Palavras de função gramatical. Como acompanhar o desenvolvimento da competência de leitura em surdos do Ensino Fundamental ao Médio, e analisar processos quirêmicos, semânticos e ortográficos. São Paulo: EDUSP, 2004. FERNANDES, Sueli F. Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos. Curitiba : SEED, 2006. SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. Cultura, poder e educação de surdos. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. SILVA, Ivani Rodrigues; FAVORITO, Wilma. Surdos na escola: letramento e bilinguismo. Campinas: Cefiel, 2009. SKLIAR, Carlos (Org.). Educação & exclusão: Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

Componente Curricular	Tópicos avançados de trigonometria	Carga Horária	60h
Ementa	Explorando o ciclo trigonométrico. Função de Euler. Funções circulares, suas inversas e seus gráficos. Funções hiperbólicas e seus gráficos. Transformações trigonométricas (demonstrações). Lei dos senos e dos cossenos. Aplicações à Topografia.		
Bibliografia Básica	CARMO, Manfredo Perdigão do; MORGADO, A. C.; WAGNER, Eduardo. Trigonometria, números complexos. 3. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005. 165 p. (516.24 C287t) IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar: 3: Trigonometria. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 312 p. (516.24 I22f) YOUNG, Cinthia. Y. Álgebra e Trigonometria. Volume 1. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.		





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	BORTOLI, Gladis; MARCHI, Miriam Ines; GIONGO, Ieda Maria. Uma Abordagem Histórica no Ensino da Trigonometria. Curitiba: Appris, 2016. 159 p. LIMA, Elon Lages et al. A Matemática do Ensino Médio: volume 1. 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 287 p. (510.712 M425) MEDEIROS, Valéria Zuma (Coord.) et al. Pré-cálculo. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 538 p. (515 C146p) ROQUE, Tatiana; CARVALHO, João Bosco Pitombeira de. Tópicos de História da Matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2012. 452 p. (510.0 R786t) YOUNG, Cinthia. Y. Álgebra e Trigonometria. Volume 2. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
----------------------------------	---

Componente Curricular	Aritmética e problemas olímpicos	Carga Horária	30h
Ementa	Números naturais e inteiros. Divisibilidade. Equações diofantinas. Aritmética modular. Problemas olímpicos.		
Bibliografia Básica	DOMINGUES, Hygino Hugueros. Fundamentos de Aritmética. Florianópolis: UFSC, 2009. HOLANDA, Bruno. Treinamento Olímpico. Rio de Janeiro: SBM, 2020. HEFEZ, Abramo. Iniciação à Aritmética. Rio de Janeiro: IMPA, 2015.		
Bibliografia Complementar	MORAES FILHO, Daniel Cordeiro. Um Convite à Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2013. MUNIZ NETO, Antonio Caminha. Tópicos de matemática elementar. Volume 5. 2a ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013. (516.22 M966t) SHINE Carlos Yuzo. 21 Aulas de Matemática Olímpicas. Rio de Janeiro: SBM, 2009. TAO, Terense. Como Resolver Problemas Matemáticos: uma perspectiva pessoal. Rio de Janeiro: SBM, 2013. VIEIRA, Felipe; CARVALHO; Rafael Aleixo de. Elementos de Aritmética e Álgebra. Rio de Janeiro: SBM, 2020.		

Componente Curricular	Geometria e problemas olímpicos	Carga Horária	30h
Ementa	Congruência de triângulos. Lugares Geométricos. Proporcionalidade e semelhança. Problemas olímpicos.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar: geometria plana . 9a ed. São Paulo: Atual, 2013. v.9. HOLANDA, Bruno. Treinamento Olímpico . Rio de Janeiro: SBM, 2020. MUNIZ NETO, Antonio Caminha. Geometria . 2a ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013.
Bibliografia Complementar	BARBOSA, João Lucas Marques. Geometria euclidiana plana . 11a ed. Rio de Janeiro: SBM, 2012. (516.22 B238g) MUNIZ NETO, Antonio Caminha. Tópicos de matemática elementar . Volume 2. 2a ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013. (516.22 M966t) SHINE Carlos Yuzo. 21 Aulas de Matemática Olímpicas . Rio de Janeiro: SBM, 2009. TAO, Terense. Como Resolver Problemas Matemáticos: uma perspectiva pessoal . Rio de Janeiro: SBM, 2013. WAGNER, Eduardo. (Org.) 10 matemáticos 100 problemas . Rio de Janeiro: AOBM, 2008.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

11 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

11.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

Quadro 14 - Descrição do Corpo Docente do Curso

Nome	SIAPÉ	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail	Link para lattes	Telefone institucional
Amauri Carboni Bitencourt	2103413	40h/DE	Doutorado em Filosofia	amauri.bitencourt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2538575305836798	3531-3700
Angelisa Benetti Clebsch	1754012	40h/DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica	angelisa.clebsch@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7011871290957566	3525-8600
Elisângela Regina Selli Melz	4020722	40h/DE	Mestrado em Educação	elisangela.melz@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5481678280570498	3525-8600
Emerson Bianchini Estivalet	1788584	40h/DE	Doutorado em Educação	emerson.estivalet@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1504313415692578	3525-8600
Fátima Peres Zago de Oliveira	1102088	40h/DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica	fatima.oliveira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2928350526317146	3525-8600
Francisléia Giacobbo dos Santos	2336610	40h/DE	Mestrado em Educação	francisleia.santos@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9351471328877928	3525-8600
Luis Fernando Nazari	1911492	40h/DE	Mestrado em Engenharia de Automação e Sistemas	luiz.nazari@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8357251043633484	3525-8600
Marília Zabel	1244352	40h/DE	Mestrado em Educação Matemática	marilia.zabel@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1039325957754578	3525-8600
Marines Dias Gonçalves	1755330	40h/DE	Mestrado em Educação	marines.goncalves@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5409802568530188	3525-8600
Micheli Cristina Starosky Roloff	3771302	40h/DE	Mestrado em Educação	micheli.roloff@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1197518653861340	3525-8600
Milton Procópio de Borba	1300276	40h/DE	Doutorado em Matemática	milton.borba@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5135294391262127	3525-8628
Morgana Scheller	1537347	40h/DE	Doutorado em Educação em Ciências e Matemática	morgana.scheller@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7776982904929456	3525-8600



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Neila de Toledo e Toledo	1630346	40h/DE	Doutorado em Educação	neila.toledo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0415281961084928	3525-8600
Otávio Bocheco	1858693	40h/DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica	otavio.bocheco@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1424502743423069	3531-3700
Patrícia da Costa Sabino	1028296	40h/DE	Mestrado em Educação	patricia@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8362880416367477	3525-8627
Paula Andrea Grawieski Civiero	1501988	40h/DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica	paula.civiero@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6617701172635064	3525-8616
Ruy Piehowiak	1220127	40h/DE	Especialização em Metodologia do Ensino de Matemática	ruy.piehowiak@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3282376982605230	3525-8600
Solange Aparecida de Oliveira Hoeller	1843283	40h/DE	Doutorado em Educação	solange.hoeller@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6507966351170581	3525-8600
Tatiana Pires Escobar	2333710	40h/DE	Doutorado em Educação	tatiana.escobar@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2202388421946832	3525-8600

11.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

A Coordenação de Curso de Licenciatura em Matemática IFC – *campus* Rio do Sul está organizada de acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC.

Quadro 15 – Dados da coordenação de Curso - gestão 2022-2014

Coordenadora	Paula Andrea Grawieski Civiero
SIAPE	1501988
Regime de Trabalho	40h - Dedicção Exclusiva
Titulação	Doutora em Educação Científica e Tecnológica
Endereço de e-mail	paula.civiero@ifc.edu.br
Telefone Institucional:	(47) 3525-8616



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Link para Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/6617701172635064>

11.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso está de acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, bem como com a Organização Didática.

Quadro 16 – Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC *campus* Rio do Sul – Portaria 127/2022

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
Paula Andrea Grawieski Civiero	1501988	40h/DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica	paula.civiero@ifc.edu.br
Morgana Scheller	1537347	40h/DE	Doutorado em Educação em Ciências e Matemática	morgana.scheller@ifc.edu.br
Milton Procópio de Borba	1300276	40h/DE	Doutorado em Matemática	milton.borba@ifc.edu.br
Moacir Tavares Gubert	2332708	40h/DE	Doutorado em Educação	moacir.tavares@ifc.edu.br
Neila de Toledo e Toledo	1630346	40h/DE	Doutorado em Educação	neila.toledo@ifc.edu.br
Otávio Bochecho	1858693	40h/DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica	otavio.bochecho@ifc.edu.br

11.4 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso está estruturado de acordo com a Resolução 010/2021 do



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Consuper/IFC, bem como da Organização Didática.

Quadro 17 - Colegiado de Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – *campus*
Rio do Sul - Portaria nº 126/2022

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
Paula Andrea Grawieski Civiero	1501988	40h/DE	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica	paula.civiero@ifc.edu.br
Morgana Scheller	1537347	40h/DE	Doutorado em Educação em Ciências e Matemática	morgana.scheller@ifc.edu.br
Tatiana Pires Escobar	2333710	40h/DE	Doutorado em Educação	tatiana.escobar@ifc.edu.br
Marines Dias Gonçalves	1755330	40h/DE	Mestrado em Educação	marines.goncalves@ifc.edu.br
Milton Procópio de Borba	1300276	40h/DE	Doutorado em Matemática	milton.borba@ifc.edu.br
Maria Lenir Stupp	1786838	Pedagogo - área	Mestrado em Educação	maria.stupp@ifc.edu.br
Rafaela Pinheiro	-	Estudante	Licencianda em Matemática - IFC <i>campus</i> Rio do Sul	dida_rafaela@hotmail.com
Eduarda de Oliveira	-	Estudante	Licencianda em Matemática - IFC <i>campus</i> Rio do Sul	eduardadeoliveira1@hotmail.com
Igor Mohr	-	Estudante	Licenciando em Matemática - IFC <i>campus</i> Rio do Sul	igormohr7@gmail.com

11.5 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL

Quadro 18 - Técnicos administrativos do IFC – *campus* Rio do Sul



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Nome	SIAPÉ	Cargo	Titulação	E-mail
Adriano Becker	1602832	Assistente em Administração	Mestre em Gestão de Políticas Públicas	adriano.becker@ifc.edu.br
Aline Tomazia Seemann	2011849	Auxiliar em Administração	Graduação em Administração em RH	aline.seemann@ifc.edu.br
Ana Gabriella Barros de Lima	2156387	Psicólogo	Especialista Neuropsicologia Especialização em Gênero e Diversidade na Escola	ana.lima@ifc.edu.br
Ana Paula Fassina	2133161	Tecnólogo— Formação	Especialista em RH	ana.fassina@ifc.edu.br
André Munzlinger	1786379	Jornalista	Mestrado Administração	andre.munzlinger@ifc.edu.br
Antonio Marcos Alves	2376870	Assistente de Laboratório	Ensino Médio	antonio.alves@ifc.edu.br
Carlos Leovegildo Kjellim	1607729	Assistente de Administração	Especialista em Administração Estratégica	carlos.kjellim@ifc.edu.br
Caroline da Rosa Ferreira Becker	1455442	Bibliotecária	Mestre em Ciências da Educação	caroline.becker@ifc.edu.br
Clóvis Cristiano Brignoli	1102092	Técnico de Tecn. da Informação	Mestre em Administração	clovis.brignoli@ifc.edu.br
Daniel Costa Pittaluga	1786502	Assistente em Administração	Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	daniel.pittaluga@ifc.edu.br
Daniel Fachini	1756016	Assistente em Administração	Especialização em Administração Escolar, Supervisão e Orientação	daniel.fachini@ifc.edu.br
Dominique Calixto Martins	2926969	Tradutor Interprete	Especialização em Libras	dominique.martins@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Eurico da Palma Pittaluga Neto	1215014	Tecnólogo em Cooperativismo	Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos	eurico.pitalunga@ifc.edu.br
Fabiano Francisco Maciel Guimarães	1671422	Analista de Tecnol. da Informação	Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	fabiano.guimaraes@ifc.edu.br
Jailson Sulmar Ferreira	1109434	Padeiro	Especialista em Tecnologia em Segurança do trabalho	jailson.ferreira@ifc.edu.br
Jonas Felácio Júnior	2134469	Auxiliar de Biblioteca	Especialista História Cultural e Patrimônio	jonas.felacio@ifc.edu.br
Kátia Margareth Anami Segundo	1101827	Assistente em Administração	Mestre Administração	katia.segundo@ifc.edu.br
Laércio de Souza	1837579	Pedagogo Supervisão Educacional	Mestre Desenvolvimento Regional	laercio.souza@ifc.edu.br
Leonardo José Antunes	2136323	Assistente em Administração	Especialista em Direito Administrativo	leonardo.antunes@ifc.edu.br
Marcos Cezar Franzão	1452878	Técnico em Agropecuária	Mestrado Educação Agrícola	marcos.franzao@ifc.edu.br
Maria Lenir Stüpp	1786838	Pedagogo Supervisão Educacional	Mestrado em Educação	maria.stupp@ifc.edu.br
Maurício Machado	1109435	Auxiliar em Eletricidade	Especialização em Gestão de Custos	mauricio.machado@ifc.edu.br
Mylene Hafemann	1102086	Telefonista	Ensino Médio Técnico em Laboratório	mylene.hafemann@ifc.edu.br
Nádia Machado	1203744	Assistente em Administração	Mestre Administração	nadia.machado@ifc.edu.br
Neiva Hoeppers de Araújo	2134718	Pedagogo Orientação Educacional	Especialista Alfabetização	neiva.araujo@ifc.edu.br
Rosângela D. Garzo Scheneider	1207933	Cozinheira	Ensino Médio Técnico	rosangela.scheneider@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ruan Carlo Borges Montibeller	2804460	Técnico em Tecnologia da Informação	Graduação em Ciência da Computação	ruan.montibeller@ifc.edu.br
Rogério Krause	1523080	Assistente em Administração	Mestrado em Administração	rogerio.krause@ifc.edu.br
Sandra Letícia Graf Ferreira	1586445	Técnica em Assuntos Educacionais	Especialização Admin Escolar	sandra.ferreira@ifc.edu.br
Sarita Martins Camina Reinicke	1756637	Nutricionista	Mestre Saúde Coletiva	sarita.reinicke@ifc.edu.br
Tamiris Possamai	2154714	Assistente em Administração	Graduação em Direito	tamiris.possamai@ifc.edu.br
Thisa Barcellos Benfatto	2223665	Enfermeira	Graduada em Enfermagem	thisa.benfatto@ifc.edu.br

11.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Os recursos humanos de uma instituição deixaram de ser apenas números e passaram a fazer parte das estratégias de organizações, com conhecimentos, especialidades, competências, habilidades e atitudes. A promoção ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do IFC tem se tornado condição primordial para o desenvolvimento de toda a instituição. Vindo ao encontro desta necessidade de desenvolver estrategicamente o corpo funcional do 104 IFC, tem-se elencado como principais incentivos à capacitação os diretamente ligados à legislação vigente: afastamento integral para pós-graduação stricto sensu, por meio do qual o servidor poderá afastar-se integralmente do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país ou no exterior; horário especial para servidor estudante, que consiste no afastamento de servidor para cursos de nível médio e profissionalizante, cursos de graduação, cursos de pós-graduação lato sensu, regulares ou supletivos, ou mesmo cursos de pós-graduação stricto sensu. Dá-se na



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

forma de horário especial, quando comprovada a incompatibilidade do horário do curso e o da instituição, sem prejuízo do exercício das atividades do cargo e com compensação de horário, de acordo com o art. 98 da Lei nº 8.112/90; licença para capacitação, por meio da qual, após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor pode solicitar licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; ações para aperfeiçoamento (curta duração), as quais acontecem a partir da autorização de afastamento do servidor para congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Programa Institucional de Qualificação de Servidores – PIQIFC, em que os servidores poderão solicitar a adequação de sua jornada semanal de trabalho para fins de participação em programa de pós-graduação stricto sensu; Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do IFC, que tem por objetivo ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores por meio de um auxílio financeiro temporário para a participação do servidor em programas de Mestrado e Doutorado. O IFC desenvolve também ações internas que promovem intervenções no dia a dia dos servidores, tais como: Plano Anual de Capacitação dos campi e da Reitoria do IFC; educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos e docentes; Programa de Recepção Docentes e TAEs; ações para a preparação para aposentadoria; e eventos, tais como Semana da Saúde e Segurança de Trabalho, Semana da Mulher, Pausa com a Gestão, entre outros.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC



12 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

12.1 BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Federal Catarinense – *campus* Rio do Sul, Unidade Urbana, dispõe de uma área total de 140 m², com uma lotação máxima de 40 pessoas sentadas. Conta com uma equipe de 2 (dois) servidores (uma Bibliotecária e um Auxiliar de Biblioteca), e 2 (dois) estagiários. O setor mantém-se em funcionamento e com atendimento ao público de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h, das 13h às 16h e das 18h às 22h. O ambiente é climatizado e dispõe de acesso à internet wireless, o que proporciona aos usuários conforto térmico e bem-estar.

O acervo é composto por 3.779 títulos com 9.769 exemplares físicos, além de 21.504 títulos de e-books, e das normas técnicas da ABNT. Os usuários contam ainda com o acesso a 89.729 títulos e 20.7673 exemplares que compõem o acervo das Bibliotecas dos demais campi do IFC, por meio do serviço de Empréstimo de Obras entre Bibliotecas. Há um sistema de gestão do acervo informatizado (Pergamum), e o sistema de segurança magnético. A comunidade tem acesso ao portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e 3 computadores destinados à pesquisa e a consulta ao acervo.

O setor oferece os seguintes serviços:

1. Atendimento online via chat durante o horário de funcionamento do setor: (recurso implantado no site da biblioteca durante a pandemia do covid-19);
2. Atendimento via e-mail: retorno às solicitações realizadas via e-mail;
3. Capacitação aos Usuários: uso das normas da ABNT; desvendando o Portal de Periódicos Capes; A biblioteca e suas possibilidades de acesso à informação: descobrindo os Livros Físicos e Digitais do IFC; Fontes de Pesquisa;
4. Devolução de Materiais: é considerada data de devolução efetiva no momento da entrega do material no balcão de atendimento;
5. Emissão da Declaração de Nada Consta: Declaração emitida, que atesta a regularidade do usuário junto ao setor (Estudantes que desejam realizar a transferência e estão em fase de conclusão do curso devem encaminhar a RACI a Declaração de Nada Consta;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- Servidores que desejam solicitar afastamento (transferência / licença capacitação) devem apresentar a Declaração de Nada Consta a CGP do campus);
6. Emissão de GRU (Guia de Recolhimento da União): para os usuários que possuem multa, por devolução de material em atraso, possam regularizar sua situação junto ao setor. E após apresentação do comprovante de pagamento, baixa no sistema pergamum do débito, no balcão de atendimento ou online pelo e-mail da biblioteca;
 7. Empréstimo Domiciliar: que mediante vínculo com a instituição através da matrícula em algum curso o usuário poderá levar até 23 livros, com prazo de devolução para 14 dias;
 8. Empréstimo entre Bibliotecas: Serviço que possibilita ao usuário solicitar material disponível em outra biblioteca. Pode ser realizado pela Internet, ou via balcão de atendimento;
 9. Renovação: Serviço oferecido ao usuário que possui material emprestado e quer renová-lo por igual período. Pode ser realizado pela Internet, ou via balcão de atendimento desde que não tenha vencido o prazo de devolução e este não tenha reserva;
 10. Reserva: Serviço utilizado quando o usuário identifica que todos os exemplares do material desejado vinculados a sua biblioteca estão emprestados. Pode ser realizado pela Internet ou no balcão de atendimento, este material ficará na reserva por 48 horas, a partir da liberação;
 11. Orientação sobre o uso e funcionamento do Sistema Pergamum: consulta ao acervo (orientação aos usuários sobre como realizar a pesquisa dos materiais disponíveis no acervo que compõem as 17 bibliotecas do IFC);
 12. Incentivo à Leitura;
 13. Semana Nacional do Livro e da Biblioteca: são realizadas atividades todos os anos em outubro durante a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca no Brasil, conforme o Decreto nº 84.631, de 9 de abril de 1980.
 14. Visitas Orientadas: realizadas com prévio agendamento na biblioteca.

Quadro 19 - Estatística de Acervos / Exemplares por Classificação CNPQ - Biblioteca - *campus* Rio do Sul - Unidade Urbana.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Área de Conhecimento	Acervos	Material Adicional	Folhetos (títulos)	Teses (títulos)	Periódicos (títulos)	CD-Rom (títulos)	Obras em Braille (títulos)	Mapas	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	982	172	0	01	13	0	0	0	3756
Ciências Biológicas	16	05	0	0	0	0	0	0	44
Engenharia	20	0	0	0	0	0	0	0	56
Ciências da Saúde	22	0	0	0	0	0	0	0	33
Ciências Agrárias	01	0	0	0	0	0	0	0	02
Ciências sociais Aplicadas	345	8	02	01	04	0	0	0	919
Ciências Humanas	1067	23	0	01	20	01	0	01	2911
Linguística, Letras e Artes	1279	43	0	0	01	01	01	0	2048
Total	3732	251	02	03	38	02	01	01	9769

Fonte: Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas, 2022.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A biblioteca possui balcão de atendimento; área de estudo coletivo que possui mesas com assentos para uso individual e coletivo; 2 sofás; sala de processamento técnico e da bibliotecária com 2 mesas e 4 assentos e guarda-volumes. Também possui no ambiente sistema de segurança eletromagnética, 4 climatizadores de ar, 3 computadores administrativos e 1 impressora para uso interno.

12.2 ÁREAS DE ENSINO E LABORATÓRIOS

A infraestrutura física disponível para o Curso está em acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (BRASIL, 2010). Os equipamentos, laboratórios e recursos disponíveis na Unidade Urbana do IFC estão descritos nos quadros abaixo, e poderão ser utilizados por todos os alunos dos cursos oferecidos pela Instituição.

Quadro 20 - Recursos didáticos pedagógicos existentes do IFC – *campus* Rio do Sul – Unidade Urbana.

Equipamentos	Quantidade
Microcomputadores	70
Projektor Multimídia	24
Impressoras	10
Pontos de Acesso à rede de internet para acadêmicos	5

Quadro 21 - Estrutura física do IFC– *campus* Rio do Sul – Unidade Urbana

SETORES	SALAS	SERVIDORES
SALAS	12	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Salas de Aula (201, 203, 207, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307)	10	
Sala do PIBID (205)	01	
Sala da Brinquedoteca (308)	01	
LABORATÓRIOS	09	
Laboratório de Redes (101)	01	2
Laboratórios de Informática (103, 104, 106, 108)	04	
Incubadora (208)	01	
Laboratório de Desenho Técnico (202)	01	
Laboratórios de Física (204, 206)	02	
AUDITÓRIO	01	
Auditório (4º andar)	01	
AMBULATÓRIO	01	
Ambulatório (térreo)	01	
CENTRO ACADÊMICO	01	
Centro Acadêmico (térreo)	01	
SETORES ADMINISTRATIVOS		
ÁREA ADMINISTRATIVA		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Recepção/Vigilância	01	3
Setor Administrativo e Telefonia	01	2
Cozinha	01	3
Setor de Limpeza	01	3
Copa	01	
Banheiros	27	
Serviços Gerais	01	1 (3 x por semana)
Reprografia	01	2
CECOM	01	1
Tecnologia da Informação	01	2
ÁREA PEDAGÓGICA		
DEPE	01	$8 + 1 = 9$
NAPNE/AEE/Psicologia e Serviço Social	01	8
LIBRAS	01	1
Biblioteca	01	$2 + 2 = 4$
Secretaria	01	$3 + 1 = 4$
Salas de Coordenações	01	4



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Salas de Professores	17	33
Sala de Reuniões	01	
GARAGEM		
Estacionamento	17	
Estacionamento Especial	02	
Garagem coberta (veículos oficiais)	04	
Garagem coberta (Bicicletas)	25	

A Instituição conta atualmente com 11 (onze) laboratórios: sete de informática; um de educação matemática; um de física; um de ensino de física e um de pedagogia (LAPED), este último em estruturação quanto aos equipados. Os demais estão em condições de funcionamento para fins didáticos e de pesquisa.

O Laboratório de Educação Matemática será ao mesmo tempo lugar de criação e ensino, dando suporte às aulas dos cursos e a extensões para grupos de professores e escolas da rede escolar. Este laboratório é um espaço com diversos recursos pedagógicos, equipado com materiais didáticos e materiais confeccionados pelos professores e pelos alunos do Curso de Licenciatura em Matemática, utilizado nos componentes curriculares de práticas para o ensino e em componentes curriculares específicos do Curso.

A Instituição também disponibiliza gabinetes de trabalho individual, em tempo integral, para cada professor. Além, de espaço físico disponível para o coordenador de Curso.

12.3 ÁREAS DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA

A Instituição conta com uma quadra poliesportiva, mesas para a prática de tênis de mesa e espaços para a convivência estudantil. Além de espaço para o Centro Acadêmico de todos os



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

estudantes das Licenciaturas.

12.4 ÁREAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Conforme o Quadro 21, os estudantes contam com espaços para atendimento como refeitório, reprografia, secretaria, orientação pedagógica, coordenação de ensino e biblioteca.

12.5 ACESSIBILIDADE

No Instituto Federal Catarinense estão sendo desenvolvidas ações para promover o acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. Em consonância com a Lei Federal nº 10.098 de dezembro de 2000 e o decreto 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, os projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, tendo destinação pública ou coletiva, devem considerar aspectos da acessibilidade e atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência no que concerne e regulamenta a Lei da Acessibilidade.

No âmbito do Instituto Federal Catarinense *campus* Rio do Sul, podemos elencar algumas informações relevantes quanto ao acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. A partir da portaria do MEC/SETec nº 151 de 11 de julho de 2005, que disciplina a forma de operacionalização da ação TEC NEP – Educação Tecnológica e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, que tem por objetivo a inclusão, permanência e saída com sucesso destes alunos em cursos de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi constituído através da portaria Nº 200/05 de 28 de setembro de 2005 o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas) da então Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, hoje Instituto Federal Catarinense.

O NAPNE do IFC – *campus* Rio do Sul possui como uma de suas principais competências o fato de articular ações conjuntas com a comunidade escolar, no intuito de buscar promover a quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas. Dentre algumas das atividades





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

ligadas ao acesso e apoio às pessoas com deficiência, pode-se elencar: sensibilização da comunidade escolar em relação ao processo de inclusão; levantamento por meio de um CHECK LIST com 101 itens, de toda a estrutura física e barreiras arquitetônicas no Instituto; encaminhamento para a direção geral de um relatório demonstrativo da acessibilidade no Instituto, para que sejam tomadas as medidas necessárias a atender às exigências da ABNT 9050. Dentre as atividades também estão: participação em curso de especialização a Distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva; encaminhamento de projeto para a implantação da infraestrutura de acessibilidade das pessoas com deficiência; solicitação de equipamentos e recursos materiais para adaptação de material didático-pedagógico e estruturação de sala multifuncional de modo a atender alunos cegos, com visão subnormal e Surdos, nas suas especificidades; aquisição de software leitor de tela a ser utilizado pelos alunos com diagnóstico de baixa visão; valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de intérprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático metodológicas que considere o conteúdo semântico da escrita do surdo.

Ao longo dos anos **as ações do NAPNE têm** se consolidado através da realização de projetos de extensão tais como: projeto de extensão da Equoterapia em convênio com a APAE, Laboratório de Produção de Recursos Pedagógicos Acessíveis a Estudantes com Deficiência Visual na Área de Física e Matemática, Acampamento de Surdos; Ensino de Xadrez para Estudantes com Deficiência Visual, com concessão de bolsas para os acadêmicos das licenciaturas e socialização de trabalhos em eventos. Também estão sendo ofertados cursos de libras em nível básico e intermediário.

As diversas ações do NAPNE relacionadas à acessibilidade e a inclusão, bem como as adequações na infraestrutura são exemplares para os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Matemática e complementam as atividades de ensino dos componentes curriculares Educação Inclusiva e Libras. Os projetos de extensão e convênios do NAPNE são espaços que estão sendo explorados para a realização das atividades de Prática como Componente Curricular, além de integrar ensino, pesquisa e extensão.

Além do NAPNE, o IFC Rio do Sul oferece aos estudantes Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente no contraturno das atividades didáticas e pedagógicas





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

dos cursos nos quais os estudantes estão matriculados. O AEE prioriza o público da Educação Especial, conforme previsto na LDB 9394/96 e compreende o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. A equipe do AEE no *campus* é composta por uma Pedagoga, uma Psicóloga e por uma Professora de Educação Especial.

Em relação a aspectos de infraestrutura das instalações é possível destacar: a instituição possui reserva de vaga em estacionamento para pessoa com deficiência; o prédio da Unidade Urbana possui sanitários acessíveis no segundo, terceiro e quarto andar, bem como um elevador que possui internamente uma sinalização tátil realizada através de Braille e som que indica o andar, facilitando a circulação de pessoas com necessidades especiais.

Entende-se que a acessibilidade do Instituto Federal Catarinense *campus* Rio do Sul acontece também por meio das estruturas físicas e espaços adaptados. No acesso à instituição há estacionamento reservado para pessoas com deficiência e calçadas adequadas.

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão é também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

13 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Parecer do CNE/CES nº 1301/2001** - Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução do CNE/CES nº 3**, de 18 de fevereiro de 2003 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Matemática. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces032003>. Acesso em 10 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.788 de 26 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio dos estudantes. Presidência da República. Brasil: 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MPOG, 2008.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 18 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%20018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017. Acesso em: 22 de mar. de 2022.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28 de abr. de 2022.

CIVIERO, Paula Andrea Grawieski. **Educação Matemática Crítica e as implicações sociais da Ciência e da Tecnologia no Processo Civilizatório Contemporâneo: Embates para Formação de Professores de Matemática**. 2016. 382 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Um enfoque transdisciplinar à Educação e à História da Matemática. In: BICUDO, M. A. V. e BORBA, M. C. (Org.). **Educação Matemática: pesquisa em movimento**. 2. Ed. revisada. São Paulo: Cortez, 2005. p. 13-29.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Organização Didática dos Cursos do IFC**: Anexo da Resolução nº 010/2021 Consuper/IFC. Blumenau, 2021. Disponível em:

<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2019-2023**.

Blumenau, 2019. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 17 – Consuper/2013**.

Regulamentação dos Estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: CONSUPER, 2013. Disponível em:

<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-017-2013-Aprova-resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-Est%C3%A1gios-PROEX.pdf>. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução Ad Referendum 02/2022**

IFC/Consuper. Dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC). Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad-Referendum-n%C2%BA-02.2022.pdf>. Acesso em 18 de março de 2022.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LUCKESI, CIPRIANO Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Painel Educação Já**: Municípios. Disponível em: <https://paineledujamunicipios.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

14 ANEXOS

15 APÊNDICE

Apêndice 1 - REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

TÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO

Art. 1º O presente documento regulamenta as atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ECSO) do Curso de Licenciatura em Matemática do *campus* Rio do Sul do Instituto Federal Catarinense – IFC.

Art. 2º A regulamentação constante neste documento está de acordo com: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Projeto Pedagógico Institucional (PPI); Regimento Geral de Estágio do IFC; Regulamento dos Estágios dos estudantes da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFC de acordo com a Resolução nº 017 de 02 de julho de 2013; Organização Didática dos Cursos do IFC definida na Resolução nº 10 – Consuper/2021/IFC; Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, homologada pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019; Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do Instituto Federal Catarinense; Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática (PPC); e as Diretrizes para a realização de prática de ensino e estágio curricular supervisionado de cursos de licenciatura nas escolas de educação básica da rede pública estadual (SED/DES/DEBP).

CAPÍTULO I – BASES LEGAIS

Art. 3º O ECSO na formação de professores é pautado na legislação vigente: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto Lei nº 87.497 de 18 de agosto de 1982 e alterada pela Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994; Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB); Parecer CNE/CES nº 503/98, aprovado em 3 de agosto de 1998; Parecer CNE/CP nº 09/2001; Parecer CNE/CP nº 27/2001, que dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 09/2001; Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002; Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004; Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005; Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005, que modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio curricular supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 4º A Lei nº 11.788/2008, no Art. 3º § 1º aponta que o “[...] estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

§ 1º “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (Lei nº 11.788, em seu Art. 1º, § 2º de Brasil (2008).

§ 2º “As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica nos cursos superiores, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso” (Lei nº 11.788 em seu Art. 2º, § 3º).

TÍTULO II – DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 5º O ECSO é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação na disciplina e no curso.

Art. 6º De acordo com a Lei nº 11.788/2008, o Estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo docente orientador da instituição de ensino superior e por um supervisor da parte concedente. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;
- II – celebração de termo de compromisso entre o estudante estagiário, a Instituição Concedente do Estágio e o IFC *campus* Rio do Sul;
- III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no Estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos do ECSO:

- I – proporcionar ao acadêmico a participação em situações de trabalho e o desenvolvimento de experiências de ensino e de aprendizagem visando a complementação da educação profissional como um espaço para a reflexão teórico-crítica.
- II – promover a integração entre a realidade acadêmica e sócio-econômico-política como forma de possibilitar a vivência da atividade docente e ampliar a qualificação do futuro profissional;
- III – oportunizar ao estudante estagiário, situações que possibilitem apresentar sua visão de análise crítica e domínio de conhecimentos, por meio da implementação de propostas de ação pedagógica;
- IV – Refletir acerca das dificuldades, limites e desafios do processo de ensino e aprendizagem inerentes ao exercício da profissão docente na educação básica;
- V – articular atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir do desenvolvimento das temáticas observadas nos campos de Estágio.

CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 8º A estrutura organizacional para o ECSO envolverá, além da IES, Direção de Educação Superior (DIES), Órgãos de Educação (federais, regionais e municipais) e Instituições públicas (federal, estadual ou municipal) e privadas de Ensino:

- I – Setor de Estágios;
- II – Coordenação de Curso;
- III – Docente da disciplina / orientador de ECSO;
- IV – Docente Co-orientador de ECSO;
- V – Instituição Concedente de Estágio (ICE);
- VI – Supervisor de Estágio (Instituição Concedente);
- VII – Estudantes Estagiários.

Seção I – Do Setor de Estágios

Art. 9º Ao responsável pelo Setor de Estágio Curricular Supervisionado no *campus* Rio do Sul competirá:

- I – estabelecer parcerias/convênios com as instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do ECSO, bem como mantê-los atualizados;
- II – apresentar-se aos órgãos de educação e às demais Instituições Concedentes identificando oportunidades de estágio;
- III – apresentar à Supervisão de Educação Superior dos Órgãos de Educação, no início de cada semestre letivo, a relação dos estudantes da Licenciatura em Matemática que estarão em fase de ECSO;
- IV – orientar os estudantes quanto às vagas disponíveis para o Estágio nas Instituições Concedentes;
- V – orientar os estudantes quanto aos procedimentos de ingresso no ECSO, providenciando carta de apresentação;
- VI – providenciar o Termo de Compromisso junto às instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do ECSO;
- VII – cadastrar os estagiários e encaminhar oficialmente os mesmos e seu(s) orientador(es) aos respectivos campos do Estágio;
- VIII – prestar assistência técnico-administrativa aos docentes da disciplina / orientadores de ECSO e estudantes, quando houver necessidade;
- IX – organizar o ECSO em parceria com o(s) Órgão(s) de Educação e a Unidade Concedente;
- X – providenciar junto à empresa responsável a emissão de seguro de acidentes pessoais para o estudante;
- XI – propor, a qualquer tempo, rescisão do convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer uma das condições;
- XII – armazenar e manter atualizada a documentação dos estudantes referente ao ECSO;
- XIII – encaminhar os dados dos estudantes para o setor responsável da Pró-Reitoria de Extensão para inclusão na apólice coletiva de seguros;
- XIV – encaminhar à Coordenação do Curso e ao docente orientador o comprovante do seguro dos estudantes estagiários;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

XV – receber de forma digital os relatórios de estágio, e de forma impressa os termos de compromisso, o projeto de estágio e as frequências, de cada turma, e encaminhar os documentos conforme a organização de cada *campus*.

Seção II – Da Coordenação de Curso

Art. 10. Ao Coordenador de Curso competirá:

- I – auxiliar no desenvolvimento das atividades, bem como na solução de problemas oriundos do ECSO com a equipe de docentes pertencentes à estrutura organizacional;
- II – prestar orientação pedagógica ao(s) docente(s) da disciplina /orientador(es) de ECSO e estudantes, quando houver necessidade;
- III – encaminhar ao Coordenador de Estágios, no início de cada semestre letivo, a relação dos estudantes da Licenciatura em Matemática que estarão em fase de Estágio;
- IV – cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos.

**Seção III – Do(s) Docente(s) da disciplina / orientador(es) de Estágio Curricular
Supervisionado Obrigatório**

Art. 11. A Orientação de ECSO é obrigatória em todas as etapas e será realizada pelo(s) docente(s) do IFC – *campus* Rio do Sul designado(s) para ministrar componente curricular de Estágio Supervisionado.

Art. 12. Compete ao(s) docente(s) da disciplina / orientador(es) de ECSO as seguintes atribuições:

- I – organizar encontros e reuniões para a definição de ações gerais de planejamento, assessoria, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas ao ECSO;
- II – encaminhar ao Coordenador de Curso, no início de cada semestre letivo, a relação dos estudantes que estarão em fase de Estágio;
- III – organizar a cada início de semestre de Estágio, um calendário para realização do ECSO, em comum acordo com o(s) Órgão(s) de Educação;
- IV – organizar os estudantes para realização dos Estágios em grupos de dois (2) integrantes. No caso de número ímpar de matriculados, preferencialmente, será encaminhado ao colegiado, uma proposta de formação de um grupo que atende essa condição;
- V – definir o número de orientandos para cada docente, caso ultrapasse o limite máximo estabelecido pela normativa vigente;
- VI – sugerir aos estagiários materiais de referência teórica para o planejamento da prática pedagógica visando à formação de futuros docentes pesquisadores, reflexivos e críticos;
- VII – encaminhar para as Instituições Concedentes, com antecedência, os programas ou projetos de regência docente que serão desenvolvidos no ECSO, para ciência e concordância, respeitado a Proposta Curricular e o Projeto Pedagógico da mesma;
- VIII – realizar visitas para acompanhamento da prática docente dos estagiários nas Unidades Concedentes, garantindo no mínimo duas (2) durante o período de ECSO;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

IX – organizar e promover a socialização das atividades desenvolvidas nas Instituições Concedentes, durante o período de ECSO;

X – avaliar o desempenho dos estagiários, bem como receber a avaliação das atividades de Estágio emitida pela Instituição Concedente, proveniente da ficha de avaliação e frequência;

XI – registrar no sistema acadêmico o resultado final do Estágio Curricular Supervisionado (mapa de notas/diários de classe referente ao relatório de estágio ou memorial de formação e frequências);

XII – disponibilizar os relatórios finais do ECSO às Instituições Concedentes;

XIII – encaminhar ao Setor de Estágio do *campus* os relatórios finais e as fichas de frequência, de orientação e de avaliação das atividades de cada estagiário;

Seção IV – Do Docente Co-orientador de Estágio

Art. 13. A Co-orientação, a ser realizada por docentes do IFC – *campus* Rio do Sul, é facultativa e será optada mediante escolha conjunta, entre orientador e estagiário.

Parágrafo Único – Compete ao co-orientador auxiliar o estagiário no processo de desenvolvimento das atividades relativas ao Estágio ou substituir o docente orientador, no caso de necessidade.

Seção V – Da Instituição Concedente de Estágio

Art. 14. Compete à Instituição Concedente do ECSO, campo de Estágio:

I – celebrar termo de compromisso com IFC – *campus* Rio do Sul e o estagiário, zelando seu cumprimento;

II – receber o estagiário e apresentá-lo aos segmentos da Instituição de Estágio;

III – facilitar o acesso às informações e documentos necessários à realização e atualização do diagnóstico da realidade escolar e do Estágio;

IV – definir e indicar pessoa responsável para orientar e supervisionar as atividades do estagiário na área de formação pretendida, garantindo profissionais devidamente habilitados na área de formação do estudante;

V – solicitar à IES a suspensão do estudante que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de Estágio;

VI – proporcionar condições para o desenvolvimento das atividades propostas pelo estagiário de modo a garantir o cumprimento da carga horária.

Seção VI – Do Supervisor de Estágio da Instituição Concedente

Art. 15. Compete ao supervisor de Estágio da Instituição Concedente:

I – acompanhar as atividades que o estudante estagiário desenvolve;

II – dialogar com o estagiário sobre atividades de planejamento, execução e acompanhamento das aulas, e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, em conformidade com Projeto Pedagógico do Curso, planos de ensino, calendários e Projeto Político Pedagógico da Escola ou instituição campo de Estágio;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- III – analisar o planejamento elaborado pelo estudante e aprovado pelo docente orientador sugerindo alterações, se necessário;
- IV – acompanhar e registrar a frequência do(a) estudante nas atividades de ECSO;
- V – avaliar o desempenho do estagiário, quando solicitado;
- VI – comunicar ao docente orientador a ausência do estagiário ou qualquer anormalidade durante o desenvolvimento das atividades do Estágio Curricular Supervisionado.

Seção VII – Do Estudante Estagiário

Art. 16. Ao estudante estagiário compete:

- I – participar de todas as atividades previstas para o ECSO, bem como cumpri-las;
- II – ter conhecimento de toda documentação necessária para a realização do ECSO e cumprir o cronograma para entrega da mesma em todas as suas etapas;
- III – receber e preencher toda a documentação necessária para a realização do ECSO de acordo com as orientações do setor de estágio;
- IV – elaborar, submeter à apreciação e entregar ao docente orientador as produções escritas (projeto de estágio, diário de campo reflexivo, relatório parcial e final), conforme prazos previstos no Plano Pedagógico de Ensino do componente curricular de Estágio Supervisionado;
- V – estar presente em todas as orientações agendadas pelo docente orientador;
- VI – providenciar os recursos materiais necessários para o desenvolvimento do ECSO;
- VII – desenvolver as atividades do Estágio com responsabilidade ética, respeitando as normas da Unidade campo de Estágio;
- VIII – socializar nas aulas da disciplina, ao término do semestre, as atividades desenvolvidas no ECSO;
- IX – observar atentamente a aplicação dos princípios de comunicação, relações humanas e ética profissional;
- X – informar à Instituição Concedente sobre possíveis alterações na proposta de Estágio;
- XI – cumprir as normas do presente regulamento e demais normatizações relativas ao ECSO do Curso de Licenciatura em Matemática do IFC do *campus* Rio do Sul.
- XII – decidir, em conjunto com o docente orientador, pela necessidade ou não de escolha de um co-orientador;

Art. 17. No ESCO o estudante estagiário não poderá realizar as atividades relativas a esses na escola-campo em que exerça docência.

CAPÍTULO IV – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 18. Para operacionalização do ECSO é necessário que se satisfaçam as seguintes condições:

Seção I – Da Matrícula





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 19. O estudante estagiário deverá estar regularmente matriculado nos componentes curriculares Estágio Curricular Supervisionado I, II, III ou IV.

Seção II – Dos Pré-requisitos

Art. 20. Para a matrícula e realização dos ECSO deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – estar matriculado no curso há pelo menos dois anos;

II – para a realização do Estágio Supervisionado II e IV o estudante deverá ter sido aprovado nos Estágios Supervisionado I e III, respectivamente.

Seção III – Da Frequência

Art. 21. A frequência nos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV obedecerá aos seguintes critérios:

I – a frequência exigida para os Estágios Supervisionados I, II, III e IV, no campo de estágio, será de 100% da carga horária, conforme disposto no cronograma dos respectivos componentes, para as atividades presenciais do Curso e Projeto de Estágio organizado pelo estudante estagiário sob a orientação e aprovação do docente orientador;

II – no estágio não há abono de faltas, excetuando-se os casos previstos no Regimento Geral do IFC e na Resolução nº 51 de 17 de dezembro de 2010 do Conselho Superior, que dispõe sobre o Regime Especial de Exercício Domiciliar;

III – no caso de abono de faltas prevista no inciso anterior, o estudante estagiário deverá repor a carga horária correspondente ao período de sua ausência, desde que esta reposição seja estabelecida em acordo com o docente orientador de Estágio e a Instituição Concedente;

IV – a frequência do estudante estagiário em atividades na Instituição Concedente, campo de estágio, será registrada em formulário próprio, controlada pelo supervisor de Estágio.

Seção III – Da Definição do Campo de Estágio

Art. 22. Os Estágios poderão ser realizados em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, em instituições de ensino regular e em diferentes modalidades de ensino que possibilitem a execução da proposta pedagógica programada pelo estudante.

Art. 23. Será permitida a realização de estágio no IFC e nas instituições com as quais o IFC mantém convênio.

Seção IV – Da Programação e da Duração

Art. 24. A programação de estágio do Curso Matemática - Licenciatura compreende um conjunto de atividades previstas no PPC, complementada pelo planejamento do NDE e equipe integrante da estrutura organizacional do estágio.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 25. O ECSO do Curso de Licenciatura em Matemática é um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da educação em matemática, devendo ser orientado por docente(s) do IFC e corresponde às seguintes etapas, conforme o PPC:

I – 1ª Etapa: Estágio Supervisionado I (105h) – Anos Finais do Ensino Fundamental - subdivididas em:

- a) Planejamento, produção escrita e socialização;
- b) Observação, em instituição de ensino, de todos os outros espaços e aspectos inerentes ao contexto escolar e das atividades desenvolvidas pelo professor supervisor: estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da Unidade Escolar; da estrutura física, dos espaços constituintes da escola-campo; das atribuições de todos os responsáveis pela atividades desenvolvidas na Escola; da dinâmica do cotidiano escolar; do diálogo e acompanhamento de todas as atividades do professor supervisor, incluindo as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental em que exerce regência. O estudante deverá acompanhar as atividades do professor supervisor por, no mínimo, 20 horas, excetuando-se as demais atividades.

II – 2ª Etapa: Estágio Supervisionado II (105h) – Anos Finais do Ensino Fundamental – Nesta etapa, tem-se o planejamento, a regência, a produção escrita e a socialização das atividades de docência, preferencialmente, em uma das turmas observadas na etapa I.

III – 3ª Etapa: Estágio Supervisionado III (90h) – Ensino Médio – subdivididas em:

- a) Planejamento, produção escrita e socialização;
- b) Observação, em instituição de ensino, de todos os outros espaços e aspectos inerentes ao contexto escolar e das atividades desenvolvidas pelo professor supervisor: estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da Unidade Escolar; da estrutura física, dos espaços constituintes da escola-campo; das atribuições de todos os responsáveis pela atividades desenvolvidas na Escola; da dinâmica do cotidiano escolar; do diálogo e acompanhamento de todas as atividades do professor supervisor, incluindo as turmas dos Ensino Médio em que exerce regência. O estudante deverá acompanhar as atividades do professor supervisor por, no mínimo, 20 horas, excetuando-se as demais atividades.

IV – 4ª Etapa: Estágio Supervisionado IV (105h) – Ensino Médio – Nesta etapa, tem-se o planejamento, a regência, a produção escrita e a socialização das atividades de docência, preferencialmente, em uma das turmas observadas na etapa III.

Subseção I – Da Observação

Art. 26. A observação compreenderá conhecimento e identificação da realidade escolar, contando com coleta de dados/informações para o conhecimento dos vários aspectos constituintes do contexto, as futuras intervenções pedagógicas, análise reflexiva da prática observada e produção escrita decorrente da atividade de estágio realizada.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 27. O estudante estagiário, sob acompanhamento e orientação do docente orientador, realizará período de observação na Instituição Concedente do Estágio, com a finalidade de coletar dados, para inteirar-se e integrar-se das várias atividades desenvolvidas no contexto escolar, para diagnóstico e elaboração do Projeto de docência.

Subseção II – Do Planejamento

Art. 28. O estudante estagiário elaborará seu Projeto de Estágio, em acordo com o docente orientador e o professor supervisor, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, Base Nacional Comum Curricular, a Proposta Curricular de Santa Catarina, o Projeto Político Pedagógico da Instituição Concedente e/ou demais orientadores curriculares e o apresentará na data especificada no cronograma do semestre letivo submetendo-o à aprovação.

Art. 29. Após aprovação do docente orientador de Estágio, o Projeto de Estágio deverá ser apresentado ao professor supervisor, que emitirá o aceite para sua execução, com antecedência de, no mínimo, uma semana.

Art. 30. O Planejamento do ECSO contemplará as seguintes ações:

- I – estudo teórico e aprofundamento de aspectos relacionados ao planejamento e a regência docente;
- II - elaboração ou apontamento de aspectos a serem observados na Escola campo para a realização dos estágios I e III;
- III – elaboração do projeto de estágio II e IV, preferencialmente, de acordo com o roteiro sugerido no PPC;
- IV – planejamento e elaboração de material didático-pedagógico e de subsídios teórico-metodológicos;
- IV - elaboração da produção escrita sob orientação do docente orientador de Estágio;

Subseção III – Da Regência

Art. 31. A Regência é um espaço privilegiado da docência, caracterizando-se pela efetiva responsabilidade na condução de turma em sala de aula.

Art. 32. O desenvolvimento da regência em sala de aula deverá ser composta de, no mínimo, cinco encontros de efetivo exercício em cada uma das etapas dos ECSO II e IV, devendo ocorrer em momentos distintos.

Parágrafo Único – A carga horária de regência deverá ser realizada conforme acordo e disponibilidade do professor supervisor, desde que atendidas as especificidades dispostas no artigo.

Subseção IV – Da Produção Escrita



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 33. A produção escrita compreende o relatório produzido por cada grupo de estudantes estagiários, com registro e análise fundamentada das atividades desenvolvidas em cada uma das etapas, com base nos resultados da observação, regência, discussão, análises e sínteses.

Parágrafo Único – Os relatórios entregues ao final dos ECSO I e III, denominados como parciais, serão concluídos nos Estágios II e IV, sob a denominação de relatório final.

Art. 34. Os relatórios serão elaborados de acordo com as orientações metodológicas descritas no PPC do curso.

Parágrafo único. Cabe ao estagiário anexar junto ao relatório a ficha de frequência do estágio desenvolvido.

Art. 35. Ao término de cada etapa o estudante estagiário deverá obrigatoriamente entregar o relatório na forma digital, observando os procedimentos avaliativos constantes do Plano Pedagógico de Ensino.

Parágrafo único. A aprovação do relatório pelo docente orientador é requisito para conclusão e aprovação nas respectivas etapas.

Subseção V – Da Socialização

Art. 36. A socialização do estágio acontecerá após a finalização de cada uma das etapas do ECSO conforme cronograma definido no Plano de Ensino.

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO

Art. 37. A avaliação do ECSO configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e é de responsabilidade do docente orientador e do professor supervisor de campo, quando lhe for atribuída esta tarefa.

Art. 38. A avaliação de cada etapa dar-se-á conforme indicado no PPC do Curso de Licenciatura em Matemática do IFC do *campus* Rio do Sul e conforme critérios definidos no Plano de Ensino do componente curricular de Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. As Instituições Concedentes do ECSO, constituintes do campo de estágio, serão instituições de ensino público (municipal, estadual e federal) e privado que ofertam Ensino Básico nos Anos Finais e/ou Ensino Médio, devidamente regularizadas, após ter sido firmado convênio entre elas e o IFC.

Parágrafo único: O estudante estagiário poderá realizar o estágio tanto no IFC quanto em instituições conveniadas da região de abrangência.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 40. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, pela Coordenação do Curso, NDE do Curso de Licenciatura em Matemática do IFC do *campus* Rio do Sul e docentes envolvidos na equipe da estrutura organizacional do estágio de cada *campus*.

Rio do Sul, 2022.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Apêndice 2 - REGULAMENTAÇÃO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA - RP



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Estabelece normas para a realização do programa Residência Pedagógica (RP) no curso de Matemática - Licenciatura do IFC – *campus* Rio do Sul, para fins de validação dos estágios supervisionados em suas quatro etapas.

CAPÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO

Artigo 1. O presente documento regulamenta as atividades do programa Residência Pedagógica (RP) do curso de Matemática Licenciatura do Instituto Federal Catarinense – IFC *campus* Rio do Sul.

Artigo 2. A regulamentação constante neste documento está de acordo com a Lei Federal nº 12.796/2013 e com a Portaria Normativa nº 19/2021 – CONSEP/REIT.

Artigo 3. O programa Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

CAPÍTULO II – DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (RP)

Artigo 4. O programa RP, de acordo com a legislação supracitada e a Portaria Capes nº 82, de 26 de abril de 2022 (ou outra que altera/revoga essa), deverá ser acompanhado pelo docente orientador e pelo preceptor, devidamente registrados na Plataforma Capes de Educação Básica, ou em plataforma equivalente devidamente instituída por lei.

Artigo 5. O programa RP é uma atividade que prevê bolsa de estudos aos discentes, observados os seguintes princípios:

- I – Inscrição e registro, conforme regramento em editais específicos do Instituto Federal Catarinense (IFC);
- II – Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III – Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no programa RP com as previstas em estágio.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

Artigo 6. São objetivos do programa Residência Pedagógica:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- I - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
- II - contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
- III - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
- IV - valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; e
- V - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 7. A estrutura organizacional para o programa RP envolverá:

- I – Coordenador Institucional do Programa;
- II – Docente orientador do subprojeto;
- III – Preceptor;
- IV – Instituição concedente para a realização do programa RP;
- V – Residentes (discentes);
- VI – Colaboradores.

Parágrafo único: Para os docentes, a atribuição de carga horária, para efeito de Plano de Trabalho Docente (PTD), será computada como ensino observando o contido nas Portarias específicas para esse fim.

Seção I – Do coordenador Institucional do programa Residência Pedagógica

Artigo 8. Ao coordenador institucional do programa RP competirá:

- I - responder pela gestão do PRP perante a IES, as secretarias de educação e a CAPES;
- II - coordenar o processo seletivo dos docentes orientadores, dos preceptores e dos residentes, observando os requisitos para participação no PRP;
- III - acompanhar as atividades dos subprojetos junto aos docentes orientadores, zelando pelo cumprimento das atividades previstas no projeto institucional;
- IV - reunir-se periodicamente com os participantes do programa, visando garantir o bom andamento dos subprojetos;
- V - divulgar os documentos oficiais e demais informações relevantes sobre o PRP entre os participantes do programa;
- VI - participar das atividades de acompanhamento e de avaliação do programa, com vistas ao seu aprimoramento;
- VII - assinar documentos relacionados ao programa, solicitados pela CAPES.
- VIII - coordenar a inserção e a atualização dos dados do projeto institucional nos sistemas de gestão da CAPES;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- IX - cadastrar no sistema de pagamento da CAPES os bolsistas na modalidade de Docente Orientador, e gerenciar o pagamento das bolsas para esses participantes;
- X - monitorar e acompanhar o pagamento dos bolsistas vinculados ao PRP na sua IES;
- XI - comunicar imediatamente à CAPES qualquer alteração ou descontinuidade das atividades do projeto Institucional ou de seus subprojetos;
- XII - articular-se com as secretarias de educação e com os diretores das escolas para definir estratégias que viabilizem a participação e a permanência dos professores da educação básica no programa;
- XIII - gerir o pagamento dos bolsistas da IES de acordo com as atividades que desempenham no programa;
- XIV - solicitar aos participantes a documentação comprobatória do atendimento aos requisitos previstos nesta portaria e manter essa documentação arquivada na IES, conforme legislação pertinente;
- XV - suspender ou cancelar o pagamento das bolsas nos casos previstos neste regulamento e nos editais do PRP, garantindo a ampla defesa dos bolsistas implicados;
- XVI - elaborar e apresentar os documentos e relatórios solicitados pela CAPES, referentes ao período em que esteve na função, mesmo que já não esteja mais vinculado ao PRP ou à IES;
- XVII - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PRP, zelando para que sejam cumpridas por todos os envolvidos na implementação do programa na IES; e
- XVIII - participar, quando convocado, de reuniões, seminários, avaliações ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela CAPES no âmbito do PRP

Seção II – Do Docente Orientador do subprojeto

Artigo 9. Ao Docente Orientador do subprojeto competirá:

- I - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades acadêmicas e pedagógicas do núcleo sob sua responsabilidade, em interlocução permanente com a coordenação institucional e com os demais participantes do subprojeto;
- II - acompanhar, orientar e avaliar os residentes em seu processo formativo e na sua imersão nas escolas de educação básica;
- III - reunir-se periodicamente com os preceptores, residentes e outros atores envolvidos nas atividades do subprojeto;
- IV - incentivar a participação em pesquisas, projetos de extensão e outras atividades que enriqueçam a formação dos residentes e dos preceptores;
- V - divulgar os documentos oficiais e demais informações relevantes sobre o PRP entre os participantes do núcleo;
- VI - orientar a elaboração de relatórios, relatos de experiência ou outros registros de atividades dos residentes, além de responsabilizar-se pelo recolhimento desses documentos quando solicitado pela coordenação institucional.
- VII - participar de seleção das escolas de educação básica, dos preceptores e dos residentes;
- VIII - orientar o residente na elaboração de seus planos de aula e na execução da prática pedagógica, em conjunto com o preceptor;
- IX - orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos a serem utilizados pelos residentes nas





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

atividades realizadas nas escolas;

X - participar de reuniões, seminários e atividades relacionadas ao PRP, quando convocado pela IES ou pela CAPES;

XI - fornecer ao setor responsável pelos registros acadêmicos da IES informações referentes às atividades desenvolvidas pelos residentes e suas respectivas cargas horárias, quando solicitado;

XII - manter o coordenador institucional atualizado sobre eventual evasão no núcleo;

XIII - auxiliar o coordenador institucional no cadastro dos bolsistas e no gerenciamento do pagamento das bolsas dos participantes do seu núcleo, quando necessário;

XIV - auxiliar o coordenador institucional na elaboração dos documentos solicitados pela CAPES e em outras atividades que se fizerem necessárias;

XV - elaborar relatório com as atividades executadas no núcleo, a fim de compor a prestação de contas da IES; e

XVI - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PRP, zelando para que sejam cumpridas por todos os participantes do núcleo.

Seção III - Preceptor

Artigo 10. Compete ao Preceptor:

I - planejar e acompanhar as atividades dos residentes na escola-campo, zelando pelo cumprimento das atividades planejadas;

II - orientar, juntamente com o docente orientador, a elaboração de relatórios, relatos de experiência ou outros registros de atividades dos residentes;

III - acompanhar e avaliar o residente na aplicação de seus planos de aula e na execução da prática pedagógica;

IV - auxiliar na elaboração de materiais didático-pedagógicos a serem utilizados pelos residentes;

V - informar o docente orientador sobre a frequência e a participação dos residentes nas atividades desenvolvidas na escola-campo;

VI - informar ao docente orientador situações que possam implicar o cancelamento ou a suspensão da bolsa do residente;

VII - reunir-se periodicamente com os residentes e outros preceptores, para socializar conhecimentos e experiências;

VIII - participar das atividades de acompanhamento e de avaliação do projeto colaborando com o aperfeiçoamento do programa;

IX - participar de reuniões, seminários e atividades relacionadas ao PRP, quando convocado pela IES ou pela CAPES;

X - elaborar relatório com as atividades executadas na escola-campo, a fim de compor a prestação de contas da IES; e

XI - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PRP.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Seção IV – A Instituição Concedente

Artigo 11. Instituição concedente para a realização do programa RP compete:

- I - disponibilizar o ambiente escolar para o desenvolvimento das atividades do programa;
- II - propiciar um ambiente acolhedor aos residentes para o desenvolvimento das atividades previstas nos subprojetos do PRP;
- III - apoiar e viabilizar a participação dos preceptores no desenvolvimento das atividades de residência pedagógica; e
- IV - comunicar à CAPES sobre a ocorrência de qualquer irregularidade na execução das atividades de residência pedagógica.

Seção V – Residente (Discentes)

Artigo 12. Compete aos residentes do programa RP:

- I - desenvolver as atividades de residência pedagógica, planejadas juntamente com o docente orientador e o preceptor;
- II - elaborar os planos de aula sob orientação do docente orientador e do preceptor;
- III - cumprir a carga horária de residência estabelecida pela CAPES;
- IV - registrar as atividades de residência pedagógica em relatórios ou em relato de experiência, conforme definido pela CAPES, e entregá-los no prazo estabelecido;
- V - participar das atividades de acompanhamento e de avaliação do projeto colaborando com o aperfeiçoamento do programa; e
- VI - comunicar qualquer intercorrência no andamento da residência ao preceptor, ao docente orientador, ao coordenador institucional ou à CAPES.

Seção VI – Colaboradores

Artigo 13. Compete ao colaborador do RP:

- I – Contribuir para o desenvolvimento das atividades previstas no subprojeto da RP do IFC – *campus* Rio do Sul, tais como:
 - a) Permitir o acesso do residente nas turmas do campo de trabalho para fins de observação e práticas supervisionadas docentes;
 - b) Orientar ou coorientar os residentes na sua permanência durante a vigência da RP;
 - c) Acompanhar a construção dos relatórios das atividades desenvolvidas durante a RP;
 - d) Participar dos processos avaliativos concernentes a RP;

CAPÍTULO V – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO RP





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Seção I – Da programação e Aproveitamento.

Artigo 14. A Residência Pedagógica no curso de Matemática Licenciatura do IFC *campus* Rio do Sul tem vigência de 18 (dezoito) meses, com carga horária total mínima de 414 (quatrocentas e catorze) horas de atividades, organizadas em 3 (três) módulos, de 6 (seis) meses por módulo, com carga horária de 138 (cento e trinta e oito) horas cada módulo, organizados da seguinte forma: (i) estudos de documentos oficiais e legais, dos conteúdos das áreas e de metodologias e ensino, análise do PPP da escola campo; estudo teóricos sobre estágio supervisionado e RP; reflexões, elaboração do relatório e socialização; (ii) observação e leitura de contexto na escola campo para familiarização da atividade docente do preceptor; (iii) planejamento (de atividades de monitoria, de planos de aula, de oficinas, de sequência didática e de projetos de ensino de acordo com a cultura da escola e orientações do preceptor e orientador) e Regência (e/ou co-regência) em turmas da área de formação.

Artigo 15: Aos estudantes que concluírem com êxito o Programa de Residência Pedagógica e participarem dos três módulos do projeto, será creditado o aproveitamento e equivalência dos Estágios Curriculares Supervisionados de forma integral em seu histórico escolar

Parágrafo único: Para fins de aproveitamento e equivalência dos Estágios Curriculares Supervisionados, entende-se êxito por:

- a) Cumprimento das horas previstas e das atividades previstas;
- b) Entrega dos documentos obrigatórios para a CAPES;
- c) Aprovação de relatório final.

Artigo 16: Será possível o aproveitamento parcial e equivalência dos Estágios Curriculares Supervisionados, conforme Portaria Normativa nº 19/2021 – CONSEP/REIT :

I - O primeiro módulo equivalerá ao aproveitamento do primeiro Estágio Curricular Supervisionado da matriz curricular do curso;

II - O segundo módulo equivalerá ao aproveitamento do segundo Estágio Curricular Supervisionado da matriz curricular do curso;

III - O terceiro módulo equivalerá ao aproveitamento do terceiro Estágio Curricular Supervisionado da matriz curricular do curso.

IV - O conjunto de dois módulos realizados em sequência equivalerá ao aproveitamento de três Estágios Curriculares Supervisionados, somente se o curso possui quatro estágios em sua matriz curricular.

Parágrafo único: Em caso de estudante formando o módulo concluído equivalerá ao aproveitamento de um Estágio Curricular Supervisionado não concluído na matriz curricular.

Artigo 17. O relatório final do(s) módulo(s) ou equivalente, entregue pelo bolsista, deverá estar em consonância com as orientações do docente orientador e das normativas da RP

Artigo 18. A socialização das Etapas I, II e III do programa RP acontecerá por meio de seminários após





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

a finalização das etapas.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO

Artigo 19. A avaliação do ECSO configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e é de responsabilidade do docente orientador e do preceptor, quando lhe for atribuída esta tarefa.

Artigo 20. A avaliação e o acompanhamento dos residentes em cada etapa dar-se-á conforme indicado no projeto institucional e conforme aspectos definidos no planejamento das atividades, a saber:

- I - plano de Atividades das atividades (aprovado pelo Docente Orientador e Preceptor);
- II - frequência do residente nos períodos de estudo, orientação e desenvolvimento das atividades, na IES e na escola campo;
- III - diário de campo com os resultados das observações e reflexões do residente;
- IV - ficha de frequência/avaliação do desempenho do residente;
- V - seminário de socialização das atividades realizadas;
- VI - relatório final/memorial de formação;
- VII - autoavaliação do residente.

Artigo 21: O rendimento de cada residente ao final das etapas I, II e III será emitido em declaração própria emitida pelo docente orientador, a partir do rendimento acadêmico obtido no rol de atividades realizadas em cada etapa.

Artigo 22. O resultado final (aprovado ou reprovado) e nota do residente de cada etapa servirão para validar os Estágios I, II, III e IV, mediante solicitação de aproveitamento junto à Coordenação de Registro Acadêmico.

§1º Para fins de registro acadêmico, a nota da etapa I da RP será utilizada como índice de aproveitamento dos Estágios Supervisionados I e III, enquanto a nota das etapas II e III da RP será utilizada como índice de aproveitamento dos Estágios Supervisionados II e IV.

§2º Havendo aproveitamento parcial que prevê o inciso IV do artigo 16, a média aritmética das notas das etapas cursadas será utilizada como índice de aproveitamento dos Estágios Supervisionados aproveitados pelo estudante.

Artigo 23. Para obter validação e posterior aprovação o acadêmico deverá atingir nota igual ou superior a seis (6,0), em todas as etapas do programa RP. Nos casos em que isso não ocorrer, o residente não terá seu estágio validado e deverá cursar a disciplina de Estágio.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24. O roteiro dos relatórios (ou equivalente) exigidos será definido pelo docente orientador de





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

acordo com as normativas vigentes pela RP.

Artigo 25. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos, pela Coordenação do Curso e Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática do IFC *campus* Rio do Sul.

Artigo 26. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo NDE do Curso de Matemática Licenciatura, revogando as disposições em contrário.

Rio do Sul, junho de 2022.